

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

2024 - 2034



FRANCA, PREFEITURA MUNICIPAL DE. Plano Municipal Pela Primeira Infância 2024-2034. / Prefeitura Municipal de Franca. Franca, 2024.

1. PRIMEIRA INFÂNCIA. 2. PROTEÇÃO SOCIAL. 3. DIREITOS.

EXPEDIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA

Prefeito: Alexandre Augusto Ferreira - Prefeito

Vice-Prefeito: Everton de Paula - Vice Prefeito

COMITÊ INTERSETORIAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Constituído pelo Decreto Municipal n.º 11.530, de 13 de outubro de 2022.

Portaria n.º 327, de 16 de novembro de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO

FUNDAÇÃO ESPORTE, ARTE E CULTURA DE FRANCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FRANCA



CRÉDITOS:

ACOMPANHAMENTO

Ministério Público do Estado de São Paulo - 10ª Promotoria de Justiça de Franca

Dr Anderson de Castro Ogrizio

ELABORAÇÃO DO CONTEÚDO

Cristina de Melo Lima – Secretaria Municipal de Saúde

Daniele Lino Justino - Secretaria Municipal de Educação

Deise Chiarelli - Secretaria Municipal de Educação

Gislaine Alves Liporoni Peres - Secretaria Municipal de Ação Social

Jandira de Almeida Ramos - Secretaria Municipal de Ação Social

Leziane Isolina Vilela - Secretaria Municipal de Ação Social

Maria Aparecida Moraes Oliveira - Secretaria Municipal de Ação Social

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DA ESCUTA DAS CRIANÇAS E FAMILIARES

Equipe Pedagógica da Seção de Ensino Infantil e Creches

Eleonora Ferro Penha da Silva - Pedagoga

Marcia Aparecida Badoco - Pedagoga

Maria Célia Scarabucci Almeida - Coordenadora Pedagógica

Regina Helena Pucci Abrahão Hanna - Pedagoga

COLABORAÇÃO

Coordenadores das Creches no Município de Franca

Professores e Educadores das Creches do Município de Franca

Diretores e Coordenadores das Escolas Municipais de Ensino Fundamental I de Franca

Professores do Primeiro Ano do Ensino Fundamental das Escolas Municipais de Ensino Fundamental I de Franca

Equipe do Ambulatório da Criança de Alto Risco

Equipe Ambulatório de Saúde Mental Infantil - NAIA

Equipes Unidades Básicas de Saúde



Equipes dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças de 00 a 06 anos de idade

Crianças da Rede de Serviços Municipais

Famílias das Crianças da Rede de Serviços Municipais

ARTE

Daniel Skova

REVISÃO E APOIO ADMINISTRATIVO

Gislaine Alves Liporoni Peres

Marcos Peraro Gomes

Jandira de Almeida Ramos

Maria Aparecida Morais Oliveira



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	1
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE GRÁFICOS	5
LISTA DE QUADROS	7
LISTA DE MAPAS	7
1 APRESENTAÇÃO	8
2 MARCOS LEGAIS	9
2.1 Marcos Legais Internacional e Nacional	9
2.2 Marcos Legal Municipal	11
3 ANÁLISE SITUACIONAL	13
3.1 Aspectos Demográficos, Econômicos, Políticos e Sociais de Franca - SP	13
3.1.1 Características de Famílias e Crianças de 00 a 06 anos de idade: crianças e infâncias diversas	28
3.1.1.1 Pobreza, Desigualdades e Insegurança Alimentar	29
3.1.1.2 Violência	35
3.1.1.3 Cidadania	42
3.1.1.4 Acidentes	47
3.1.1.5 Pressão Consumista, Exposição nos Meios de Comunicação e Telas Digitais	50
3.1.1.6 O Brincar	52
4 REDE MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA	53
4.1 Criança e a Saúde	53
4.2 Criança e Educação	62
4.3 Criança e Assistência Social	69
4.4 Criança e o Meio Ambiente, o Planejamento Urbano e Habitação, o Transporte e o Desenvolvimento Econômico	78
4.5 Criança e a Cultura, a Arte, o Lazer e o Esporte	81
4.6 Criança e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos	83
5 PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA	89
5.1 Objetivos	89
5.1.1 Geral	89
5.1.2 Específicos	89
5.2 Princípios e diretrizes	90



5.3	Metodologia.....	91
5.4	Plano de Ação.....	95
5.4.1	Propostas – A Criança, o lúdico e o brincar	99
5.4.2	Propostas – A Criança, a Cidade e o Meio Ambiente	106
5.4.3	Propostas – A Criança e a Segurança Alimentar e Nutricional.....	110
5.4.4	Propostas – A Criança e a Educação	113
5.4.5	Propostas – A Criança e a Saúde	123
5.4.6	Propostas – A Criança, a Cultura, Esporte.....	135
5.4.7	Propostas – A Defesa, a Proteção e a Prevenção à Violência contra Crianças.....	139
5.4.8	Propostas – A Criança, a Assistência Social	142
5.4.9	Propostas – A Criança, o Transporte, a Educação no Trânsito, a Iluminação e a Pavimentação	148
5.4.10	Propostas – A Criança e as Redes Sociais	152
5.4.11	Formação Continuada: Atendimento qualificado.....	154
5.4.12	Articulação Intersetorial.....	158
5.4.13	Financiamento, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação.....	161
	REFERÊNCIAS.....	164
	ANEXOS.....	
	CARTILHA I.....	
	CARTILHA II.....	
	CARTILHA III.....	
	Decreto Municipal n.º 11.530, de 14 de outubro de 2022	
	Portaria n.º 327, de 16 de novembro de 2022.....	



LISTA DE SIGLAS

ACAR	Ambulatório de Criança de Alto Risco
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Humana
APM	Associação de Pais e Mestres
APS	Atenção Primária à Saúde
ATMPI	Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância
BLH	Banco de Leite Humano
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial para Dependentes Químicos
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
CEPEL	Centro Popular de Esportes e Lazer
CEREST	Centro de Referência de Saúde do Trabalhador
CGE	Coordenadoria de Gestão Estratégica
CID	Classificação Internacional de Doenças
CMDCAF	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COOPERFRAN	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DataSUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DIGISUS	Sistema Único de Saúde Digital
DRADS	Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
DRS	Diretoria Regional de Saúde
DST	Doença Sexualmente Transmissíveis
EAAB	Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil



ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMDEF	Empresa Municipal para o Desenvolvimento de Franca
EMIM	Escola Municipal de Iniciação Musical
ESF	Estratégia Saúde da Família
FA	Família Acolhedora
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEAC	Fundação Esporte, Arte e Cultura de Franca
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FMCSV	Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
FMDCAF	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca
FUSSOL	Fundo de Solidariedade do Município de Franca
GESUAS	Gestão do Sistema Único de Assistência Social - Sistema Informatizado de Gestão da Informação do SUAS através da integração da rede socioassistencial.
GVE	Grupo de Vigilância Epidemiológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IML	Instituto Médico Legal
INC	Índice de Necessidade por Creche
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
JEIA	Juizado Especializado da Infância e Juventude de Franca
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDHC	Ministério de Direitos Humanos e Cidadania



MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEI	Micro Empreendedor Individual
MLPI	Marco Legal da Primeira Infância
MS	Ministério da Saúde
NAIA	Núcleo de Atendimento Infantil em Saúde Mental
NASF	Núcleos de Apoio à Saúde da Família
NGA	Núcleo de Gestão Assistencial
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PCD	Pessoa com Deficiência
PCLH	Postos de Coleta de Leite Humano
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PMPI	Plano da Primeira Infância
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínuo
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPETI	Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
PNPI	Plano Nacional pela Primeira Infância
PNTN	Programa Nacional de Triagem Neonatal
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPA	Plano Plurianual
PPP	Projeto Político Pedagógico,
PROTEJA	Programa de Estratégia de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil



PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
RSI	Regulamento Sanitário Internacional
SAE	Serviço de Atendimento Especializado AME - Ambulatório Médico de Especialidades
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAICA	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SBP	Sociedade Brasileira de Pediatria
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEDAS	Secretaria de Ação Social
SEDS	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SGDC	Sistema de Garantia de Direitos da Criança
SGDH	Sistema de Garantia de Direitos Humanos
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SNA	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SVO	Serviço de Verificação de Óbitos
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TFD	Tratamento Fora de Domicílio
UAC	Unidade de Avaliação e Controle
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPA	Unidades de Pronto Atendimento



USA	Unidade de Suporte Avançado
USB	Unidade de Suporte Básico
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

LISTA DE TABELAS

Nº Tabela	Nome da Tabela	Página
Tabela 1	População Francana por Sexo e Faixa Etária	17
Tabela 2	População Municipal e Etnias	19
Tabela 3	Parto Cesáreo	61

LISTA DE GRÁFICOS

Nº Gráfico	Nome do Gráfico	Página
Gráfico 1	Evolução da População Total 1970-2020	14
Gráfico 2	Número de habitantes por Território – 2022	16
Gráfico 3	População de Franca por sexo e faixa etária – 2022	18
Gráfico 4	Percentual da População em Franca com pelo menos um Tipo de Deficiência Severa, Deficiência Auditiva, Deficiência Motora, Deficiência Visual e Deficiência Mental/Intelectual	20
Gráfico 5	Crianças de 0 a 6 anos com Deficiência inscritas no CadÚnico em Franca	20
Gráfico 6	Distribuição da População segundo o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS - 2010	21
Gráfico 7	Expectativa de Vida ao Nascer por sexo - 1940-2019	23
Gráfico 8	Principais Produtos Industrializados – Franca – 2017	25
Gráfico 9	Principais Produtos que são exportados – Franca – 2020	25
Gráfico 10	Distribuição do Emprego Formal em Franca no ano de 2020	27
Gráfico 11	Proporção de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos de idade vivendo nas classes de rendimentos mais baixos	29
Gráfico 12	Insegurança Alimentar no Brasil 2004-2021	34
Gráfico 13	Notificações de casos de violência contra crianças de 0 a 4 anos (2010 – 2021).	37
Gráfico 14	Famílias em Situação de Violência – GESUAS 2021-2023	39
Gráfico 15	Quantidade de crianças atendidas pelo Núcleo de Escuta Especializada, por idades, nos meses de março a junho de 2023.	41
Gráfico 16	Quantidade de autores de violência identificada pelo Núcleo de Escuta Especializada no período de março a junho de 2023.	41
Gráfico 17	Taxa de Mortalidade Infantil	55
Gráfico 18	Mortalidade Materna em Franca.	55



Gráfico 19	Percentual de Gestantes com mais de 7 consultas pré-natal (2008-2021)	56
Gráfico 20	Percentual de partos de mães adolescentes até 19 anos (2010-2021)	57
Gráfico 21	Total de partos de mães adolescentes até 19 anos por ano (2000-2021)	57
Gráfico 22	Percentual de Peso Baixo ou Muito Abaixo para Idade - 0 a 5 anos – 2022	59
Gráfico 23	Percentual de Peso Elevado para Idade - 0 a 5 anos (2022)	59
Gráfico 24	Estatísticas sobre a Insegurança Alimentar e seus impactos na saúde	60
Gráfico 25	Detalhamento sobre o Índice de Necessidade por Creche em Franca - 2019	63
Gráfico 26	INC de 2020 – Município de Franca	64
Gráfico 27	Matrículas em Creches - Tipo de dependência administrativa (2020)	64
Gráfico 28	Matrículas em Creches - por Cor/Raça (2022)	65
Gráfico 29	Percentual de atendimento em pré-escola da população de 4 a 5 anos - 2020 – Município de Franca	65
Gráfico 30	Matrículas em Pré-Escolas - Tipo de dependência administrativa (2022)	66
Gráfico 31	Matrículas em Pré-Escolas por Cor e Raça – 2022	67
Gráfico 32	Estabelecimentos de Educação Infantil por Atendimento – 2022	67
Gráfico 33	Estabelecimentos de Educação Infantil por Dependência Administrativa – 2022	68
Gráfico 34	Gráfico 34 – Número de Vagas para Crianças de 0 a 6 anos de idade nos Serviços de Convivência e Fortalecido de Vínculos de 2018 a 2023	70
Gráfico 35	Crianças e adolescentes acolhidos no SAICA e Família Acolhedora de 2021 a 2023	71
Gráfico 36	Gráfico 37 - Gênero dos Atendidos de janeiro a dezembro de 2022	73
Gráfico 37	Gênero dos Atendidos de janeiro a abril de 2023	73
Gráfico 38	Total de Atendidos em Acolhimento de 2020 a 2023	74
Gráfico 39	Crianças em Acolhimento por Raça ou Cor de 2020 a 2023	75
Gráfico 40	Crianças em Acolhimento por Sexo ou Cor de 2020 a 2023	75
Gráfico 41	Crianças em Acolhimento por Região de 2020 a 2023	76
Gráfico 42	Desligamentos do Acolhimento de 2020 a 2023	77
Gráfico 43	Oferta de Formação Continuada	84
Gráfico 44	Percentual de Demanda Reprimida	85
Gráfico 45	Tempo médio de espera	86
Gráfico 46	Lista de Espera para Atendimento	87
Gráfico 47	Indicadores de Qualidade	87
Gráfico 48	Recursos Financeiros Específicos para Atendimento de Criança de 0 a 6 anos	87



LISTA DE QUADROS

Nº Quadro	Nome do Quadro	Página
Quadro 1	Faixa de renda das famílias inscritas no Cadastro Único - Município de Franca	31
Quadro 2	Quantitativo de Crianças de 0 a 6 anos cujas famílias estão inscritas no CadÚnico	31
Quadro 3	Taxa de Homicídios por UF (2009 a 2019)	38
Quadro 4	Dados de Violência no Município de Franca (2020-2023)	39
Quadro 5	Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca – 1996 – 2022	45
Quadro 6	Conferências Lúdicas da Criança e do Adolescente realizadas em Franca – 2005 – 2018	46
Quadro 7	Conferências Livres	47
Quadro 8	Taxa de Mortalidade Infantil em Franca – 2020	54
Quadro 9	A criança, o lúdico e o brincar	101
Quadro 10	A Criança, a Cidade e o Meio Ambiente	108
Quadro 11	A criança e a Segurança Alimentar e Nutricional	111
Quadro 12	A Criança e a Educação	115
Quadro 13	A criança e a Saúde	124
Quadro 14	A Criança, a Cultura e o Esporte	137
Quadro 15	A Defesa, a Proteção e a Prevenção à Violência contra Crianças	140
Quadro 16	A Criança e a Assistência Social	144
Quadro 17	A Criança, o Transporte, a Educação no Trânsito, a Iluminação e a Pavimentação	150
Quadro 18	A Criança e as Redes Sociais	153
Quadro 19	Formação continuada: Atendimento qualificado	155
Quadro 20	Articulação Intersectorial	159
Quadro 21	Financiamento, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação	162

LISTA DE MAPAS

Nº Mapa	Nome do Mapa	Página
Mapa 1	Mapa territorial da cidade de Franca	15



1 - APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI de Franca (2024-2034), que apresentamos à comunidade, é produto do trabalho do Comitê Municipal Intersetorial sob o monitoramento do Ministério Público.

Iniciado em 2022, o PMPI foi construído com ampla participação dos atores do sistema de garantia de direitos, das crianças de 00 a 06 anos de idade e de seus familiares, afirmando o compromisso político e técnico do município de Franca com a Primeira Infância, a partir da concepção de que cuidar da criança impacta positivamente na sua sobrevivência, crescimento e desenvolvimento integral.

Para tanto, foram constituídos dois comitês locais, um ampliado composto pelos diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos Humanos – SGDH com atribuição de acompanhar o desenvolvimento da produção do plano e outro municipal intersetorial, com a responsabilidade de elaborar o PMPI de Franca.

O Comitê Municipal Intersetorial iniciou seu trabalho pelo estudo e discussão acerca do Plano Nacional pela Primeira Infância (2020), bem como das normativas, do referencial documental e teórico afins. Na sequência, foi definida a estrutura e metodologia de formulação do plano municipal, passando na sequência, à elaboração dos instrumentais para coleta de informações e dados sobre o atendimento de crianças de 00 a 06 anos de idade no município junto às diversas instituições públicas e privadas e composição de comissões temáticas para leitura e análise desses conteúdos.

Para analisar e condensar as informações e dados obtidos, foram formadas comissões temáticas que, ao finalizarem os trabalhos, os enviavam para a comissão de elaboração do PMPI, dando origem a parte I deste plano, composta pelos títulos: Apresentação, Marcos Legais, Análise Situacional e Rede Municipal pela Primeira Infância.

A parte II, composta pelas ações do PMPI, foi sendo elaborada concomitantemente à parte I, acrescida da pesquisa participativa junto às crianças e seus familiares nos cinco territórios da cidade, dando origem ao Plano de Ação para primeira infância nos anos de 2024 a 2034.

Vale ressaltar que o Comitê Municipal Intersetorial no desenvolvimento de suas atribuições, pautou-se no Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente em vigência.

Assim, o presente Plano Municipal pela Primeira Infância é o principal documento orientador do Poder Executivo e Legislativo para elaboração e financiamento de políticas públicas



para crianças de 00 a 06 anos de idade, bem como, para o trabalho de todos os demais Atores do Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Franca.

2 - MARCOS LEGAIS

2.1. Marcos Legais Internacional e Nacional

A proteção integral e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes constituem-se prioridade absoluta e encontram-se prescritos e alicerçados num arcabouço jurídico, desde normas constitucionais e acordos internacionais até legislações específicas voltadas às diversas infâncias brasileiras.

Corroborando com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças de 1989 e enquanto país signatário, o Brasil promulgou o Decreto nº 99.710/1990, aprofundando a percepção acerca das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direito, promovendo maior amplitude e integralidade sobre os direitos e garantias devidos à infância e juventude. Legitimando essa percepção, pactuou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a qual foi incorporada por meio do Decreto nº 678/1992, onde reconheceu os direitos da criança e do adolescente conforme estabelece seu artigo 19.

Atenta aos compromissos internacionais pactuados e em congruência com as obrigações assumidas posteriormente, tal premissa foi incorporada pela Constituição Federal de 1988 que previu um artigo específico, estabelecendo obrigações à família, à sociedade e ao Estado para assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em razão disso foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA criando-se a doutrina da proteção integral pela Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.

Nas últimas décadas, o ECA foi sendo fruto de muitos debates e da estruturação de diversas outras normas que foram sendo inauguradas, formando um importante arcabouço jurídico¹, com modificações no Estatuto, em sintonia com a evolução dos direitos das crianças e dos adolescentes.

¹ No Brasil, em 2001, foi assinado o Protocolo Opcional da Convenção sobre os Direitos da Criança, sobre a Venda de Crianças, a Prostituição e Pornografia Infantil (2000). Daí em diante muitas outras normativas



Dentre esses avanços jurídicos está o Marco Legal da Primeira Infância - MLPI – Lei 13.257/2016) que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas, com garantias específicas para crianças de zero a seis anos. Trata-se de um instrumento legal que reforça o reconhecimento da criança como cidadã, a importância do respeito à diversidade das infâncias brasileiras, a necessidade do atendimento integral e integrado, considerando o contexto familiar e comunitário de cada criança e a necessidade da qualificação dos profissionais e instituições para lidar, adequadamente, com as especificidades dessa faixa etária.

Em 2021, foi instituída a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância - ATMPI, por meio do Decreto nº 10.770/2021, com vistas à melhoria das condições de vida, proteção e à promoção dos direitos das crianças, desde a gestação até os seis anos de idade completos. Essa Agenda propõe a constituição de um conjunto de ações governamentais que devem ser implementadas por meio de políticas públicas articuladas e desenvolvidas de forma integrada pelos órgãos do governo federal, estadual e municipal, responsáveis pela sua execução direta ou em parceria com a sociedade civil.

Ainda dentro dos avanços previstos na nova legislação estão o aumento da licença - paternidade e o direito da criança ao brincar e à estimulação de acordo com as especificidades da faixa etária, ter oportunidades de se desenvolver física, emocional, social e cognitivamente. O MLPI estabelece ainda um rol de direitos das gestantes, como proteção a mães que optam por entregar seus filhos à adoção e a mulheres grávidas em privação de liberdade, além de definir como prioridade a formação e qualificação de profissionais envolvidos com a primeira infância e, por fim, prevê que sejam destinados os recursos financeiros necessários à efetivação do acesso das crianças a estes direitos.

passaram a ser instituídas com a finalidade de cuidar de aspectos específicos da vida e do desenvolvimento das crianças, dentre as quais se destacam as seguintes: • Lei nº 12.010, de 2009, que dispõe sobre a adoção. • Lei nº 12.962, de 2014, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade. • Lei nº 13.010, de 2014, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante. • Lei nº 13.431, de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. • Lei nº 13.509, de 2017, que dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). • Lei nº 13.715, de 2018, que dispõe sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente. • Lei nº 13.812, de 2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. • Lei nº 13.845, de 2019, que visa a garantir vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.



Em 25 de junho de 2019, foi criado o Pacto Nacional da Primeira Infância firmado para promover o aprimoramento da estrutura do Judiciário, permitindo o aperfeiçoamento da atenção aos segmentos da infância, da adolescência e da juventude. O Pacto fortalece a cooperação técnica e operacional entre os vários segmentos responsáveis pela garantia de direitos das crianças, com a articulação e o alinhamento das ações desenvolvidas nessa temática.

Da mesma forma, os Objetivos e Metas do Milênio incorporou as diretrizes e compromissos internacionais com a ampliação do foco da “proteção especial” para uma política de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, com a reiteração de seu caráter transversal com a elaboração de planos temáticos tais como: Erradicação do Trabalho Infantil, Enfrentamento da Violência Sexual, Sistema Socioeducativo, e Convivência Familiar e Comunitária, bem como, o próprio Plano Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, entre outros.

Em 2022, o Brasil firma o compromisso com as crianças pequenas através da Agenda Brasileira para a Primeira Infância nº 4, aderindo às características e necessidades de crianças de 0 a 6 anos, no que diz respeito à educação infantil, saúde, financiamento e mecanismos jurídicos de promoção de convivência familiar para esse público.

Olhar para a situação das crianças em seus primeiros anos de vida é crucial, mas deve vir acompanhado de esforços para fortalecer as famílias, de modo que elas tenham condições de oferecer cuidados integrais e possam, efetivamente, contribuir para o seu desenvolvimento.

Vale lembrar, contudo, que embora pais e cuidadores principais tenham a responsabilidade primária de criar seus filhos e filhas, eles precisam de apoio e assistência para proporcionar ambientes ideais ao desenvolvimento positivo da criança. Por isso, a priorização da Primeira Infância pelo Poder Público revela-se importante marco na garantia dos direitos das crianças na fase inicial da sua vida e no empoderamento das famílias.

O caráter universal dos Direitos Humanos deve ser igualmente para todas as crianças e adolescentes. No entanto, deve ser observado alguns Direitos Humanos adicionais para os primeiros anos de vida da criança, considerando que é na Primeira Infância que se constroem as estruturas física, afetiva, cognitiva e linguística e as competências sociais que sustentam todo o desenvolvimento humano e as aprendizagens ao longo da vida. Entende-se dessa forma que os primeiros seis anos de vida são decisivos na formação social da criança a longo prazo.

2.2. Marco Legal Municipal



Após a promulgação da Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o Município de Franca iniciou as discussões para criação de lei para implantação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, sendo um dos pioneiros no Estado de São Paulo a implantar este Conselho. Por meio do Decreto nº. 6.239 de 12 de outubro de 1990, foi instalado o Conselho Municipal Provisório dos Direitos da Criança e do Adolescente. Posteriormente, a Lei n. 3.945 de 14 de maio de 1991, criou o Conselho Municipal de Promoção dos Direitos e Defesa da Criança e do Adolescente juntamente com o Conselho Tutelar e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A primeira ata de CMDCA, data de 26 de outubro de 1990 e em 8 de novembro do mesmo ano foi dado início à elaboração do seu regimento interno. A instalação definitiva do CMDCA foi discutida na Assembleia realizada em 14 de fevereiro de 1991, onde também se definiu pela nomeação do Secretário-Executivo do respectivo Conselho. Um ano após a aprovação do ECA, em 08 de julho de 1991, o Conselho passou a defender a instalação do I Conselho Tutelar, uma vez que a Lei que criou o CMDCA já previa sua implantação.

Também passaram a fazer parte dos debates do Colegiado, a estruturação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o repasse de recursos para o mesmo, uma vez que estava previsto em lei a doação do percentual do Imposto de Renda no art. 260 do ECA.

Em 06 de junho de 1992 foi dado posse ao I Conselho Tutelar de Franca e o II Conselho Tutelar do Município foi implantado em 10 janeiro de 2016.

O primeiro Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi elaborado em 1999, com vigência para o período de 1999-2001; o segundo Plano foi construído em 2001, tendo sua vigência no período de 2002-2003; o terceiro teve validade para o biênio 2004-2005; o quarto, para o Biênio 2008-2010 e o quinto, último plano elaborado com vigência para 2012-2013 e em 2016, com a elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente cuja vigência vai até 2026, é o documento que o município tem como referência nos dias atuais.

A primeira Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi realizada no ano de 1996 e a cada 2 (dois) anos o Município vem realizando esse compromisso de avaliar a política municipal voltada para a criança e ao adolescente, instituindo, inclusive, as Conferências Lúdicas e Livres. A primeira foi organizada no ano de 2005 e a última no ano de 2022, concomitante às Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. To-



dos esses eventos foram organizados e desenvolvidos pelo CMDCA em parceria com o Município, buscando a participação da comunidade, especialmente das crianças e adolescentes, visto ser este o objetivo das conferências municipais, lúdicas e livres.

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi regulamentado enquanto unidade orçamentária em setembro de 2013, passando a ter Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, próprio.

Em 2022, iniciou-se o processo de discussão para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, o qual está sendo entregue à comunidade no início do ano de 2024, reforçando o compromisso do Município de Franca com a defesa e garantia dos direitos humanos de crianças.

3. ANÁLISE SITUACIONAL

3.1. Aspectos Demográficos, Econômicos, Políticos e Sociais de Franca- SP

O Município de Franca, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE Cidades² (2022), possui 352.537 habitantes, ficando aquém da estimativa do próprio IBGE que projetava em censos anteriores, para o mesmo período, 358.539 pessoas. O baixo crescimento populacional é explicado pela queda na taxa de natalidade no Município, situação presente em todo o Estado de São Paulo, no Brasil e no mundo.

As teorias demográficas afirmam que o fenômeno do crescimento populacional está sujeito a diversos fatores sociais, políticos e econômicos que interferem diretamente na taxa de natalidade de uma dada sociedade. De acordo com Santos (2010, p. 21), a queda na taxa de natalidade no Brasil é decorrente da revolução feminina das décadas de 1970 e 1980, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, o aparecimento de métodos anticoncepcionais e a maior liberdade sexual das mulheres.

Santos apresenta ainda projeções sobre o crescimento populacional no Brasil estimando de 0,72% em 2020, podendo alcançar em 2050 o percentual de 0,24%, chegando ao crescimento vegetativo³ nulo em 2060. (SANTOS, 2010, p.26).

2 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, possui o IBGE Cidades, é o sistema agregador de informações do IBGE sobre municípios e estados do Brasil que disponibiliza pesquisas, infográficos e mapas.

3 Crescimento vegetativo, que é a diferença entre nascimentos e mortes, é importante no estudo de fenômenos demográficos e para conhecer as condições de vida da população de um território.



Artigo escrito pelo pesquisador José Eustáquio Diniz Alves⁴ (2018), publicado pelo Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais da Universidade Federal de Juiz de Fora, afirma que as taxas brutas de mortalidade e natalidade no Brasil devem alcançar o equilíbrio em 2042 e a partir de 2043 haverá reversão das duas taxas e, conseqüentemente, a população brasileira entrará em um período de decrescimento populacional.

Outros estudiosos da transição demográfica defendem que a questão econômica relacionada particularmente à elevação do custo de vida causado pelo processo de urbanização e a mudança na distribuição de renda, passaram a definir o número de filhos por família. Paiva e Wagnman (2005), discutem que esse conjunto de fatores vem influenciando diretamente na mudança de distribuição etária brasileira entre os anos de 1970 e 2020⁵.

Na primeira fase ocorre um aumento na proporção de jovens e, em conseqüência, aumento na taxa de dependência, em função da queda da mortalidade infantil. Depois, segue-se um período de redução da taxa de dependência, graças à diminuição da proporção de jovens, em decorrência da queda de fecundidade, e, mais tarde, a taxa de dependência volta a se elevar, porque aumenta a proporção da população idosa, enquanto as coortes menores chegam às idades produtivas. Essas mudanças na estrutura etária ocorrem ao longo de décadas e em cada fase pode-se pensar em diferentes impactos (Paiva e Wagnman, 2005).

Esses estudos se refletem no gráfico a seguir, demonstrando como o crescimento populacional se comportou em Franca no mesmo período.

Gráfico 1 – Evolução da População Total 1970-2020



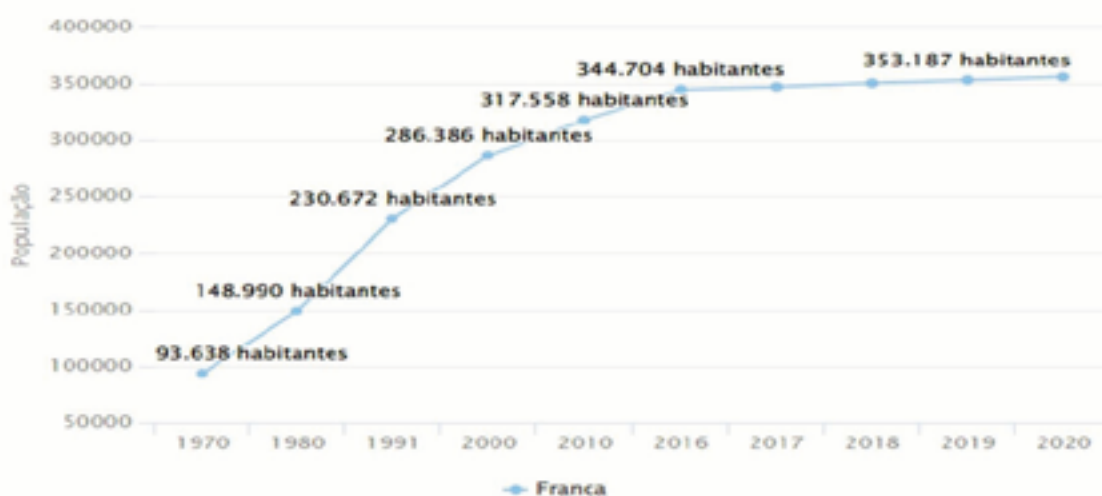
4 Alves, J. E. D. A transição demográfica nos 200 anos da independência do Brasil. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/ladem/2018/09/07/a-transicao-demografica-nos-200-anos-da-independencia-do-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: junho de 2023.

5 PAIVA, Paulo de Tarso Almeida; WAJNMAN, Simone. Das causas às conseqüências econômicas da transição demográfica no Brasil. Rev. bras. estud. popul. 22 (2) .Dez/2005. Universidade Federal de Minas Gerais, Cedeplar, Departamento de Demografia, Minas Gerais, Brasil. Disponível em <<https://www.scielo.br/rbepop/a/whVyXGVtrRYrRqr8LszcnDj/?lang=pt>>. Consulta em 15 de julho de 2023.



Evolução da População Total

Acompanhe o crescimento populacional entre 1970 e 2020



Fonte: IBGE - Censo Demográfico; Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Dados oficiais do IBGE e estimativas publicadas em D.O.U.

Fonte: Datapedia. Datapedia - Dados de Franca, São Paulo. Disponível em: <<https://datapedia.info/cidade/857/sp/franca#mapa>>. Acesso em: 27 de março de 2023.

Entre os anos de 1970 e 2016, houve evolução significativa da população francana⁶ como demonstra o gráfico 1. Já, a partir de 2017, esse crescimento passou a ficar linear, atingindo o baixo crescimento populacional evidenciado pelo IBGE em 2022.

O Município de Franca tem área territorial de 605.679 km² sendo que 97,75% da população está na área urbana e apenas 2,25% na área rural. O Mapa 1 apresenta o território de Franca, seguido de informações sobre a ocupação populacional da cidade.

MAPA 1 - Mapa territorial da cidade de Franca

⁶ O aumento populacional neste período, de acordo com informações publicizadas em sites sobre o município de Franca, foi causado pela migração de pessoas de outras regiões do país em busca de melhores condições de vida. A posição geográfica de Franca é um dos aspectos que favoreceram essa migração. O município está localizado no nordeste do estado de São Paulo, a 400 quilômetros da capital, há vários anos vem sendo considerada a 5ª melhor cidade do Brasil para viver, 5ª cidade mais segura do Brasil, 20ª mais desenvolvida, 1ª em saneamento básico dentre as cidades acima de 100 mil habitantes. Franca é considerada estratégica por estar situada em uma das regiões mais ricas do interior de São Paulo, tendo vivido nesse período oferta de empregos na indústria calçadista e também no cultivo das lavouras de café e de cana de açúcar que eram realizadas manualmente.



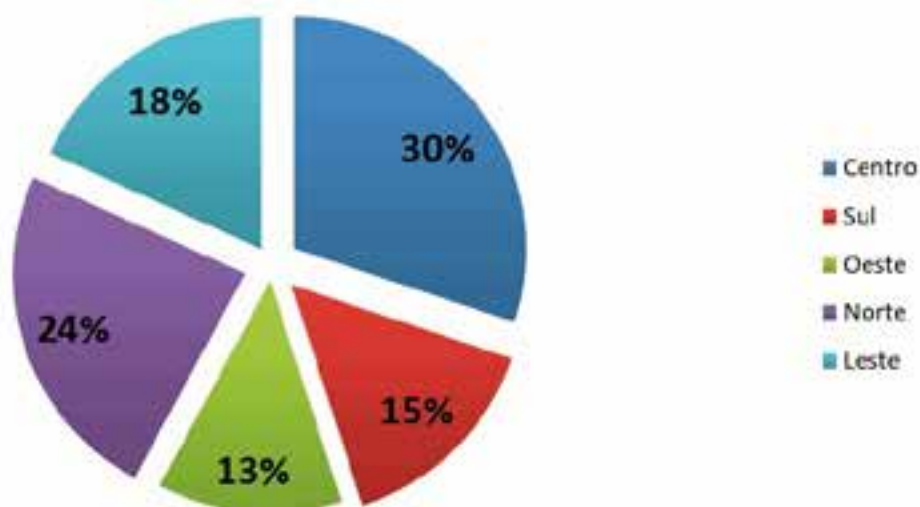
Fonte: Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021

A cidade de Franca é composta por mais de 280 bairros e a maioria deles (87 bairros), localizam-se na região Centro da cidade e conta com aproximadamente 42.800 domicílios, estimando-se que mais de 106.260 pessoas residem nessa área. Em segundo lugar, vem a região Oeste com mais de 60 bairros, muitos deles loteados há menos de 10 anos, com população próxima de 45.300 moradores, ocupantes de cerca de 18.000 domicílios. A região Sul possui mais de 46 bairros que abrigam aproximadamente 20.800 domicílios com população estimada em 52.470 habitantes. As regiões Norte e Leste tem cerca de 44 bairros cada uma. Contudo, a região Norte é, proporcionalmente, a mais populosa de Franca, com mais de 84.300 pessoas e cerca de 27.500 domicílios. A Leste tem população em torno de 64.200 habitantes e 21.400 domicílios.

Gráfico 2 - Número de habitantes por Território – 2022



Habitantes por Território (Franca-SP - 2022)



Fonte: Prefeitura de Franca – Secretaria de Ação Social, 2023.

As informações relativas à distribuição da população por sexo e faixa etária está ilustrada na Tabela 1, extraída do Plano Municipal de Saúde de 2022 a 2025.

Tabela 1 - População Francana por Sexo e Faixa Etária

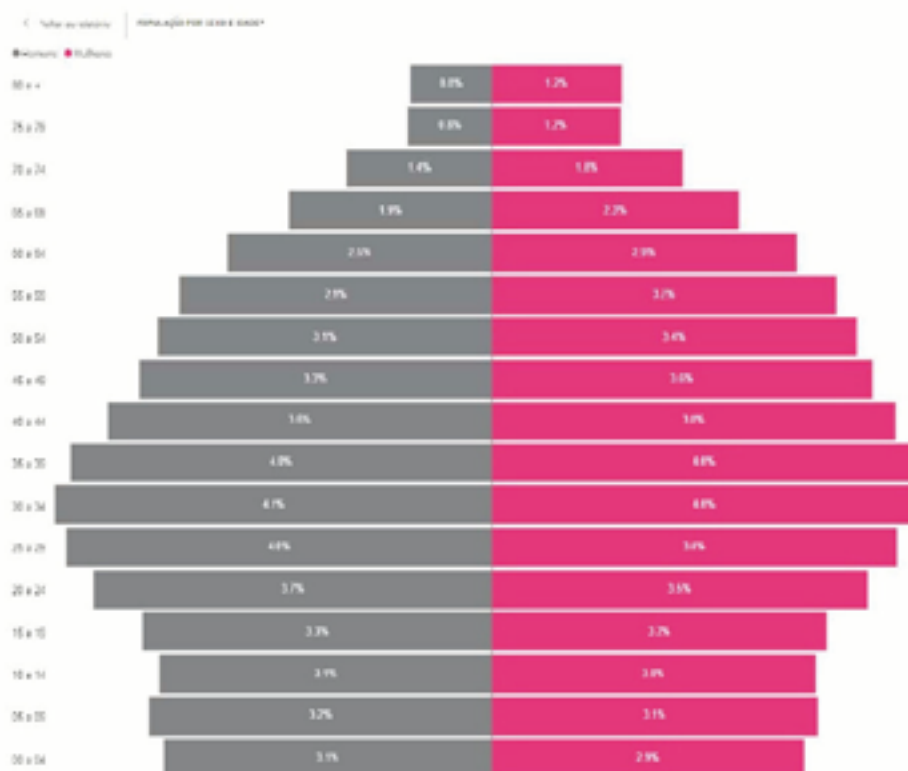
Faixa Etária - Quinquenal	Homem	Mulher	Total
0 a 04 anos	12123	11571	23694
05 a 09 anos	12103	11546	23649
10 a 14 anos	11552	11428	22980
15 a 19 anos	12499	12203	24704
20 a 29 anos	27405	27083	54488
30 a 39 anos	28125	28748	56873
45 a 49 anos	23480	25337	48817
50 a 59 anos	21012	22954	43966
60 a 69 anos	14635	16983	31618
70 a 79 anos	7333	9661	16994
80 anos e mais	3025	5301	8326
População ≥ 60 anos	24995	31645	56640
Total Geral da População	173294	182607	355901

Fonte: Relatório Anual de Gestão 2020 – DIGISUS (29/03/2021) apud Plano Municipal de Saúde 2022-2025.

Verifica-se que a maioria da população tem idade entre 20 e 59 anos. Portanto, observa-se um grande número de pessoas em idade economicamente ativa, seguida da população de crianças e adolescentes, sendo cerca de 23.000 com idade de 00 a 04 anos (51% são homens e 49% são mulheres), outras 23.000 na faixa etária de 05 a 09 anos e cerca de 40.000 pessoas entre 10 e 19 anos. As pessoas com 60 anos ou mais totalizam cerca de 13% do total da população. A tabela permite afirmar ainda que no total geral da população há mais mulheres do que homens em Franca.

O gráfico 3, extraído do site da Fundação SEADE (2022), também apresenta a população de Franca por sexo e faixa etária.

Gráfico 3 - População de Franca por sexo e faixa etária – 2022



Fonte: SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <<https://municipios.seade.gov.br/>>. Acesso em: 03 de abril de 2023.

Em percentuais, nota-se maior concentração de pessoas entre 20 e 44 anos, sendo 19,4% de homens e 19,1% de mulheres, num total de 38,5% de pessoas. Entre 0 a 19 anos são 12,7% de homens e 12,2% de mulheres, totalizando 24,9% do total de habitantes. De 45 a 59 são 9,3% de homens e 10,2% de mulheres, somando 19,5% e entre 60 a 80 anos ou mais, são 7,4% de homens e 9,4% de mulheres, representando 16,8%. Observa-se que entre homens e mulheres

há maior percentual de mulheres na faixa etária de 45 a 59 anos, com uma diferença de 0,9% a mais, com um destaque para a faixa etária acima de 60 anos que está representada por 2% a mais de mulheres.

A população de crianças aponta que entre aquelas na faixa etária de 0 a 4 anos, 3,1 % são do sexo masculino e 2,9% do sexo feminino. Entre 05 e 09 anos, 3,2% são homens e 3,1% mulheres. As crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos de idade somam 6,1% do total da população e adolescentes entre 15 e 19 anos totalizam 6,5% dos francanos.

Segundo o Relatório da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2022), a população da faixa etária de 0 a 6 anos, de Franca, está representada por 29.536 crianças.

Pode-se concluir que a dinâmica demográfica do Município de Franca vem apresentando diminuição na taxa de crescimento populacional, evidenciando expressiva redução das proporções de crianças e adolescentes, aumento da população jovem e adulta e uma tendência de significativo crescimento no índice de pessoas idosas, o que aponta para necessidade de planejamento das políticas públicas para a população adulta e idosa nas próximas décadas.

Com relação a raça e etnia da população francana, a Tabela 2 registra a presença majoritária de pessoas brancas, seguida de pardas e pretas. Composição diretamente relacionada com a forte presença de imigrantes europeus, principalmente italianos que se instalaram em Franca desde sua emancipação, no início do século XIX.

Tabela 2 – População Municipal e Etnias

População Municipal e Etnias

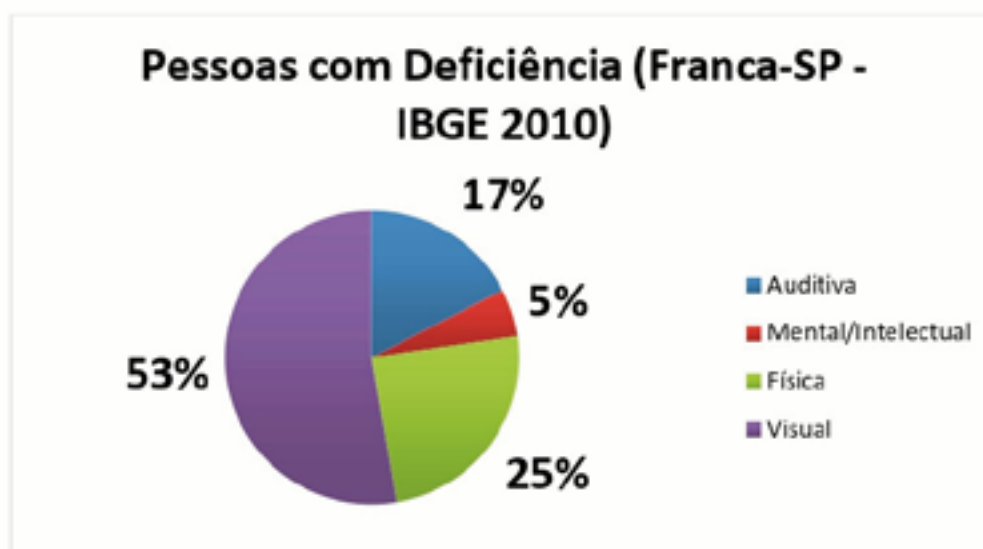
FRANCA - SP	POPULAÇÃO AMARELA	POPULAÇÃO BRANCA	POPULAÇÃO INDÍGENA	POPULAÇÃO PARDA	POPULAÇÃO PRETA
% População	0,53%	69,57%	0,10%	23,70%	6,11%
Habitantes	1.679 habitantes	221.684 habitantes	305 habitantes	75.507 habitantes	19.465 habitantes

IBGE | Organizado por Datapedia.info

Fonte: Datapedia. Dados de Franca, São Paulo. Disponível em: <<https://datapedia.info/cidade/857/sp/franca#etnias>>. Acesso em: 27 de março de 2023.

De acordo com o IBGE (2010) mais de 78.500 francanos declararam possuir algum tipo de deficiência, desses, 4.153 possuem deficiência intelectual, 19.325 possuem deficiência física, 41.386 deficiência visual e 13.689 deficiência auditiva. Desse total, 2,1% declara possuir deficiência severa como demonstra o gráfico 4.

Gráfico 4 - Percentual da População em Franca com pelo menos um Tipo de Deficiência Severa, Deficiência Auditiva, Deficiência Motora, Deficiência Visual e Deficiência Mental/Intelectual



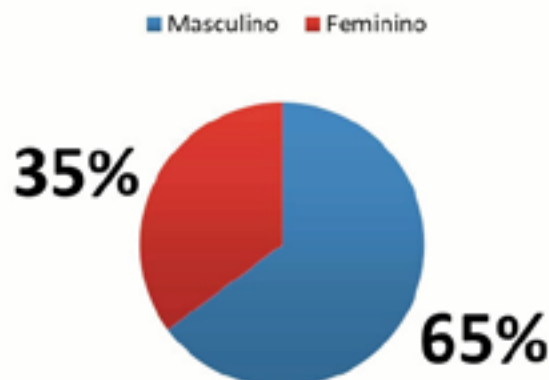
Fonte: CECAD, agosto de 2023.

Relativo à faixa etária de zero a seis anos, pelas informações do Cadastro Único (2023), há cerca de 614 crianças de 00 a 06 anos de idade com alguma deficiência, sendo 398 do sexo masculino e 216 do sexo feminino, conforme gráfico 5.

Gráfico 5 – Crianças de 0 a 6 anos com Deficiência inscritas no CadÚnico em Franca



Crianças de 0 a 6 anos com Deficiência / Sexo (Franca - 2023)



Fonte: CECAD, agosto de 2023.

No que se refere à vulnerabilidade social, conforme demonstra o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, a distribuição da população francana se organiza em grupos. 7

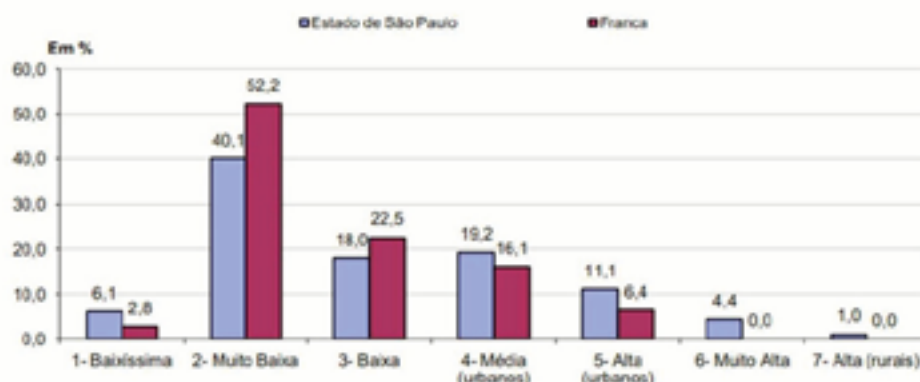
Gráfico 6 - Distribuição da População segundo o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS - 2010



7 O Grupo 1 (baixíssima vulnerabilidade): 8.798 pessoas (2,8% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$5.192 e em 3,2% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. O Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa): 166.170 pessoas (52,2% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$2.605 e em 8,7% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. O Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): 71.690 pessoas (22,5% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.924 e em 14,9% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. O Grupo 4 (vulnerabilidade média - setores urbanos): 51.260 pessoas (16,1% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.688 e em 17,6% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. O Grupo 5 (vulnerabilidade alta - setores urbanos): 20.413 pessoas (6,4% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.424 e em 23,2% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Disponível em <<https://ipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/mun3516200.pdf>> Acesso em 10 de julho de 2023.



**Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS
Estado de São Paulo e Município de Franca – 2010**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

Embora os dados sejam referentes ao censo demográfico de 2010 e suas projeções, observa-se mais de 70.000 pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade social em Franca, com renda familiar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo. Dentre essa população, mais de 13% dos domicílios onde residem são chefiados por mulheres, situação que, diante do cenário socioeconômico nacional ainda se faz presente.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, instituído pela Fundação SEADE, utiliza para classificação da população em grupos não apenas a renda, mas também os diversos fatores determinantes da situação de vulnerabilidade social (escolaridade, saúde, arranjo familiar, possibilidades de inserção no mercado de trabalho, acesso a bens e serviços públicos). O IPVS⁸ conceitua que a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupo social refere-se a sua maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, isto é, a posse de controles de ativos que constituem recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado e sociedade.

Ainda em relação, à vulnerabilidade e pobreza, em Franca, os dados do Cadastro Único extraídos em setembro de 2023, demonstram que a população cadastrada no Município soma 82.036 pessoas. Dessas, 11.260 correspondem a faixa etária de 0 a 6 anos, sendo 7.334 de 0 a 4 anos e 3.926 de 5 a 6 anos, ou seja 13,7% do total. Do universo de 11.260 crianças, 4.777

⁸ IBGE - Agência de Notícias. Três novos índices mostram queda da pobreza e da vulnerabilidade entre 2008-2009 e 2017-2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37716-tres-novos-indices-mostram-queda-da-pobreza-e-da-vulnerabilidade-entre-2008-2009-e-2017-2018#:~:text=três%20índices%20apresenta>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.



fazem parte de famílias em extrema pobreza, ou seja, renda familiar diária inferior a \$1,90 dólares.

Em maio de 2023, quando essas informações foram analisadas nas cinco regiões do Município, a região Norte contava com maior número, eram 3.146 famílias em extrema pobreza, 1.112 em situação de pobreza, 2.624 de baixa renda e 1.900 acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal. Em sequência, estavam assim distribuídas as regiões conforme a quantidade de famílias em situação de extrema pobreza e pobreza nos demais territórios: região Centro (2.620), região Sul (2.617), região Oeste (2.607) e região Leste (2.516). Observou-se uma equivalência entre as regiões quanto ao perfil das famílias segundo a renda de maior vulnerabilidade, excetuando-se a região norte do município com 4.258 famílias que comportavam, também, o maior contingente populacional com cerca de 90.000 habitantes.

Em 2022, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M de Franca era 0,780, o que situa o Município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDH-M entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDH-M é Longevidade, com índice de 0,842, seguida de Educação, com índice de 0,753, e de Renda, com índice de 0,749.

Quanto à Longevidade, as informações sobre faixa etária da população francana demonstram o aumento da expectativa de vida assim como em todo o Brasil. A média de vida em 2011 era de 74,1 anos, em 2019 essa média saltou para 76,8 anos, conforme demonstra o gráfico a seguir, extraído do site da Agência IBGE e confirmados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Gráfico 7 - Expectativa de Vida ao Nascer por sexo - 1940-2019





Fonte: IBGE - Agência de Notícias. Expectativa de vida dos brasileiros aumenta 3 meses e chega a 76,6 anos em 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29505-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-3-meses-e-chega-a-76-6-anos-em-2019>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

O mesmo site apresenta ainda que a maior expectativa de vida está no Estado de São Paulo que apresenta 78,9 anos, acima da média nacional, ilustrando que a média de vida em Franca segue uma proporção um pouco abaixo do Estado. Os avanços médicos e tecnológicos na saúde, saneamento básico, serviços de saúde preventiva e curativa, controle de doenças crônicas, socialização das pessoas idosas e bem estar socioemocional vem contribuindo com a melhoria da expectativa de vida da população.

Com relação à Escolaridade, o Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS aponta que Franca mantém o indicador agregador de escolaridade acima da média do Estado de São Paulo, com nível de 99,15% de crianças de 04 a 05 anos na escola, decrescente quantitativo de atraso escolar entre jovens e redução importante na taxa de analfabetismo estimada em 7,2% dos adultos.

Já o quesito Renda, em 2021, de acordo com IPRS, o salário médio mensal em Franca era de 2,1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 27,1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 363 de 645 (Renda) e 174 de 645 (pessoas ocupadas). Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1674 de 5570 (Renda) e 698 de 5570 (pessoas ocupadas). Considerando do-

micílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 27,4% da população nessas condições, o que colocava o Município na posição 557 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 5104 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Com relação à economia local, o PIB per capita de Franca, segundo dados da Fundação SEADE (2020), estava em R\$ 28.961,00, sendo que a força econômica do Município apontada pela SEADE está pautada pela exportação de produtos agrícolas e industrializados. Na produção e exportação agrícola o café arábica representa 72,9% dessa atividade, seguida da cana-de-açúcar estimada em 9,0% e o leite em 6,4%. Na pecuária o rebanho bovino representa 86,0%, seguido do suíno com 9,0%. Na produção industrial se destaca os couros e artefatos utilizados e manufaturados pelo setor calçadista representando 71,8%, seguido de produtos químicos estimados em 8,0%, indústria alimentícia em 7,4%, borracha e material plástico participam em 5,4%.

Gráfico 8 - Principais Produtos Industrializados – Franca – 2017

Valor da Transformação Industrial por setor de atividade, 2017



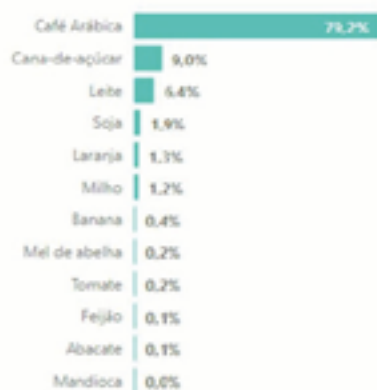
Fonte Fundação Seade, IBGE. Valores em reais correntes.

Fonte: SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2017. Disponível em: <<https://municipios.seade.gov.br/>>. Acesso em: 03 de abril de 2023.

Gráfico 9 – Principais Produtos que são exportados – Franca – 2020



Produção agropecuária, 2020



Rebanho, 2020



Fonte: SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2020. Disponível em: <<https://municipios.seade.gov.br/>>. Acesso em: 03 de abril de 2023.

O Boletim Econômico Extra – Banco de Dados Socioeconômico da Prefeitura de Franca, publicado em 11 de novembro de 2021, afirma que na região central da cidade está concentrada a maior parte das empresas, sendo 5.236 unidades empresariais, ficando em segundo lugar o Bairro Cidade Nova que conta com 1.941 empresas, Vila Aparecida 1.771, Jardim Paulistano 1.636, Estação 1.572, Parque Vicente Leporace 1.420 contra outros bairros (Jardim Brasilândia, City Petrópolis, Jardim Aeroporto, São José, Vila Chico Júlio, Bairro São Joaquim, Vila Santos Dumont, Vila Rezende, Jardim Redentor, Vera Cruz, Jardim Portinari, Jardim Noêmia e Jardim Dr. Antônio Petraglia) variaram entre 1.202 e 775 respectivamente.

Esse processo de concentração das empresas na região central da cidade reproduz uma série de desigualdades regionais no território francano. No entanto, é necessário compreender as características do processo de concentração empresarial, o que exige uma atenção mais dedicada nos seus principais impulsos e processo histórico. Embora tenha havido mudanças com a lógica da flexibilização e nova divisão do processo de trabalho, padrões de organização tecnológica e informatização da produção, ainda permanece a aglutinação centralizada das empresas na cidade. Este é um fator que demonstra que a riqueza econômica não se traduz em distribuição e igualdade de oportunidade e renda.

Em relação às informações de Trabalho e Renda do Município, de acordo ainda com o IBGE (2020) o salário médio mensal era de 2 salários mínimos, numa proporção de 27,1% de pessoas ocupadas em relação à população total e 27,4% de domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa.

De acordo com a Fundação SEADE (2020) no que se refere ao Emprego Formal, Franca tinha em torno de 80 mil postos de trabalho ocupados, sendo que a população economicamente ativa (18 a 59 anos – 64,8%), estava representada por aproximadamente 231 mil. Portanto, fazendo um comparativo entre o número de habitantes na referida idade e os que se encontram em emprego formal, está estimada em 150 mil pessoas podendo estas, estar entre atividades informais (subemprego) ou desempregadas, representando uma demanda em potencial para políticas públicas, dentre elas as de transferência de renda e benefícios.

O gráfico a seguir demonstra a distribuição do emprego formal no município até 2020, apontando que o comércio varejista é onde concentra maior percentual de emprego, com 25,3%, seguida pela preparação de couros e fabricação de calçados, com 14,1%, ficando abaixo, os serviços, tais como educação, administração pública, defesa e segurança, saúde e outros.

Gráfico 10 – Distribuição do Emprego Formal em Franca no ano de 2020

Distribuição do emprego formal por divisão da CNAE



Fonte: SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2017. Disponível em: <<https://municipios.seade.gov.br/>>. Acesso em: 03 de abril de 2023.

No aspecto político, a Lei Orgânica do Município de Franca, foi elaborada a partir de princípios democráticos, assegurando a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade, a justiça e a participação popular como valores primordiais de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. No capítulo dedicado à Soberania e Participação Popular está prevista a participação direta ou de entidades representativas na cogestão da administração ou órgãos públicos e na fiscalização dos serviços e contas municipais.

Nessa direção, o Município vem adotando práticas democráticas, mediante instalação de espaços de participação popular nos processos de tomadas de decisões de políticas públicas. Este exercício se dá por meio dos conselhos de políticas públicas, órgãos de cooperação governamental que tem por finalidade auxiliar a Administração na orientação, planejamento, fiscalização e julgamento de matéria de sua competência.

O fomento à participação política, também se dá através de outros espaços de debate como as Conferências Municipais de cada Política Pública. Também são realizadas audiências públicas que são locais onde a população pode expressar suas opiniões e contribuir na construção conjunta de mudanças na realidade social.

No entanto, a participação nessas instâncias deliberativas ainda sofre com a baixa representatividade, desconhecimento de parcela significativa dos participantes sobre políticas e orçamento públicos, ausência de decisões negociadas, além de configurar espaços onde projetos e interesses diferentes se conflitam.

As informações e dados narrados até aqui possibilitam compreender a construção histórica da dinâmica demográfica, política, social e econômica do Município de Franca que nas últimas três décadas do século XX, triplicou sua população apresentando indicadores socioeconômicos e territoriais desiguais e discrepantes, típicos de municípios que cresceram com planejamento político-administrativo descompassado da realidade da cidade, agravados ainda pelo contexto socioeconômico e político nacional, desfavorável ao alcance de um padrão de cidadania e dignidade.

Essa situação exige (re) pensar a cidade a partir das características e dilemas individuais e coletivos de cada território, para além das políticas sociais, que não conseguirão reverter sozinhas as desproteções socioeconômicas e seus reflexos. Assim, faz-se necessária uma atuação efetivamente intersetorial, onde os diversos agentes públicos (Executivo, Legislativo, Judiciário e afins), iniciativa privada e sociedade civil organizada criem formas reais de trabalho integrado, ultrapassando o posicionamento da crítica, da fiscalização e dos interesses particularizados, avançando na direção de proposições discutidas e deliberadas conjuntamente e não impositivamente. E mais, utilizando canais legítimos para responsabilizar todos os atores e entes federados no financiamento das políticas públicas.

3.1.1. Características de Famílias e Crianças de 00 a 06 anos de idade: crianças e infâncias diversas.



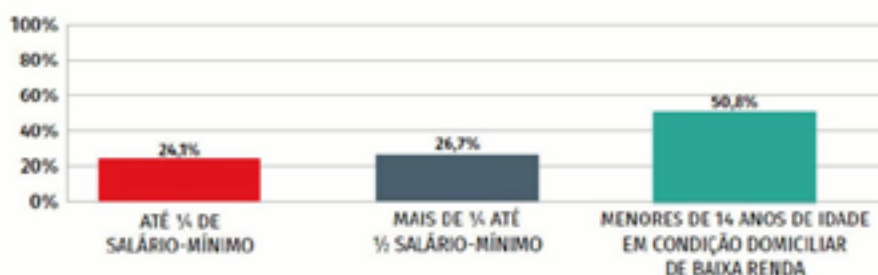
3.1.1.1. Pobreza, Desigualdades e Insegurança Alimentar

Em 2022, a Fundação Abrinq publicou um estudo intitulado *“Cenário da infância e adolescência no Brasil”*⁹ demonstrando que 10,6 milhões de crianças e adolescentes nas faixas etárias entre 0 e 14 anos viviam na extrema pobreza¹⁰, isto é, com renda domiciliar mensal per capita de até um quarto de salário-mínimo. Este número atinge 24,1% das pessoas nesta faixa etária e significa um aumento de 38% com relação aos dados do ano de 2020.

Outro documento produzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2022) denominado *“Pobreza Infantil Monetária no Brasil – Impactos na renda de famílias com crianças e adolescentes”*¹¹, diz que as crianças e adolescentes constituem o público mais afetado pela pobreza no Brasil, significando quase o dobro de impacto quando comparado à população adulta. O gráfico abaixo ilustra essa realidade.

Gráfico 11 - Proporção de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos de idade vivendo nas classes de rendimentos mais baixos

Proporção de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos de idade vivendo nas classes de rendimentos mais baixos - Brasil, 2021



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

9 Fundação Abrinq. Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2022. Disponível em: <https://fadc.org.br/sites/default/files/2022-03/cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2022_0.pdf>.

Acesso em: 30 de abril de 2024.

10 Considera-se pobre pessoas que vivem com renda diária igual ou inferior a 5,5 dólares por dia e extremamente pobre as pessoas que vivem com renda diária igual ou inferior a 1,9 dólares por dia.

11 UNICEF. Pobreza infantil monetária no Brasil. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/17881/file/pobreza-infantil-monetaria-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

Fonte: Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2023. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/system/library_items/files/000/000/035/original/cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2023.pdf.pdf?1678125969>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

Os documentos citados abordam a questão da pobreza e da extrema pobreza tendo como referência o acesso escasso e/ou ausência de renda e analisam ainda, os efeitos da pandemia do coronavírus sobre essa situação no Brasil, afirmando que os programas de transferência de renda são fundamentais para o enfrentamento à pobreza no país. Contudo, estudiosos do assunto alertam para necessidade de se pensar a pobreza não somente como resultado da exploração econômica, pois, pode-se cair no engano de separar as pessoas entre pobres e trabalhadores.

De acordo com Maria Ozanira Silva e Silva (2010)¹², a pobreza constitui “fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerado como mera insuficiência de renda.” Assim, a pobreza é também “desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos, à informação, ao trabalho, e uma renda digna; é não participação social e política.”

Para Amartya Sen¹³ (2010), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. O autor entende a pobreza como fato multidimensional considerada a privação de um indivíduo ao acesso à saúde, educação, saneamento básico, quanto por não ter seus direitos sociais garantidos ou até ser desprovido de levar uma vida que almeja, que conduziria este ao desenvolvimento. Assim, a renda não é o único instrumento de geração de capacidades.

Recentemente, o IBGE publicou um estudo com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF,¹⁴ a evolução dos indicadores não monetários de pobreza e qualidade de vida no Brasil composto por: Índice de Pobreza Multidimensional Não Monetário (IPM-NM); Índice de Vulnerabilidade Multidimensional Não Monetário (IVM-NM) e Índice de Pobreza Multidimensional Não Monetário com Componente Relativo (IPM-CR). Esses indicadores investigam

12 SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Revista Katálysis, Florianópolis, v.13, n.2, jul./dez.2010.

13 SEN, Amartya. Disponível em: <<https://www.livronautas.com.br/ver-autor/2093/amartya-sen>>. Acesso em: 04 de agosto de. 2023. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. 1. Ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

14 IBGE - Agência de Notícias. Três novos índices mostram queda da pobreza e da vulnerabilidade entre 2008-2009 e 2017-2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37716-tres-novos-indices-mostram-queda-da-pobreza-e-da-vulnerabilidade-entre-2008-2009-e-2017-2018#:~:text=Na%20POF%202008%2D2009%2C%20cerca,%25%2C%20algum%20grau%20de%20vulnerabilidade>>. Acesso em: 18 de abril de 2024.



diferentes aspectos das vidas das famílias: o aspecto monetário, a aquisição de bens e serviços e a qualidade de vida. Dessa forma, o IBGE, a partir do Censo de 2022 adota a concepção de pobreza multidimensional para compor seus dados e informações.

No Brasil, as informações do Cadastro Único são referência para elaboração das políticas públicas de enfrentamento à pobreza, pois, além de identificar a renda per capita das pessoas e famílias inscritas, permite conhecer condições habitacionais, educacionais, ocupacionais, acesso a políticas públicas, arranjos familiares, dentre outras informações relativas à pobreza e à extrema pobreza.

O quadro abaixo apresenta a faixa de renda das famílias francanas inscritas no Cadastro Único.

Quadro 1 - Faixa de renda das famílias inscritas no Cadastro Único - Município de Franca

Faixa da Renda Total da Família	Total
Até 1 S.M.	22.411
Entre 1 e 2 S.M.	7.517
Entre 2 e 3 S.M.	2.380
Acima de 3 S.M.	1.094
TOTAL	33.402

Fonte: CECAD, 2023. Acesso em: 09 de outubro de 2023.

O quadro 2 permite identificar o quantitativo de crianças de 0 a 6 anos de idade presentes nessas famílias inseridas no Cadastro Único em Franca.

Quadro 2 - Quantitativo de Crianças de 0 a 6 anos cujas famílias estão inscritas no CadÚnico



Faixa da renda familiar per capita					
Faixa etária	Pobreza 1 (até R\$ 109)	Pobreza 2 (de R\$ 109 a R\$ 218)	Baixa Renda	Acima de 1/2 S.M.	Total
Entre 0 e 4	3.076	1.320	2.151	583	7.130
Entre 5 a 6	1.529	653	1.239	439	3.860

Fonte: CECAD, 2023. Acesso em: 09 de outubro de 2023.

As informações contidas no Cadastro Único permitem observar que as famílias francanas classificadas como pobres e extremamente pobres, com insuficiência de renda incluindo aquelas com presença de crianças e adolescentes na sua composição, apresentam como principais características: desqualificação profissional, empregos informais, baixa escolaridade, diferenças culturais, moradias precárias, coabitações e, majoritariamente, são de famílias monoparentais conduzidas por mulheres.

Esses dados permitem afirmar que das 33.402 famílias inscritas no CadÚnico em Franca em agosto de 2023, 10.990 possuem crianças de 0 a 6 anos na sua composição. Dessas, 6.578 estão em Pobreza 1 e 2 (antigas extrema pobreza e pobreza); 3.390 estão na faixa de Baixa Renda e 1.022 estão com renda acima de meio salário mínimo per capita.

Esses dados, somados a outros estudos, permitem afirmar que a desigualdade está no cerne da pobreza e se expressa nas condições associadas ao gênero, etnia, raça, crença, procedência, cultura, escolaridade, grupo social e distribuição desigual ou não distribuição de riqueza. Alexandre de Freitas (2012)¹⁵ afirma que a desigualdade não é somente a diferença de renda ou poder econômico, “mas inclui diferenças fundamentais individuais, sociais e de poder político que indivíduos ou grupos possam exercer sobre suas vidas e perspectivas.”

O Cadastramento é condição para acesso ao Programa Bolsa Família - PBF, integra em um só programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. É destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.

15 FREITAS, Gustavo Gomes; DOWBOR, Mônica; AMORIM, Ricardo L.C. (et all); BARBOSA, Alexandre de Freitas (org.). Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores. 1. ed. São Paulo; Outras Expressões, 2012.



Além de garantir uma renda básica busca assegurar o acompanhamento das famílias nos programas, projetos e serviços públicos.

De acordo com informações do site do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania¹⁶, atualmente, o protagonismo feminino é um dos traços do PBF. No programa de transferência do Governo Federal, a ampla maioria dos lares tem uma mulher como responsável familiar. Na folha de pagamento de março de 2023, 81,2% dos benefícios concedidos estavam em nome das mulheres, sendo 12.970 famílias, com 36.061 pessoas beneficiadas.

Do total de pessoas beneficiadas 7.693 são crianças de 0 a 06 anos, 334 recebem Bolsa Família e 257 recebem Bolsa Variável Nutriz.

O mesmo pode-se afirmar com relação a raça, 10,3 milhões dos beneficiários do Bolsa Família são negros, o que representa 75% do total de beneficiários do programa de complementação de renda. Com relação à escolaridade, a maioria dos responsáveis pelo benefício possui ensino fundamental incompleto (62,7%). Apenas 14,7% concluíram o ensino médio e um número muito pequeno (1,4%) chegou a alcançar o ensino superior. Portanto, a desigualdade é consequência das relações sociais que, mesmo em abundância de riqueza, articula acumulação e empobrecimento.

A partir da compreensão de que a pobreza gira em torno da desigualdade, a população pobre e extremamente pobre vive condições reiteradas de desigualdade social, apresentando como marcas: “o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregos de modo precário e intermitente, os que se tornam não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo.” (Yasbek, 2009, p. 72).¹⁷

Estudos mostram que a desigualdade social e a pobreza são as principais causas da fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil e no mundo. A insuficiência de renda e a desigual distribuição de alimentos desfavorecem o acesso à alimentação em quantidade e qualidade necessárias à garantia nutricional.

A Organização das Nações Unidas - ONU, publicou relatório em julho de 2023 abordando indicadores de fome e insegurança alimentar no Brasil. Segundo esse, 70,3 milhões de

16 Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Dados sobre pobreza entre a população negra são apresentados no CNPIR. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_sepipir/noticias/maio/dados-sobre-pobreza-entre-a-populacao-negra-sao-apresentados-no-cnpir#:~:text=Dos%20benefici%C3%A1rios%20do%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia,programa%20de%20complementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20renda>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

17 YASBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2009.



pessoas, em 2022, estavam em estado de insegurança alimentar moderada, que é quando possuem dificuldade para se alimentar. O levantamento também aponta que 21,1 milhões de pessoas no país estavam em insegurança alimentar grave, caracterizado por estado de fome.

Entendendo que a insuficiência de renda é o maior causador da fome e da insegurança alimentar, dados do CadÚnico sugerem que atualmente há cerca de 50.000 pessoas vivendo situação de insegurança alimentar e nutricional em Franca, indicador que levou o Município a implantar um conjunto de ações de segurança alimentar e nutricional, bem como, inclusão de orçamento em 2024 para incremento dessas ações. As iniciativas consistiram na reestruturação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, do Banco de Alimentos e da implantação da Cozinha Alimento. Tais ações proporcionaram a inclusão de Franca no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN bem como, no Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal – PAA, a partir do último trimestre de 2023.

Entende-se por Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, de acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

A insegurança alimentar, a desnutrição ou a má nutrição, podem aumentar os problemas de saúde e de doenças e podem estar associadas a fatores determinantes do baixo peso ao nascer, do surgimento de anemia entre mulheres em idade reprodutiva, cuja deficiência pode afetar a gravidez e ameaçar a vida da mãe e do feto, além ainda de provocar o atraso no crescimento durante a infância.

O gráfico a seguir apresenta a situação da insegurança alimentar no Brasil.

Gráfico 12 – Insegurança Alimentar no Brasil 2004-2021





No enfrentamento à pobreza, à desigualdade e à insegurança alimentar e nutricional, as políticas de transferência de renda são prevalentes no Brasil, demonstrando, contudo, incapazes de reverter níveis tão elevados de pobreza e desigualdade. Garante pouquíssima autonomia do indivíduo enquanto consumidor e atenua os efeitos mais perversos da pobreza, da desigualdade e da insegurança alimentar, reproduzindo a classe de pobres.

3.1.1.2 Violência

O Plano Nacional da Primeira Infância (2020, p.184) narra que apesar do Brasil trazer no topo do seu ordenamento jurídico a questão da proteção integral à criança e ao adolescente, o país ocupa, na América Latina, o 2º lugar no ranking de crianças e adolescentes expostos à violência, afirmando que 57% dos casos ocorrem dentro de casa.

No mesmo Plano, dados do DataSUS informam que as violências e os acidentes são as maiores causas das mortes de crianças, adolescentes e jovens de 1 a 19 anos no Brasil. Entre essas chamadas causas externas, as agressões são as que mais matam crianças. A violência mais informada nos atendimentos das unidades de saúde, contra crianças e adolescentes de 0 a 13 anos, é o estupro, que muitas vezes ocorre na própria casa da vítima, em 58% dos casos.

Atualmente, a violência é considerada um fenômeno de causalidade complexa. A violência não é uma, é múltipla, por isso, difícil de ser conceituada. Trata-se de “um fenômeno



da ordem do vivido e cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia.”¹⁸ (BRASIL, 2005).

O documento publicado pelo Ministério da Saúde denominado *Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros* (2005), classifica a violência em quatro modalidades de expressão: física, psicológica, sexual e envolvendo abandono, negligência ou privação de cuidados.

O termo abuso físico significa o uso da força para produzir injúrias, feridas, dor ou incapacidade em outrem. A categoria abuso psicológico nomeia agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir a liberdade ou ainda, isolá-la do convívio social. A classificação abuso sexual diz respeito ao ato ou ao jogo sexual que ocorre nas relações hetero ou homossexual e visa a estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual e práticas eróticas, pornográficas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças. Por negligência ou abandono se entende a ausência, a recusa ou a deserção de cuidados necessários a alguém que deveria receber atenção e cuidados. (BRASIL, 2005).

A Organização Mundial da Saúde - OMS, explica os fatores que envolvem a violência. O primeiro nível busca identificar os fatores biológicos e pessoais que cada pessoa porta em seu comportamento, concentrando-se nas características que aumentam a possibilidade do indivíduo ser vítima ou perpetrador de violência. No segundo nível, são nomeados os fatores relacionais, evidenciando-se as interações sociais, nos âmbitos mais próximos dos companheiros, dos colegas, dos parceiros íntimos, dos membros da família, e sua influência na vitimização ou na perpetração da violência. Em terceiro lugar são colocados os fatores comunitários e sua influência na dinâmica da violência. Nesses contextos comunitários são nomeados os locais de trabalho, a escola e a vizinhança e como problemas, os altos níveis de desemprego, a presença de tráfico de drogas e de armas e componentes de ordem relacional, como o isolamento social em que vivem determinadas famílias. Em quarto lugar, o modelo ecológico enfatiza os fatores sociais mais amplos que contextualizam os índices de violência. Citam-se: normas culturais que justificam a violência como forma de resolver conflitos; atitudes que consideram a opção pelo suicídio como um direito de escolha individual; machismo e cultura adultocêntrica; normas que validam o uso abusivo da força pela polícia; normas que apoiam conflitos políticos. (OMS, 2002).

18 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

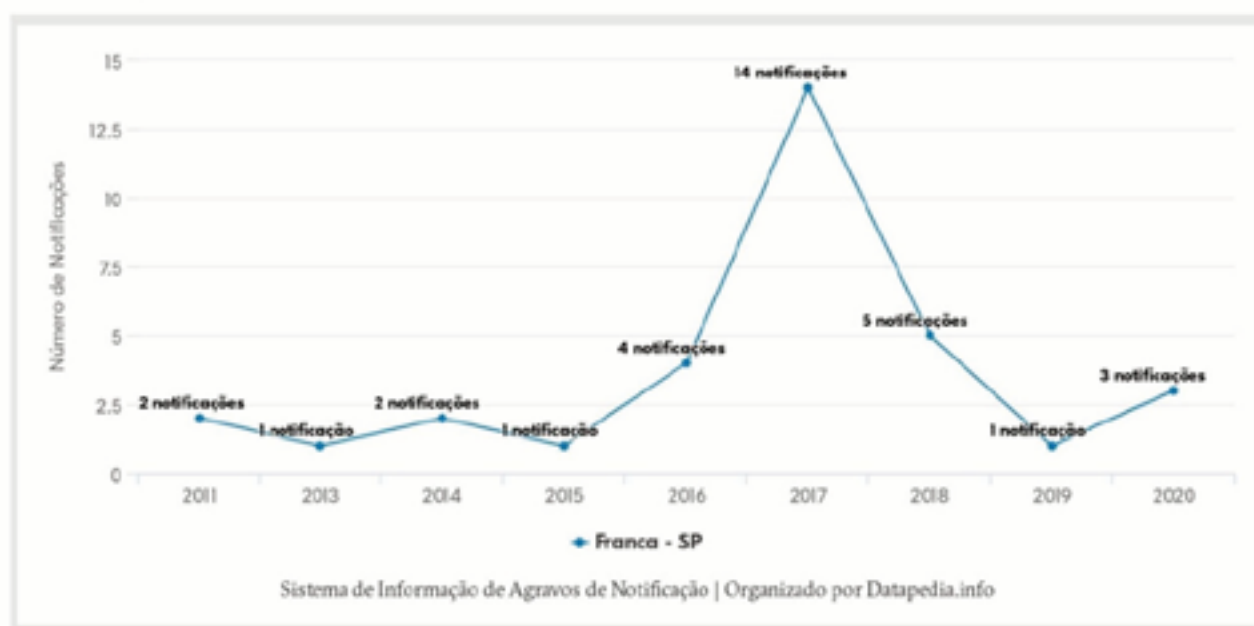


Assim, a violência contra crianças e adolescentes está representada em toda ação ou omissão capaz de provocar lesões, danos e transtornos a seu desenvolvimento integral. Tais eventos geralmente envolvem uma relação assimétrica e desigual de poder manifestada pela força física, pelo poder econômico ou político, pela dominação e opressão familiar ou geracional.

O Relatório da Fundação Maria Cecília Vidigal (2020), mostra dados do Município de Franca relativos aos atendimentos médicos de crianças que tiveram como causa um ato violento. Intui-se que, para cada um desses casos, há uma série de atos violentos que não chegaram ao ponto de exigir atendimento médico. Entre os grandes auxiliares na tarefa de identificar riscos de violência estão os professores de creches e pré-escolas e as equipes do programa Estratégia Saúde da Família - ESF ou outros programas sociais.

O gráfico a seguir mostra o número de Notificações de casos de violência em Franca, no período de 2010 a 2021.

Gráfico 13 - Notificações de casos de violência contra crianças de 0 a 4 anos (2010 – 2021).



Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Disponível em: <<https://primeirainfancia.primeiro.fmcsv.org.br/municipios/franca-sp/>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

O gráfico acima apresenta um pico de 14 notificações no ano de 2017 com queda acentuada entre 2018 e 2019 e leve crescimento em 2020. Apesar da crescente publicação sobre

o tema, a subnotificação desses casos é um grave problema, pois a ausência de dados sobre o fenômeno implica em sua invisibilidade e no não desencadeamento de estratégias adequadas pelo poder público, projetando suas ações basicamente sobre os registros realizados.

A violência se expressa também através da ocorrência de homicídios. O quadro a seguir demonstra taxa de homicídios no Brasil e em São Paulo entre os anos de 2009 e 2019.

Quadro 3 - Taxa de Homicídios por UF (2009 a 2019)

Taxas de homicídios por 100 mil habitantes												Variação %		
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2009 a 2019	2014 a 2019	2018 a 2019
Brasil	27,2	27,8	27,4	29,4	28,6	29,8	28,9	30,3	31,6	27,8	21,7	-20,3%	-22,1%	-27,4%
São Paulo	15,8	14,6	14,0	15,7	13,8	14,0	12,2	10,9	10,3	8,2	7,3	-53,8%	-10,6%	-47,9%

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Atlas da Violência 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.¹⁹

O Atlas Brasil (2021) registra aumento considerável de mortes violentas por causas indeterminadas entre os anos de 2018 e 2019, com destaque para o homicídio de mulheres e de jovens. Segundo este documento as mulheres negras são as maiores vítimas e representam o dobro em relação ao homicídio de mulheres não negras. Estudo da Universidade Estadual de Londrina²⁰ (2023) estima que cerca de 2.300 crianças e adolescentes ficam órfãos em decorrência desse tipo de crime todos os anos, tornando-os vítimas secundárias da violência.

Em relação à Franca, seguem os dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública sobre algumas violências, como homicídios dolosos, furto, roubo, estupro e estupro de vulnerável:

¹⁹ Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração: Diest/Ipea, FBSP e IJSN. (ATLAS BRASIL, 2021, p. 18).

²⁰ Universidade Estadual de Londrina (UEL). Nada é como a mãe: a vida de crianças e adolescentes órfãos do feminicídio. Disponível em: <<https://sites.uel.br/lesfem/nada-e-como-a-mae-a-vida-de-criancas-e-adolescentes-orfaos-do-feminicidio>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.



Quadro 4- Dados de Violência no Município de Franca (2020-2023)

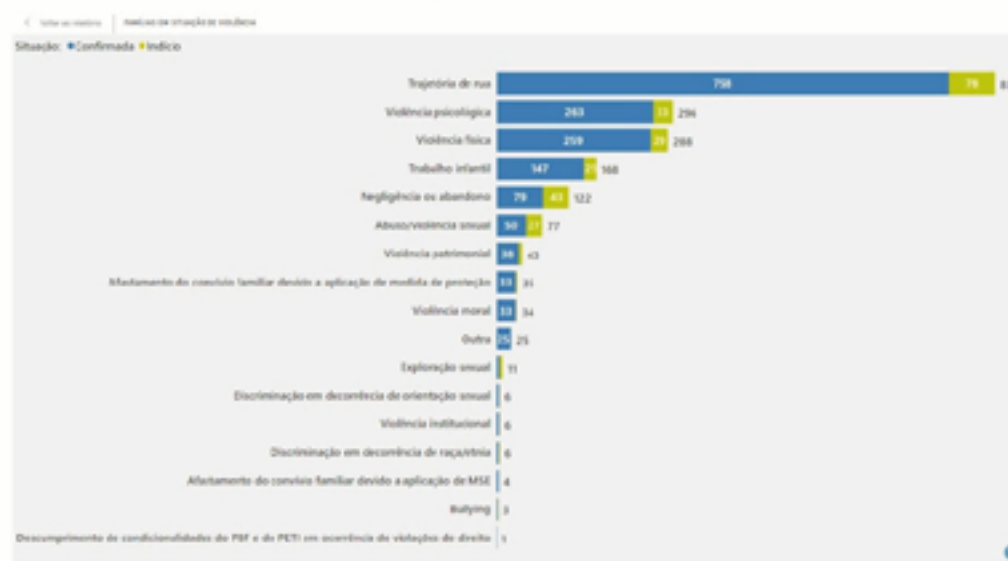
Tipo de Crime	2020	2021	2022	2023
Homicídio Doloso	16	21	15	25
Furto - Outros	3.262	3.872	4.855	4.944
Roubo - Outros	298	302	414	310
Estupro	16	31	22	31
Estupro de Vulnerável	44	53	58	87

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Portal SSP - Dados Mensais - 2020 a 2023.

Como é possível observar, ocorreu nos últimos anos um aumento nos registros de furto e estupro de vulnerável. Os demais crimes seguem oscilando ano a ano, ora para baixo, ora para cima. Aponta-se uma necessidade de pesquisas que identifiquem as principais causas e incidências em relação ao aumento destes crimes.

De acordo com o GESUAS, no período de janeiro de 2021 a dezembro de 2023, observou-se que entre os tipos de violência praticados, destacaram-se a trajetória de rua, com 836 registros, em segundo lugar a violência psicológica com 296 casos, em terceiro a violência física com 288 ocorrências e em quarto lugar registrou-se o trabalho infantil com 168 situações.

Gráfico 14 - Famílias em Situação de Violência – GESUAS 2021-2023



Fonte: GESUAS Franca, 2023.

O trabalho infantil é outra categoria de violência. De acordo com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – PNPETI, no Brasil um número significativo de famílias em condições de pobreza tem o trabalho infantil como fonte de renda.

Em Franca, a política de assistência social, por meio dos serviços, programas, benefícios e políticas intersetoriais tem realizado ações preventivas, bem como buscado romper com o ciclo de exploração pelo trabalho infantil.

Também a atuação do Ministério do Trabalho através do Juizado Especializado da Infância e Juventude de Franca – JEIA, tem sido uma das estratégias na identificação das vagas de aprendizagem e sensibilização das empresas, juntamente com o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil. Estes tem somado esforços na superação do trabalho infantil no Município.

A presença de crianças e adolescentes nos semáforos das principais avenidas da cidade de Franca, nos anos de 2021 e 2022, motivou a realização de pesquisas para coletar informações a respeito da situação. Estas foram realizadas pelo Serviço de Abordagem Social nos espaços públicos e pelos Serviços da Rede SUAS Pública e Privada que apontaram que 195 crianças e adolescentes se encontravam em situação de exploração pelo trabalho infantil.

Quanto às formas de exploração, verificou-se maior incidência da venda de doces e balas (35,6%) igualmente com a exploração pelo tráfico de drogas (35,6%), entretanto, é imprescindível que se atente às outras formas de exploração tão graves quanto e geralmente subnotificadas no Município, como a exploração sexual, a limpeza de vidros de carros, a fabricação de calçados e outros.

O Cadastro Único, em agosto de 2023, registrou apenas 10 famílias inscritas que sinalizavam a presença de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil em Franca, configurando outra violência subnotificada.

É importante destacar ainda que a questão do trabalho infantil vem sendo colocada como uma preocupação por toda a sociedade francana tendo em vista, principalmente, a presença de crianças e adolescentes nos cruzamentos das principais avenidas da cidade, colocando-os em situação de risco, com exposição à exploração, abuso sexual comercial e uso e exploração no tráfico de drogas. Tais situações passaram a ser crescentes diante do cenário econômico e social instalado durante e pós-pandemia da Covid-19.

Ainda sobre a violência, o Núcleo de Escuta Especializada, constituído em Franca desde agosto de 2022, em cumprimento à Lei Federal n.º 13.431/2017, atendeu entre os meses de março e junho de 2023, quarenta casos envolvendo crianças de 0 a 6 anos de idade, sendo 15



do sexo masculino e 25 do sexo feminino. O quadro a seguir quantifica as crianças atendidas por idade.

Gráfico 15 - Quantidade de crianças atendidas pelo Núcleo de Escuta Especializada, por idades, nos meses de março a junho de 2023.

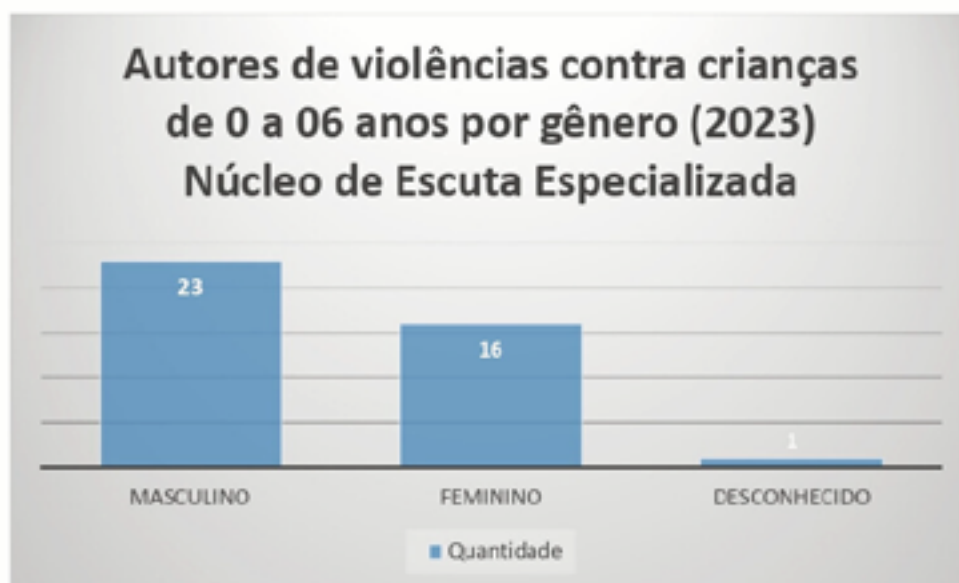


Fonte: Relatório do Núcleo de Escuta Especializada, junho de 2023.

Outra informação do mesmo período, produzida pelo Núcleo de Escuta Especializada revela os autores da violência contra crianças de 0 a 6 anos por gênero.

Gráfico 16 - Quantidade de autores de violência identificada pelo Núcleo de Escuta Especializada no período de março a junho de 2023.





Fonte: Relatório do Núcleo de Escuta Especializada, junho de 2023.

Os dois gráficos acima demonstram que o maior número de vítimas de violência ocorre com crianças do sexo feminino, na ordem de 60% e na faixa de 4 a 5 anos da idade.

Quanto aos autores da violência contra crianças de 0 a 6 anos de idade, o quantitativo de homens é 50% maior de que o das mulheres.

As informações do Núcleo de Escuta Especializada registram outros indicadores importantes, destaca-se também a violência praticada por pessoa com algum grau de parentesco com a vítima, sendo 8 autores entre pais, tios, padrastos, primos e avôs.

3.1.1.3. Cidadania

O Título I da Constituição Federal de 1988, trata dos princípios fundamentais da República e declara no artigo 3º que a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação são objetivos constitucionais fundamentais a serem respeitados tanto nas ações estatais quanto nas relações civis.

O Título II assegura a todos os brasileiros direitos civis, políticos e sociais e os qualifica como direitos fundamentais. Couto (2008, p. 34-35)²¹ prefere organizá-los por gerações. São

21 COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social brasileira: uma questão possível? 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.



considerados da primeira geração os direitos civis e políticos. “Esses direitos são exercidos pelos homens, individualmente, e têm como princípio opor-se à presença da intermediação do Estado para seu exercício [...]”. Os direitos sociais pertencem à segunda geração e “[...] são exercidos pelos homens por meio da intervenção do Estado, que é quem deve provê-los.” A autora apresenta como direitos da terceira geração, os direitos ao desenvolvimento “[...] fundados na ideia de solidariedade. São de natureza coletiva e também difusa”, exercidos pelo homem individualmente e por grupos. Trata-se dos direitos relativos à paz, ao meio ambiente e à autodeterminação dos povos.

Os direitos fundamentais surgiram como respostas às desigualdades humanas e sociais, os quais por si só não garantem a cidadania, considerada como um status atribuído àqueles que exercem seus direitos e deveres através da participação ativa nos espaços públicos de decisão e o cidadão como aquele que tem a capacidade de criar e de agir.

Pedro Demo (1995)²², define cidadania como raiz dos direitos humanos, baseada no acesso desimpedido à vida, à sociedade e à gestão democrática, onde pobreza material não é mais importante que a pobreza política.

Segundo Dalmo de Abreu Dallari (1985)²³ “A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo.” Assim, a cidadania deve ser entendida, como processo contínuo, uma construção coletiva que almeja a realização gradativa dos direitos humanos e de uma sociedade mais justa e solidária, portanto de natureza emancipatória, que contribui para a elevação intelectual e política.

A partir dessas definições, os dois autores consideram que o modelo social, econômico e político brasileiro, alcança, no máximo, a cidadania tutelada ou assistida, definida por Pedro Demo: cidadania tutelada é aquela com práticas clientelista e paternalista com o objetivo de manter a população atrelada aos projetos políticos e econômicos vigentes. Já a cidadania assistida, expressa a forma mais amena da pobreza política porque já permite a elaboração de um embrião da noção de direito.

Nesse sentido, constituem desafios primordiais para o enfrentamento à desigualdade, a superação das pobreza materiais e políticas da população mais vulnerável. A primeira gera privação, carência, violência, mera sobrevivência. A segunda reproduz a exclusão, a injustiça, a negação de direitos e massa de manobra.

22 DEMO, Pedro. Cidadania Tutelada e cidadania assistida. Campinas: SP, Autores Associados, 1995.

23 DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. Disponível em: <<https://www.moderna.com.br/data/files/8A7A83CB30D6852A0131A952A2FD0225/85-16-03945-5.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.



Na mesma lógica, Pedro Demo considera que Estatuto da Criança e do Adolescente assegura a cidadania assistida, entendendo que o ECA “passando incrivelmente longe das raízes do problema, à medida que, mantém intocado o sistema produtivo e passa ao largo das relações de mercado, não se comprometendo com a necessária equalização de oportunidades.” E, por conta disso, “não é preventivo, superdimensiona a força de políticas setoriais, reduzindo-as na prática a educação e assistência.”

Segundo Correa (2022), a cidadania não é propriedade deste ou daquele grupo, desta ou daquela classe social. O entendimento da cidadania como vivência plena da experiência ampla em sociedade é, ainda, uma conquista a ser alcançada por muitos grupos na atualidade, incluindo-se aqui a faixa etária das crianças de zero a seis anos.

Investir nos primeiros anos de vida é uma das melhores estratégias no enfrentamento da desigualdade e na prevenção aos ciclos de pobreza e exclusão e construção da cidadania.

A Primeira Infância, período que compreende dos 0 aos 6 anos, é uma fase extremamente importante na vida de todos os indivíduos, pois é nela que se desenvolvem a maioria das habilidades como falar, andar, correr, pular, entre outras, por meio das experiências e vivências. O afeto, os cuidados, os estímulos corretos, a interação com outras pessoas e a cultura, são fundamentais para o alcance dos direitos da criança, especialmente em seu aprendizado, garantindo assim o seu desenvolvimento e sua cidadania.

A criança exerce sua cidadania no relacionamento com os outros, com a família, com o trabalho, com a escola, com os vizinhos. O modo como ela se coloca na cidade, define o quanto a criança exerce sua cidadania.

A família é o primeiro grupo político da criança, nela coexistem limites e regras comuns a qualquer relacionamento e aprendizado. A escola é outro grupo político do qual a criança experimenta, aprende e vivencia através das regras de convívio, deveres e direitos. Tudo isso são exercícios de cidadania.

Outro exercício com dimensão política de cidadania, são os espaços das Conferências, especialmente as Lúdicas dos Direitos da Criança e do Adolescente que começaram a ser realizadas desde 1999 e que ocorrem a cada 2 (dois) anos.

Esses movimentos, conforme disse Benevides (1994, p, 93-94), acrescentam que o conceito de cidadania ativa como aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres mais essencialmente funcionam como criador de direitos para abrir novos espaços de participação política. Sendo assim, a cidadania vai se constituindo na formação de espaços sociais de luta em que o cidadão tem comportamentos próprios e, também, cria direitos na coletividade.



As Conferências de Direitos e as Conferências Lúdicas e Livres da Criança e do Adolescente têm se constituído ao longo dos anos como espaços públicos de discussão e mobilização da sociedade, sobretudo de crianças e adolescentes na construção de uma agenda de diretrizes para as políticas públicas destinadas a este segmento.

No Município de Franca as conferências foram realizadas conforme orientações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo 12 (doze) Conferências Municipais; 06 (seis) Conferências Lúdicas e 02 (duas) Conferências Livres. A seguir apresenta-se o quadro com os temas e datas em que ocorreram as respectivas conferências:

Quadro 5 – Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca – 1996 – 2022

Nº da Conferência	Tema da Conferência	Dias	Mês	Ano de realização
I	Prioridade Absoluta	05 a 07	Agosto	1996
II	Criança e adolescente prioridade absoluta.	21 a 23	Maio	1997
III	Uma década de história rumo ao terceiro milênio	20 e 21	Setembro	1999
IV	Crianças, Adolescentes e Violência”, com o lema: “Violência é Covardia as Marcas Ficam na Sociedade	14	Agosto	2001
V	PACTO PELA PAZ – Uma Construção Possível.	26 e 27	Setembro	2003
VI	Controle Social, Participação e Garantia de Direitos – Por uma Política para Crianças e Adolescentes.	01	Julho	2005
VII	Concretizar Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: Um Investimento Obrigatório	29	Maio	2007



VIII	Construindo Diretrizes da Política Nacional e do Plano Decenal.	03	Junho	2009
IX	Política Nacional e o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente	11	Novembro	2011
X	O fortalecimento dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente	20	Maio	2015
XI	Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências.		Outubro	2018
XII	A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia de Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade	22	Novembro	2022

Fonte: CMDCAF, 2023

Quadro 6 – Conferências Lúdicas da Criança e do Adolescente realizadas em Franca – 2005 – 2018

Nº da Conferência	Tema da Conferência	Dias	Mês	Ano de realização
I	Controle Social, Participação e Garantia de Direitos – Por uma Política para Crianças e Adolescentes.			2005
II	Concretizar Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: Um Investimento Obrigatório			2007



III	Construindo Diretrizes da Política Nacional e do Plano Decenal.	01 a 03	Junho	2009
IV	Política Nacional e o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente	07	Outubro	2011
V	O fortalecimento dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente	21	Maio	2015
VI	Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências.		Setembro	2018

Fonte: CMDCAF, 2023

Quadro 7 – Conferências Livres

Tema da Conferência	Dias	Mês	Ano de realização
Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente	30	Setembro	2014
A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia de Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade	28/09, 05 e 26/10	Setembro e outubro.	2022

Fonte: CMDCAF, 2023

Pedro Demo (1995) afirma que uma sociedade se desenvolve, quando cada “sujeito emancipado luta pelos próprios direitos, porque faz parte de sua competência perceber que direito não é dado, mas conquistado.” Daí a importância do envolvimento e da participação ativa dos cidadãos.

3.1.1.4 Acidentes



Os acidentes constituem uma causa importante de morbidade e mortalidade na infância em todo o mundo. Quedas, cortes e queimaduras, entre outros, na infância, de acordo com o estágio de desenvolvimento da criança, são fatores principais de mortes, sendo este aspecto essencial para a formulação de programas de prevenção dirigidos para cada ciclo etário.

Segundo a Sociedade de Pediatria de São Paulo, os acidentes mais recorrentes com recém-nascidos e que colocam o bebê em risco são: a asfixia (sufocação e engasgo por leite, chá), queimaduras e afogamento (problemas decorrentes do banho realizado de modo inadequado), intoxicações (medicamentos administrados inadvertidamente) e traumas (quedas do trocador ou do colo). A partir dos 6 meses, quando começam a gatinhar, é comum as crianças levarem tudo à boca, como peças de brinquedos, botões, bicos de chupetas e outros, o que pode provocar acidentes como engasgos.

A partir do primeiro ano de vida, quando então começa a andar, a criança pode sofrer quedas e traumas (quedas, da própria altura ou das mais variadas alturas), queimaduras (banho, fogão, panelas), intoxicações (produtos de uso domiciliar, medicamentos, plantas), afogamentos (banheira, balde, piscina), aspirações ou sufocações por corpo estranho, picadas venenosas (aranhas, escorpiões, insetos) e mordeduras (animais domésticos).

Já entre os 03 e 07 anos a criança possui muita energia, curiosidade, movimentação rápida e pequena capacidade de previsão de riscos. O pensamento mágico que acompanha esta faixa etária faz a criança achar que pode cair sem se ferir. Nesta idade, os acidentes mais recorrentes são: atropelamentos e colisões (acidentes de trânsito), afogamentos (piscinas, tanques, rios, mares e lagos), queimaduras (além das já citadas, aquelas com fogos de artifício, fósforos e fogueiras), choques elétricos (aparelhos elétricos, tomadas, fios desencapados), picadas venenosas (aranhas, escorpiões, outros insetos), mordeduras (animais domésticos), ferimentos (objetos cortantes, armas), traumas (quedas) e intoxicações.

De acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM ²⁴, do Ministério de Saúde, no ano de 2020, no estado de São Paulo, foram registrados 113 óbitos de crianças de 0 a 04 anos e 12 óbito de crianças na faixa de 05 a 09 anos por acidentes domésticos. No ano de 2021, houve um aumento do número óbitos na faixa etária de 0 a 4 anos registrando-se 136 óbitos, enquanto na faixa etária de 05 a 09 anos, foram 11 óbitos.

²⁴ Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Infográfico sobre prevenção de acidentes domésticos envolvendo crianças. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/novembro/ministerio-alerta-para-prevencao-de-acidentes-domesticos-envolvendo-criancas/copy_of_INFOGRAFICOVIOLENCIASDOMESTICASfinal.jpg>. Acesso em: 30 de abril de 2024.



Portanto, o ciclo etário de 0 a 04 anos, de acordo com os estudos, é a fase em que a criança adquire maior capacidade motora e ainda não possui compreensão das situações de perigo ficando vulnerável a uma série de perigos exigindo cuidados especiais e atenção total.

Segundo a FIOCRUZ²⁵ o conhecimento das ocorrências de acidentes, de acordo com o estágio de desenvolvimento da criança, é importante para a formulação de programas de prevenção dirigidos a cada faixa etária. No Brasil, várias ações visando à redução da morbimortalidade por acidentes e violência são recomendadas pela Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, entre elas: promoção da adoção de comportamentos e de ambientes saudáveis; monitorização da ocorrência de acidentes; sistematização, ampliação e consolidação do atendimento pré-hospitalar aos acidentados, entre outras, visando ao melhor atendimento e ao desenvolvimento de novas pesquisas na área.

Em 2022, a DRS²⁶ elaborou um Plano de Ação Regional de Acidentes GVE XVIII/DRS VIII- Franca da Rede de Atendimento às Pessoas Vítimas de Acidente por Escorpião, que inclui todos os serviços de referência em urgência e emergência, possibilitando uma melhor avaliação e intervenção das necessidades de saúde existentes com base na Portaria GM/MS nº 2. 472, 2.472²⁷, de 31 de agosto de 2010.

Está previsto no Plano pontos estratégicos antivenenos para atendimento nos casos de acidentes com animais peçonhentos. Em caso de necessidade pré-hospitalar móvel (SAMU), a região²⁸ conta com 1 unidade reguladora (Central de Regulação), localizada no Município de Franca, a qual regula as solicitações das três Regiões de Saúde do DRS VIII – Franca (Alta Anhanguera, Alta Mogiana e Três Colinas).

25 Barcelos, R. S., Santos, I. S., Matijasevich, A., Barros, A. J. D., Barros, F. C., França, G. V. A., & Silva, V. L. S. (Ano). Acidentes por quedas, cortes e queimaduras em crianças de 0-4 anos: coorte de nascimentos de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, 2004. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 13(3), 384-394. Disponível em: <<https://www.scielo.br/r/csp/a/K8RHVbY7pRWd4xMpRk665zG/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

26 DRS – Departamento Regional de Saúde de Franca, Coordenadoria Regional de Saúde da Secretaria Estadual de Saúde – SP.

27 Portaria que define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelecer fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde, esses acidentes com animais peçonhentos devem ser notificados, diz o Plano de Ação.

28 ALTA ANHANGUERA: 1 unidade USB (Unidade de Suporte Básico) no Município de São Joaquim da Barra, 1 unidade USB (Unidade de Suporte Básico) no Município de Orlândia e 1 unidade USB (Unidade de Suporte Básico) no Município de Ipuã. - ALTA MOGIANA: 1 unidade USB (Unidade de Serviço Básico) no Município de Miguelópolis, 1 unidade USB (Unidade de Serviço Básico) no Município de Guará e 1 unidade USB (Unidade de Suporte Básico) no Município de Ituverava. - TRÊS COLINAS: 1 unidade USB (Unidade de Suporte Básico) no Município de Patrocínio Paulista, 3 unidades USB (Unidade de Suporte Básico) no Município de Franca e 1 unidade USA (Unidade de Suporte Avançado) no Município de Franca.



No que se refere às unidades de referência, o Município conta com 3 (três) Unidade de Suporte Básico – USB e 1 (uma) unidade Pré-hospitalar, tendo como referência a Santa Casa de Misericórdia de Franca.

As pesquisas sobre acidentes na primeira infância demonstram o quanto deve-se divulgar formas de prevenção de acidentes, orientando familiares e cuidadores, criando ambientes mais seguros.

3.1.1.5 Pressão Consumista, Exposição nos Meios de Comunicação e Telas Digitais

A pressão consumista pode ser explicada como as ações do mercado de consumo e se direcionam para as crianças, de forma a persuadi-las ao desejo de consumir determinado produto ou serviço. Trata-se de uma comunicação mercadológica que conformam tendências, tais como hábitos alimentares não saudáveis que contribuem para o aumento nas taxas de obesidade e de doenças crônicas não transmissíveis, como o diabetes, entre outros.

Essa prática tem provocado alguns impactos sociais negativos associados à publicidade infantil, tais como: adultização e erotização precoces, estresse familiar, competição entre pares, incorporação de valores materialistas, consumo precoce de tabaco e álcool, banalização da agressividade, redução de brincadeiras livres e criativas, entre outros aspectos.

Nesse processo há forte influência das publicidades que usam a criança como público-alvo para aquisição de produtos e serviços, os quais aderem com facilidade e se tornam grandes consumidoras, hoje e no futuro.

Estudos demonstram que crianças de 0 a 6 anos não conseguem diferenciar publicidade de conteúdo de entretenimento, por isso são mais vulneráveis e manipuláveis em relação à comunicação mercadológica, pois absorvem o conteúdo comercial sem que possam compreender de forma crítica essa dinâmica.

As telas digitais como celulares e tablets, entre outros, tem sido utilizadas como brinquedos e objetos de entretenimento aos pequenos.

A televisão tem sido o equipamento menos viciante quando comparada com os demais, mesmo assim, precisa ser usada de forma adequada e monitorada, tal como o videogame e os jogos que geram a dependência eletrônica.



As redes sociais, também são outros meios utilizados que podem desencadear a exposição ao bullying, assédio e o isolamento, tendo como consequências o aumento da ansiedade e o risco de depressão.

Em 2014 foi criada a Lei nº 12.965²⁹ que fomenta a educação digital e faculta aos pais a opção de livre escolha dos programas, os quais as crianças podem acessar.

A aceleração das redes sociais pela Internet com a multiplicação do acesso aos vários aplicativos e jogos online direcionados às crianças e adolescentes, requer cada vez mais o alerta e a atenção de todos que lidam com as tarefas de responsabilidade dos cuidados de saúde durante a infância e a adolescência. Em consonância com o *Manual de Orientação #MenosTelas #MaisSaúde* (2019-2021)³⁰, nada substitui o contato, o apego e o afeto humano, o olhar, o sorriso, a expressão facial e a voz da mãe, pai, família, cuidadores com a supervisão constante para segurança e limites, nos cuidados imediatos durante a primeira infância.

Estudos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)³¹, de 2022, afirmam que o comportamento obsessivo associado a jogos eletrônicos passou a ser diagnosticado e tratado por profissionais de saúde mental conforme nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde³², a CID-11, anunciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Sintomas como o aumento da prioridade dada aos jogos, que passam a prevalecer sobre outras atividades e áreas de interesse da vida pessoal e social, caracterizam esse distúrbio.

Segundo uma pesquisa realizada pela Universidade do Ceará e pela Universidade de Harvard publicada em 2021³³, nos Estados Unidos, em parceria com outras instituições, que acompanharam 3.155 crianças cearenses do nascimento até os 5 anos de idade demonstrou que,

29 O Marco Civil da Internet, Lei 12.965 (2014) além de fomentar a educação digital em seu artigo 29, faculta aos pais usuários das TICs a opção de livre escolha de programa para o exercício do controle parental como formas de proteção às mudanças tecnológicas, em especial sobre os impactos provocados nas famílias, nas rotinas e vivências das crianças. Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital. Manual de Orientação (2019-2021). Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas_MaisSaude.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2023.

30 Sociedade Brasileira de Pediatria. Manual de Orientação do Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital (2019-2021). Dezembro de 2019.

31 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Vício em games será considerado transtorno de saúde mental. Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/vicio-em-games-sera-considerado-transtorno-de-saude-mental/>>. Acesso em: 27 de junho de 2023.

32 No Brasil, a Constituição Federal (1988) no artigo 227 assegura a proteção integral da criança e do adolescente como prioridade absoluta de acordo com a Convenção dos Direitos da Criança aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1989). Se destacam os artigos 24 sobre os Direitos à Saúde e 31 sobre os Direitos ao Lazer assim ratificados pelo Decreto 99.710 (1990), no Brasil.

33 BBC. Como uso excessivo de celular impacta cérebro da criança. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-60853962>>. Acesso em: 18 de abril de 2024.



em média, 69% de todos os participantes foram expostos a um tempo excessivo de tela, nos primeiros 12 meses de vida. Dos recém-nascidos 41,7% tiveram acesso a vídeos e outros estímulos visuais passivos além da medida, porcentagem que aumentou e bateu 85,2% quando chegavam aos 4 e 5 anos. O levantamento mostrou que cada hora de uso dos dispositivos eletrônicos diminuiu consideravelmente a capacidade de comunicação, de resolução de problemas e de sociabilidade dos pequenos.

3.1.1.6 O Brincar

De acordo com Convenção dos Direitos da Criança, toda criança tem direito de brincar. Essa abordagem considera brincar a atividade de livre escolha do sujeito que brinca. Da mesma forma, considera a criança um ser histórico-social e cultural, pessoa em desenvolvimento, sujeito de direitos, necessidades e prioridade absoluta nas políticas sociais.

Já a infância, é a fase inicial da vida, que cronologicamente abrange os seis primeiros anos de vida ou os primeiros 72 meses de vida da criança, configurando uma etapa em que necessita da interação e ajuda dos adultos para sobreviver e desenvolver seu potencial físico, biológico, psicológico, social, cultural e educacional.

O desenvolvimento da criança ocorre por meio das relações, experiências e diferentes práticas cotidianas que estabelece com o meio e na interação com outro, construindo sua identidade pessoal e coletiva, acumulando, reproduzindo e produzindo conhecimentos. Portanto, o desenvolvimento representa o crescimento intelectual, social, emocional e físico da criança.

Essas concepções devem direcionar os trabalhos e ações do Sistema de Garantia de Direitos da Criança, a partir dos eixos estruturantes: cuidar e educar, brincar e interagir, escutando e valorizando as diversas linguagens das crianças e a participação delas na elaboração de projetos.

O Plano Nacional pela Primeira Infância - PNPI, estabelece o direito do brincar como fundamental e necessário para o desenvolvimento infantil, mediante a criação e garantia de espaços públicos lúdicos, observando viabilidade de interação, inclusão, crenças e cultura dos territórios.

Considerando que a criança aprende e se desenvolve brincando e interagindo diariamente, a brincadeira favorece a autoestima, auxilia a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa, e, neste sentido, o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI)



deve incentivar o brincar e o interagir como principais fundamentos para assegurar o desenvolvimento integral das crianças.

4. REDE MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA



4.1. Criança e a Saúde

A política de Saúde em Franca, conforme preconiza o Sistema Único de Saúde - SUS, está estruturada e organizada em Atenção Básica ou Nível Primário e Atenção de Especialidade ou Nível Secundário.

A rede de atenção básica possui 15 (quinze) Unidades Básicas de Saúde- UBS, 13 (treze) Unidades de Saúde da Família – ESF, e uma Unidade Básica de Saúde dentro do Centro de Detenção Provisória. As UBSs realizam atendimentos assistenciais e clínicos, dispondo de equipes multidisciplinares compostas por clínicos gerais, pediatras, ginecologistas, enfermeiros, assistentes sociais, nutricionistas, escriturários, serviços gerais, psicólogos, fonoaudiólogos e cirurgiões dentistas. Conta ainda com assistência farmacêutica e salas de vacinação. Em 2024 serão inauguradas outras três UBSs, localizadas nos bairros Paraty, São Domingos/Paineiras e City Petrópolis.

Já a rede de Atenção Especializada ou Nível Secundário, dispõe dos Ambulatórios da Crianças de Alto Risco, de Geriatria, de Gestação de Alto Risco, de Hanseníase, de Pacientes Renais Crônicos, de Tuberculose e de Saúde Mental. Compõe essa rede ainda, a Casa do Diabético, o Centro de Prevenção DST/AIDS, o Centro Oftalmológico, o Centro de Atenção Psicossocial para Dependentes Químicos - CAPS, o Centro de Referência de Saúde do Trabalhador – CEREST, e o Serviço de Verificação de Óbitos - SVO.

Também integram a rede de Atenção Especializada o Núcleo de Gestão Assistencial – NGA,³⁴ o Núcleo de Atendimento Infantil em Saúde Mental - NAIA, o serviço do SAMU, o Transporte e Serviços de Urgência e Emergência; os Programas de Prótese, Órtese e Bolsa de Colostomia, o Programa de DST/AIDS e Hepatite com Serviço de Atendimento Especializado – SAE, e Leito Dia. Conta ainda com um Ambulatório Médico de Especialidades – AME, que é regionalizado, duas Unidades de Pronto Atendimento – UPA, e dois Prontos Socorros, um para atendimento a adulto e outro infantil.

³⁴ Em 2023 foram iniciadas as obras de construção de novo prédio para abrigar o Núcleo de Gestão Assistencial - NGA de Franca.



No apoio aos serviços da rede de atenção primária e secundária o Município dispõe de Centro de Diagnóstico e Imagem; Central de Vagas para agendamento de Tratamento Fora de Domicílio - TFD; Farmácia de Manipulação de Medicamentos; Laboratório de Análises Clínicas; Serviço de Cadastro do Cartão SUS; Serviço de Remoção Externa para tratamento; Tratamento Fora de Domicílio (TFD); Serviço de Remoção Interna para atendimento de emergência - 192; Serviço de Odontomóvel para assistência e prevenção em saúde bucal; Unidade de Avaliação e Controle (UAC) que atende com procedimentos Médicos, Alta Complexidade e Vigilância em Saúde Epidemiológica, Sanitária e Ambiental.

Os Programas Vida Viva e o Vivendo Melhor; Colo de Mãe e Pai Coruja; Distribuição de Fraldas Descartáveis; Dentinho de Leite - programa de atenção precoce a bebês e Sabor Saudável, são ações que complementam o trabalho da rede de saúde de Franca.

No que se refere à Atenção Hospitalar ou Nível Terciário, o Município sedia seis Hospitais, sendo dois privados e três regionalizados que atendem paciente do SUS: Santa Casa de Misericórdia de Franca, Hospital do Coração e Hospital do Câncer. Encontra-se em construção um Hospital Estadual que será referência para o atendimento de média e alta complexidade para Franca e Região, com 200 leitos, sendo 40 vagas de UTI para adultos e crianças e seis salas de cirurgia. A população terá acesso a especialidades, exames laboratoriais, de imagem e biópsias.

Dessa forma, o atendimento à primeira infância na rede de saúde pública de Franca, oferta atenção primária, secundária e terciária, iniciando-se pelo acompanhamento pré-natal, mediante consultas, exames e parto, reduzindo ano a ano os índices de mortalidade materno-infantil.

De acordo com IBGE (2020), no tocante a taxa de mortalidade infantil, Franca se encontra na posição 237 de 645 município do Estado de São Paulo. O quadro a seguir apresenta a situação local em 2020.

Quadro 8 - Taxa de Mortalidade Infantil em Franca – 2020

Mortalidade Infantil	10,57 óbitos por mil nascidos vivos
Nascimentos	4.446
Óbitos – Idade menor que 1 ano	47

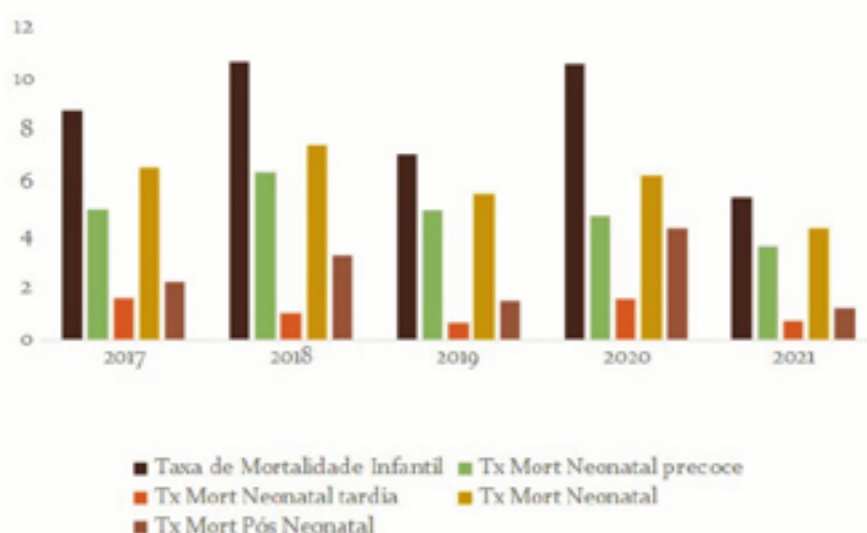
Fonte: IBGE. Informações sobre Franca, São Paulo, Brasil. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/pesquisa/39/30279?ano=2020>>. Acesso em: 29 de março de 2023.



Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas até 2030, os países devem acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos. Dessa forma, Franca está dentro dos índices recomendados pelo Objetivos do Milênio, com 10,57 óbitos por nascidos vivos.

O gráfico abaixo retrata a mortalidade infantil em Franca entre os anos de 2017 e 2021 subdivididos em neonatal tardia, neonatal precoce e pós neonatal, demonstrando queda acentuada em 2021.

Gráfico 17 - Taxa de Mortalidade Infantil

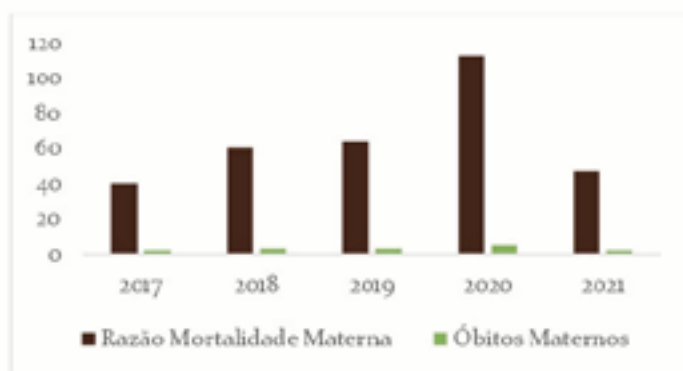


Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Franca.

Importa observar que a taxa de mortalidade infantil precoce considera de 00 a 06 dias de vida completos, a taxa de mortalidade tardia considera de 07 a 27 dias de vida completos e a taxa de mortalidade pós-neonatal considera de 28 a 364 dias de vida completos.

Quanto à mortalidade materna, o próximo gráfico retrata os índices de Franca entre os anos de 2017 a 2021.

Gráfico 18 - Mortalidade Materna em Franca.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2023.

Pesquisas demonstram que as principais causas de mortalidade materna no Brasil são: hemorragia, hipertensão, infecções relacionadas à gravidez, complicações de aborto inseguro e condições subjacentes que podem ser agravadas pela gravidez como HIV/AIDS e malária.

A melhor forma de prevenir a mortalidade materna é o acompanhamento dos serviços de saúde durante a gestação. As consultas pré-natais são essenciais para uma gestação saudável, estando associada à diminuição da mortalidade infantil e da mortalidade materna. Daí a necessidade de o Município continuar buscando estratégias para alcançar que 100% das gestantes façam pelo menos sete consultas durante a gestação, podendo, além de prevenir a mortalidade materna, ajudar a melhorar vários outros indicadores, como aleitamento, mortalidade infantil por causas evitáveis e bebês de baixo peso.

Gráfico 19 - Percentual de Gestantes com mais de 7 consultas pré-natal (2008-2021)

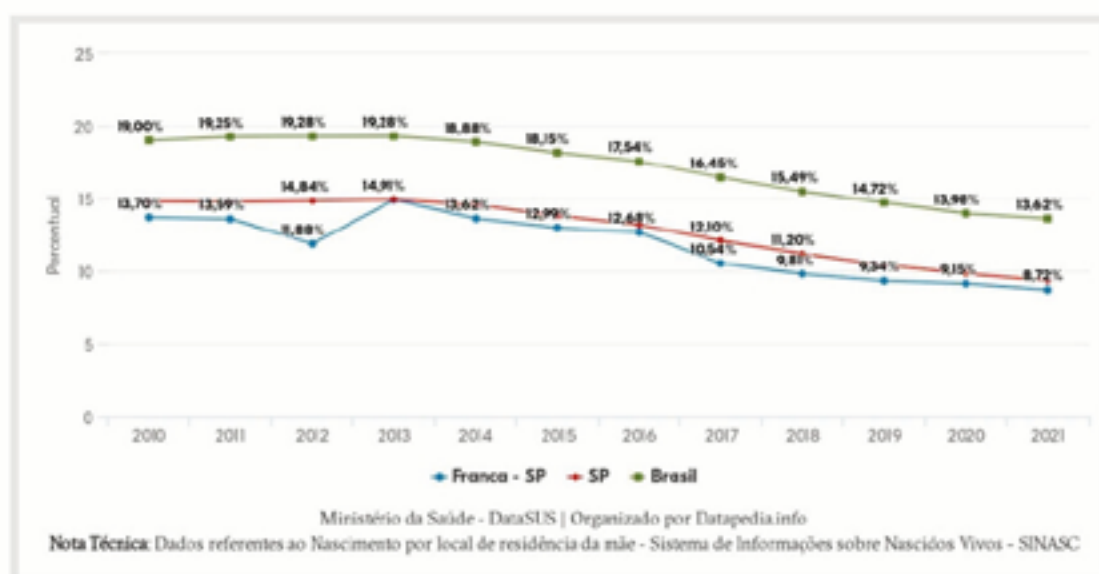


Fonte: Ministério da Saúde - DataSUS – Organizado por Datapedia.info

Outro aspecto relevante para esta análise refere-se ao percentual de mães jovens e adolescentes. A gravidez precoce pode aumentar o risco de morte materna e infantil, bem como o risco de parto prematuro, anemia, aborto espontâneo, eclâmpsia e depressão pós-parto, entre outros fatores.

A gravidez precoce tem consequências sérias para a vida das jovens e para o país, além de riscos para a mãe e o bebê, pode levar as jovens a enfrentarem conflitos psicológicos e familiares, abandonar os estudos e ter maior dificuldade para se inserirem no mercado de trabalho, se desdobrando em outras consequências como baixa renda, déficit de escolaridade e poucas perspectivas intelectuais, sociais e profissionais, agravando a vulnerabilidade social.

Gráfico 20 - Percentual de partos de mães adolescentes até 19 anos (2010-2021)



Fonte: Ministério da Saúde - DataSUS – Organizado por Datapedia.info

Em Franca, pelos dados do gráfico acima observa-se queda no percentual de partos de mães adolescentes, ficando abaixo das médias estaduais e nacionais.

Gráfico 21 - Total de partos de mães adolescentes até 19 anos por ano (2000-2021)



Fonte: Ministério da Saúde - DataSUS – Organizado por Datapedia.info

Observa-se pelo gráfico que na última década o número total de partos de mães adolescentes no Município de Franca vem gradativamente diminuindo.

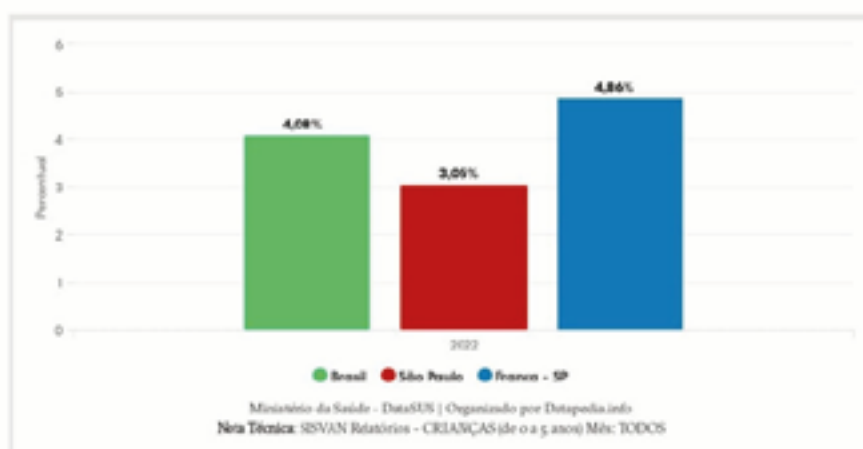
Seguindo a lógica do Estado de São Paulo, Franca tem redução no índice de gravidez precoce. Estudo da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo³⁵ revelou que o número de casos de gravidez precoce em adolescentes de 10 a 19 anos no Estado, entre 1998 e 2021, se reduziu em 65,3%, ou seja, de 141 mil casos por ano caiu para 49 mil por ano. O mesmo estudo demonstra que essa redução quer dizer que provavelmente as adolescentes tiveram mais acesso à informação, métodos de prevenção, talvez também o aumento da escolaridade”, explica.

Merece atenção ainda as taxas de nascimento de crianças com baixo peso. O relatório da Fundação Maria Cecília Vidigal, traz informações importantes sobre o nascimento de crianças com baixo peso em Franca, tendo como referência o ano de 2022. Explica que sempre pode haver crianças geneticamente predispostas a ter peso abaixo do padrão.

O baixo peso ao nascer é um termo utilizado para recém-nascidos com menos de 2.500g, que podem ser prematuros ou não. Na maior parte dos casos, o baixo peso é mais comum em bebê prematuros, mas pode acontecer em bebês de diferentes idades gestacionais, estando relacionado com a existência de problemas de saúde na mãe ou por situações capazes de afetar o desenvolvimento da gravidez. As principais causas são: uso de cigarros, consumo de bebidas alcoólicas, uso de outras drogas, desnutrição da mãe, diabetes, infecções repetitivas de urina, eclâmpsia, problemas na placenta, anemia grave, prematuridade, entre outras.

³⁵ Jornal da USP. Gravidez precoce no estado de São Paulo tem redução de 65%. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/jornal-da-usp-no-ar-2/gravidez-precoce-no-estado-de-sao-paulo-tem-reducao-de-65/>>. Acesso em: 30 de abril de 2024

Gráfico 22 - Percentual de Peso Baixo ou Muito Abaixo para Idade - 0 a 5 anos – 2022



Fonte: Ministério da Saúde - DataSUS – Organizado por Datapedia.info

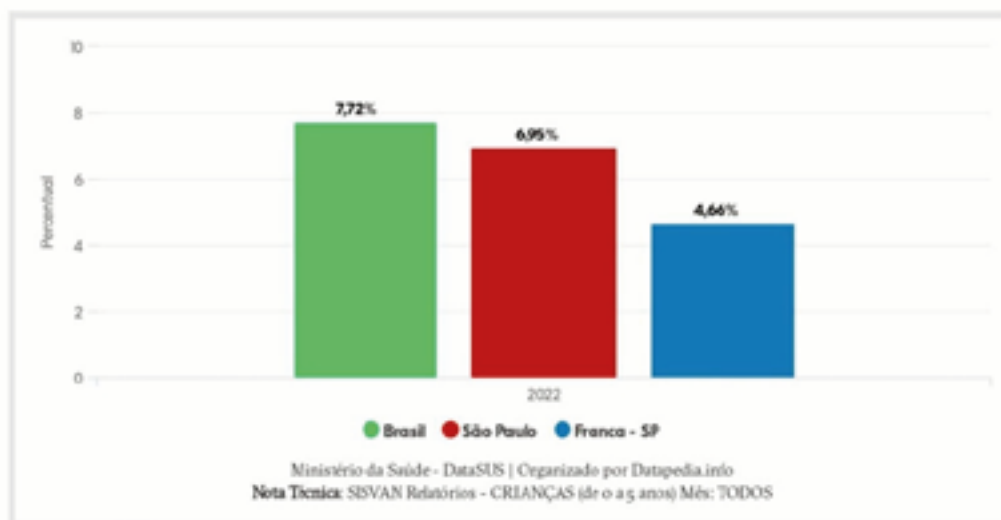
O Relatório da Fundação Maria Cecília Vidigal referente ao ano de 2022, apresenta informações sobre baixo peso de crianças de 00 a 05 anos de idade demonstrando que o Município possui percentual de 4,86%, estando acima das médias estaduais e nacionais.

O mesmo relatório trata ainda sobre o fenômeno da obesidade, como sinal de problemas futuros para a saúde da criança. A obesidade infantil, pode estar associada à longa exposição ao excesso de gordura sem tratamento adequado e, pode levar ao desenvolvimento de inúmeras comorbidades e doenças, como diabetes, doenças cardíacas, hipertensão e alterações do colesterol, prejudicando a qualidade da saúde e reduzindo a expectativa de vida

O peso elevado pode indicar ainda a má alimentação e sedentarismo, dois fatores que prejudicam o desenvolvimento pleno na primeira infância, assim como na vida toda.

Ainda, conforme o Relatório da Fundação Maria Cecília Vidigal (2022), nota-se que o Município de Franca, apesar de apresentar esse indicador dentro de um nível baixo, comparado ao Estado e ao País, ainda assim, precisa atuar de forma efetiva na prevenção.

Gráfico 23 - Percentual de Peso Elevado para Idade - 0 a 5 anos (2022)



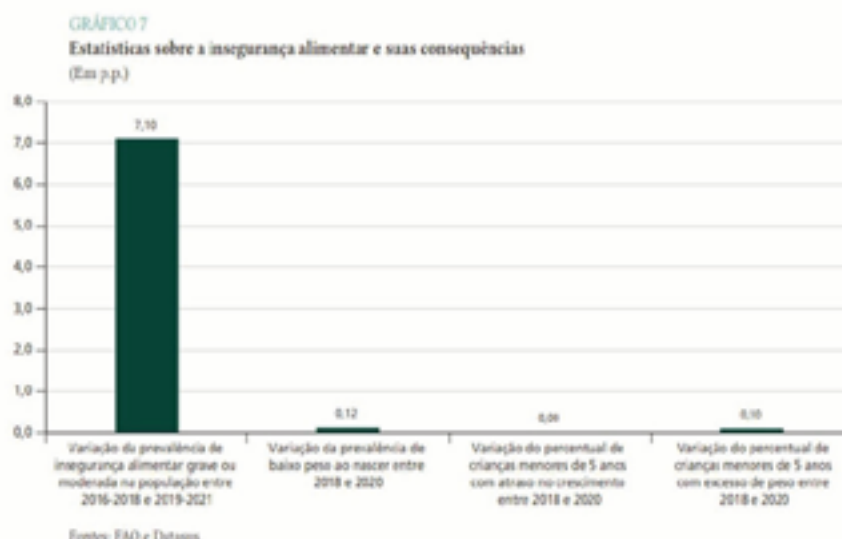
Fonte: Ministério da Saúde - DataSUS – Organizado por Datapedia.info

Ambos os fenômenos, baixo peso e obesidade na infância, estão relacionados à insegurança alimentar e podem aumentar os problemas de saúde e de doenças associadas a fatores determinantes do baixo peso ao nascer, do surgimento de anemia entre mulheres em idade reprodutiva, cuja deficiência pode afetar a gravidez e ameaçar a vida da mãe e do feto, além ainda de provocar o atraso no crescimento durante a infância.

A Nota do IPEA nº 12 de 2022 apresenta informações sobre a prevalência da insegurança alimentar no Brasil e de suas possíveis consequências sobre o desenvolvimento e o peso das crianças, constatando que entre os períodos 2016 a 2018 e 2019 a 2021, houve um aumento expressivo da insegurança alimentar moderada ou grave na população³⁶, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 24 – Estatísticas sobre a Insegurança Alimentar e seus impactos na saúde

³⁶ Insegurança alimentar moderada ou grave é medida por vários indicadores relacionados à má nutrição IPEA. Expansão do Programa Auxílio Brasil: Uma Reflexão Preliminar. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11331/1/n_12_Expansao_Programa_Auxilio.pdf>. Acesso em: 31 de março de 2023.



Fonte: IPEA Expansão do Programa Auxílio Brasil: Uma Reflexão Preliminar. . Acesso em 31 de março de 2023

O documento do IPEA (2022) mostra ainda que a insegurança alimentar, moderada e grave ao ser confrontada com os indicadores de desnutrição, atingiu principalmente, a população acompanhada pela Atenção Primária à Saúde (APS), considerada como o primeiro nível de atenção em saúde da população.

Outro tema importante no contexto da primeira infância é o parto. A Organização Mundial de Saúde (OMS)³⁷ considera epidêmica a elevação das taxas de cesárea no Brasil, com valores que superam os 15% preconizados, ou seja, aproximadamente 55% dos partos realizados no país são cesáreas. É a segunda maior taxa do mundo, atrás apenas da República Dominicana. Se for considerado a realidade no sistema privado de saúde, a proporção pula para 86%.

Em Franca, observa-se pelo gráfico a seguir que os índices de partos cesárias, entre 2017 e 2021, estão próximo de 60%, evidenciando ainda que o parto normal fica em torno de 40% dos nascimentos.

Tabela 3 – Parto Cesáreo

	2017	2018	2019	2020	2021
--	------	------	------	------	------

³⁷ Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). No Brasil, das cesáreas à falta de autonomia da mulher sobre o parto é histórica. Disponível em: <<https://www.coc.fiocruz.br/todas-as-noticias/no-brasil-das-cesareas-a-falta-de-autonomia-da-mulher-sobre-o-parto-e-historica/>>. Acesso em: 31 de março de 2023.

Taxa de Cesáreas (Nº de Vivos)	70,97	68,01	66,46	68,44	66,61
% Partos Cesáreos (SUS)	60,09	56,35	54,42	57,53	54,9

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2023.

Esse conjunto de informações sobre a primeira infância e a saúde permite afirmar que o Município de Franca precisa seguir implantando e ampliando a oferta de serviços às crianças na primeira infância e às mães, mediante efetivação de políticas públicas que asseguram o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

4.2 Criança e Educação

A rede municipal de educação infantil de Franca é composta por creches e escolas de ensino fundamental I. As creches organizam as crianças por idade em salas de berçário I, berçário II, Maternal I, Maternal II, fase I e fase II. As escolas de ensino fundamental I ofertam do primeiro ao quinto ano.

Entendendo que é na chamada primeira infância que ocorrem 90% das conexões cerebrais interferindo diretamente no potencial de aprendizagem atual e futura do indivíduo, a Secretaria Municipal de Educação de Franca vem ampliando e aprimorando o trabalho na educação infantil.

Pesquisa realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), aponta aumento anual de vagas em creches em todo o país. De 2015 a 2019, as matrículas nessa etapa educacional cresceram 16,8%. O Censo Escolar apresenta o mesmo crescimento e informa que do total de alunos na faixa etária entre 00 e 03 anos de idade matriculados em creches, 34,6% frequentam a rede privada, 45,3% frequentam a rede escolar conveniada com o poder público³⁸ e 20,1% frequentam creches executadas diretamente pelos municípios.

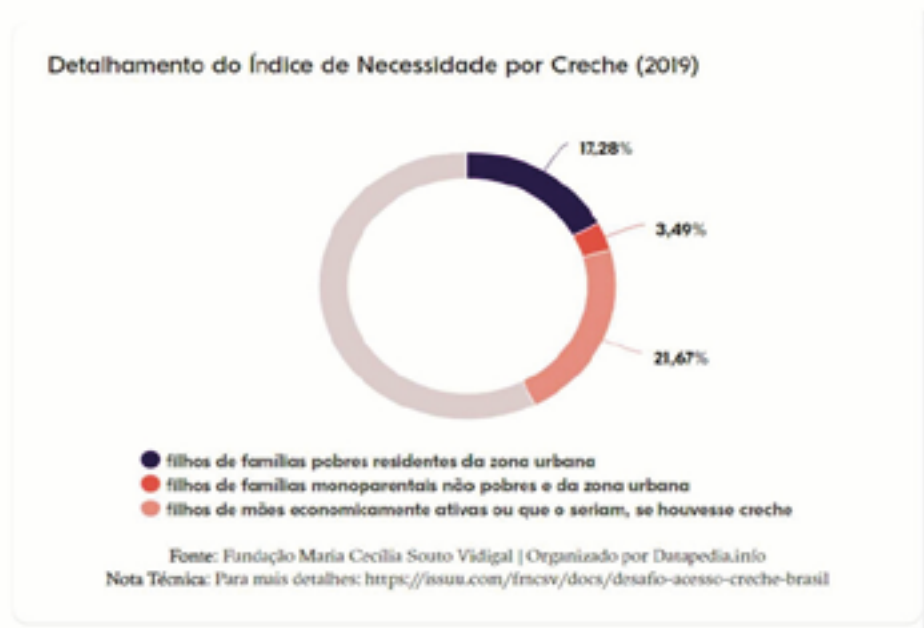
O Plano Nacional de Educação (PNE), indica que os municípios devem atingir pelo menos 50% de matrículas em creches, para crianças de 0 a 3 anos, até o ano de 2024.

³⁸ Ministério da Educação (MEC). Matrículas em creches públicas crescem em 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/33471-inep/85071-matriculas-em-creches-publicas-crescem-em-2019>>. Acesso em: 23 de março de 2023.



Relatório da Fundação Maria Cecília Vidigal demonstra que em 2019, o Índice de Necessidade por Creche - INC³⁹ do município de Franca era de 49,60%, enquanto no Estado de São Paulo era 32,5% e no Brasil este índice era de 42,44%. conforme demonstram os gráficos abaixo, extraídos do respectivo relatório, conforme demonstrado pelo seguinte gráfico.

Gráfico 25 - Detalhamento sobre o Índice de Necessidade por Creche em Franca - 2019



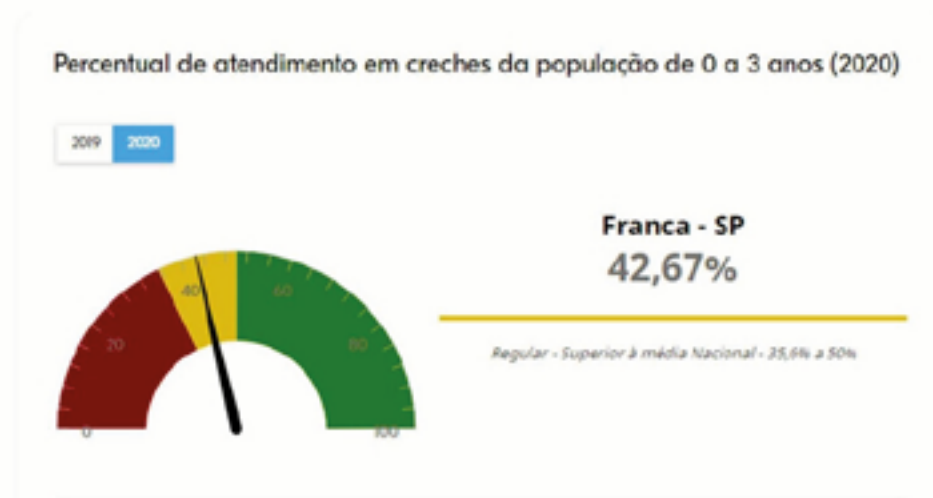
Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – Organizado por Datapedia.info

As crianças, público desse serviço, em sua maioria (21,67%), são filhos de mães em idade economicamente ativa que dependem da inserção das crianças em creches para inclusão e permanência no mercado de trabalho. O gráfico apresenta também que 17,28% destas crianças residem na área urbana e 3,49% são crianças pertencem a famílias monoparentais.

Em 2019 o INC de Franca era de 40,87%, aumentando 1,8% em 2020 passando para 42,67%, conforme gráfico a seguir, atingindo média superior à estimada nacionalmente.

³⁹ Este é um indicador criado para medir a necessidade por creche em nível municipal. Ele identifica a parcela da população de 0 a 3 anos que reside em área urbana e que mais precisa da creche, considerando critérios de priorização que se refletem na sua fórmula calculada a partir da proporção de crianças. De acordo com o Relatório da Fundação Maria Cecília Vidigal, o INC é composto de 3 indicadores, representado pela seguinte Fórmula = (Proporção de crianças de zona urbana em famílias pobres) + (Proporção de crianças de zona urbana não pobres em famílias monoparentais) + (Parcela da proporção de crianças de zona urbana não pobres, em famílias não monoparentais, cuja mãe é economicamente ativa ou seria economicamente ativa se houvesse vaga em creche).

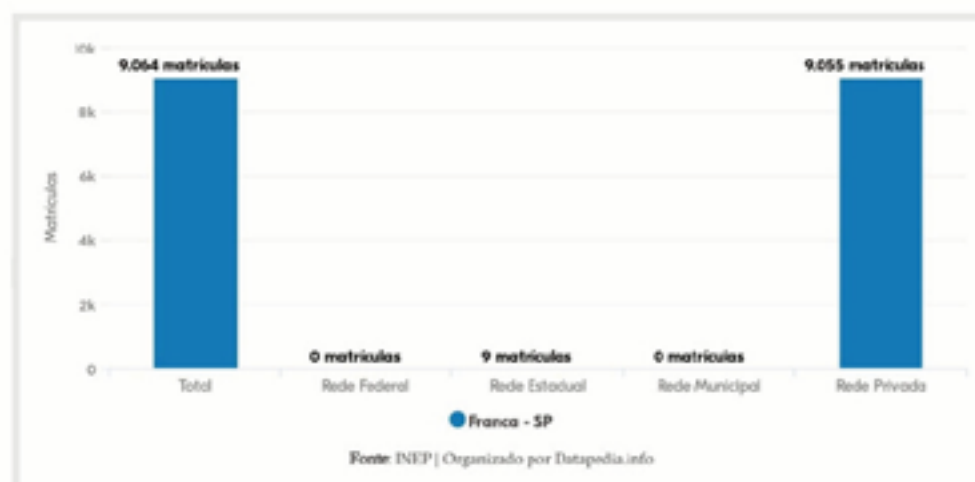
Gráfico 26 - INC de 2020 – Município de Franca



Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – Organizado por Datapedia.info

Com relação à distribuição da oferta de creches entre as redes municipais, estaduais e privadas em 2020, o gráfico apresentado pela mesma fonte retrata a realidade do Município, possibilitando avaliar e projetar a criação de vagas pelo Poder Público. Observa-se uma prevalência da rede privada na oferta de vagas. Vale destacar que apesar desses serviços comporem a rede privada, o atendimento das crianças em creches é realizado por meio de termos de parcerias entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil.

Gráfico 27 - Matrículas em Creches - Tipo de dependência administrativa (2020)

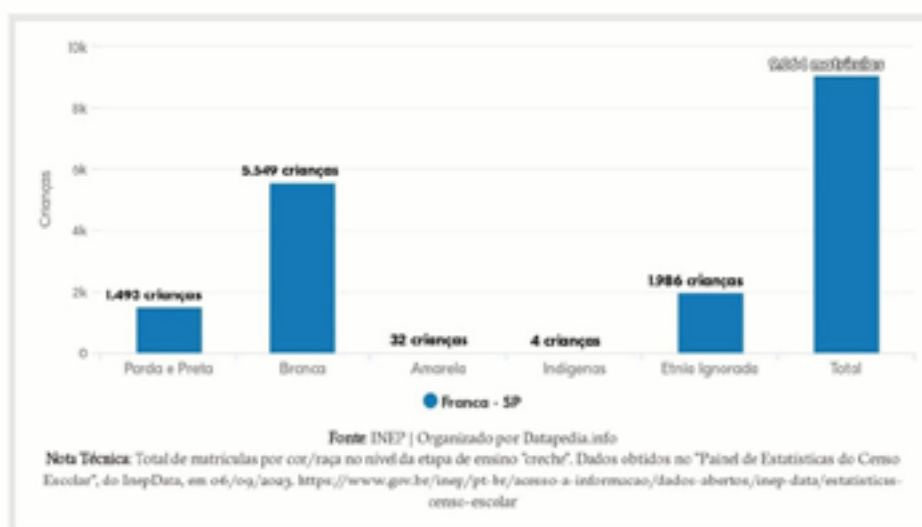


Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – Organizado por Datapedia.info

No que se refere às matrículas em Creches, levando em conta cor e raça, tomando por base que as populações de etnias preta e parda são estatisticamente compostas por famílias mais

vulneráveis, estes dados permitem avaliar como as creches estão oferecendo as vagas. Idealmente, as distribuições de etnias deste indicador deveriam espelhar as proporções da população como um todo. No entanto, observa-se o percentual elevado de matrículas de crianças brancas, ou seja, 5.549 contra 1.493 pardas e pretas e 1.986 de etnia ignorada, enquanto amarelas somam-se 32 e 4 indígenas.

Gráfico 28 - Matrículas em Creches - por Cor/Raça (2022)



Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – Organizado por Datapedia.info

Para a pré-escola, o mesmo Relatório aponta que a meta é de 100% de matrículas das crianças de 4 e 5 anos, até 2024. Trata-se da primeira etapa obrigatória da educação básica e de uma medida essencial para nivelar as oportunidades das crianças mais vulneráveis com as daquelas que, ao ingressar no ensino fundamental, já receberam muito mais estímulos. O gráfico a seguir mostra que em 2020 Franca atendia 90,40%, portanto, 2,5% abaixo da média nacional, importante indicador para a gestão pública local.

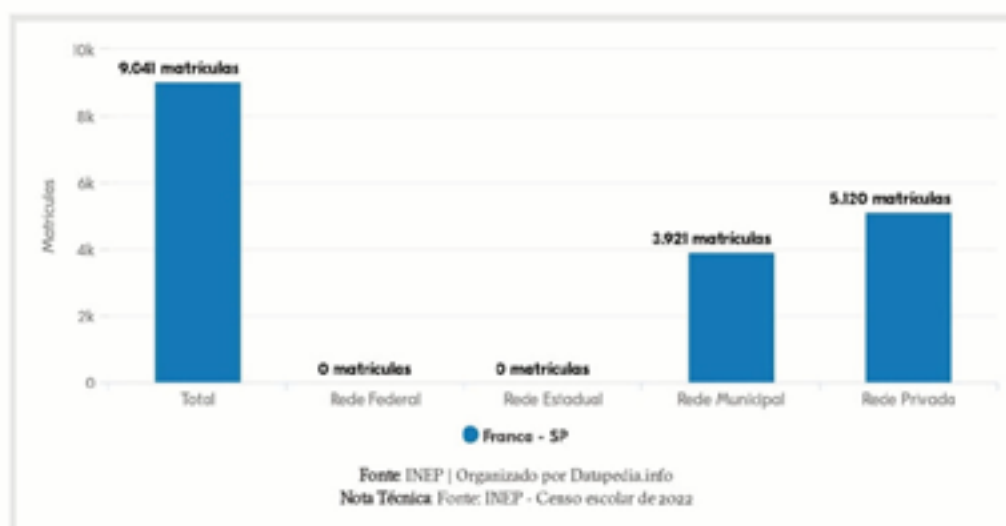
Gráfico 29 - Percentual de atendimento em pré-escola da população de 4 a 5 anos 2020 – Município de Franca



Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – Organizado por Datapedia.info

Tendo ainda como base as informações do INEP (2022), no que se refere às matrículas em Pré-Escola, o indicador mostra a distribuição desse atendimento entre as redes municipal, estadual e privada. Observa-se também uma diferença de 1.199 matrículas a mais na rede privada em comparação com a rede municipal.

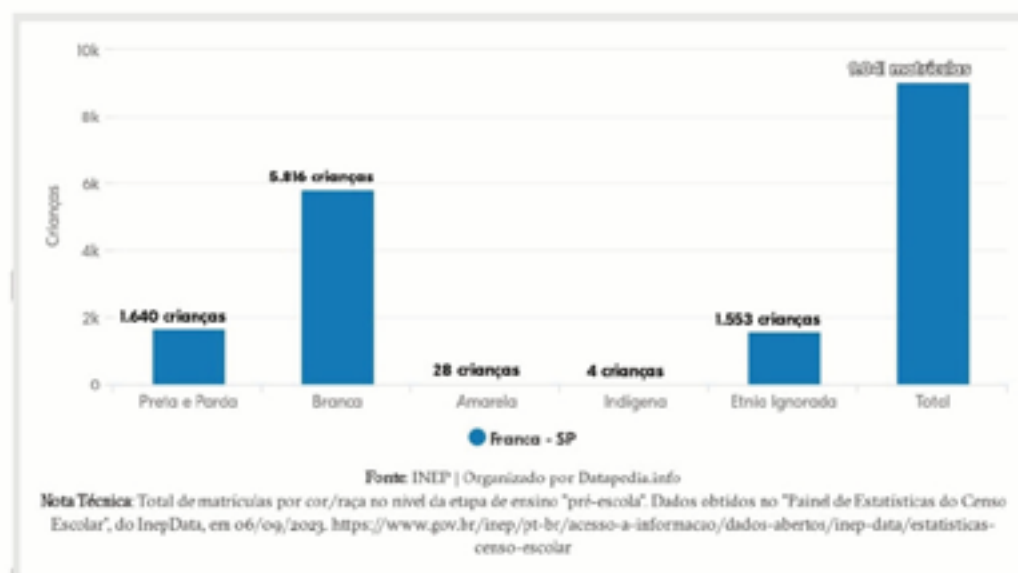
Gráfico 30 - Matrículas em Pré-Escolas - Tipo de dependência administrativa (2022)



Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – Organizado por Datapedia.info

Quanto às Matrículas em Pré-Escolas, por cor e raça, os dados de 2022 destacam que a maioria das matrículas são de crianças 5.816 brancas, contra 1.640 pretas e pardas e 1.553 de etnia ignorada, 28 amarelas e 4 indígenas.

Gráfico 31 – Matrículas em Pré-Escolas por Cor e Raça – 2022

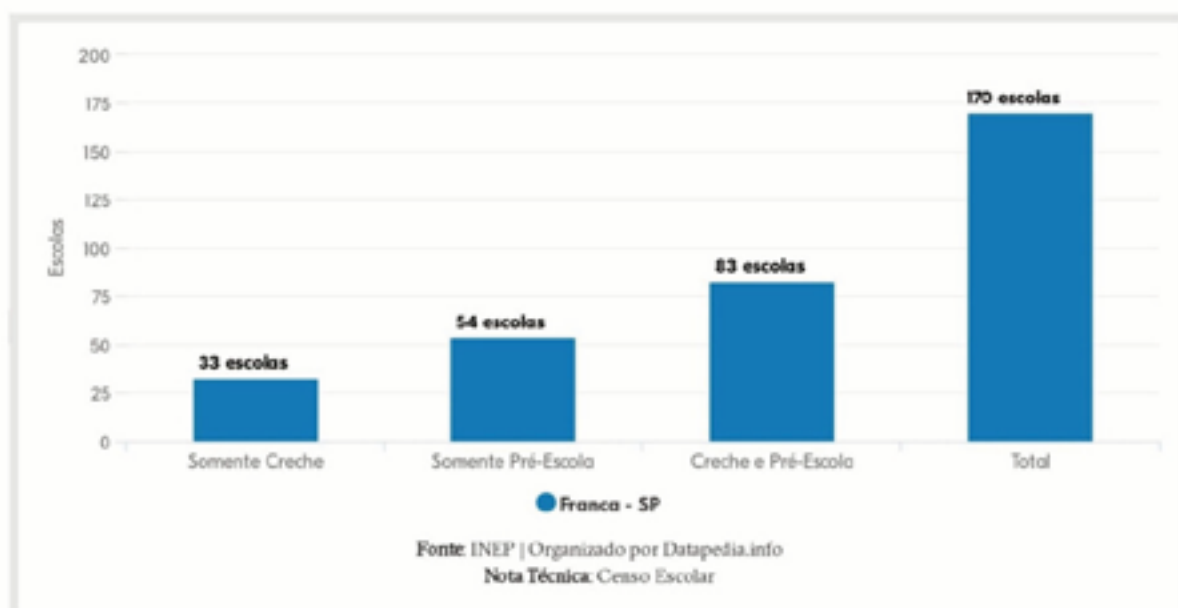


Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – Organizado por Datapedia.info

Com relação aos estabelecimentos de Educação Infantil, no tocante à faixa etária de 0 a 06 anos de idade, observa-se que há, ao todo, 170 Unidades de Ensino, sendo 83 creches e pré-escola, 54 somente pré-escola e 33 somente creche.

Gráfico 32 - Estabelecimentos de Educação Infantil por Atendimento – 2022

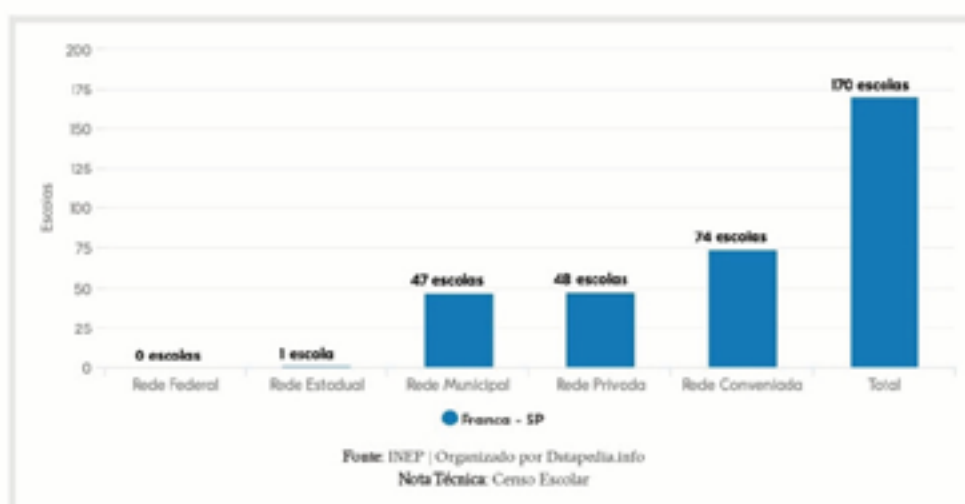




Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – Organizado por Datapédia.info

O gráfico a seguir ilustra a representatividade dos estabelecimentos que ofertam vagas de educação infantil. Percebe-se que a rede conveniada está acima da rede municipal e rede privada. Esta é uma estratégia adotada pelo município para atender sua demanda, em que a ausência quase que total do Estado é verificada, com apenas uma escola atendendo esta faixa etária.

Gráfico 33 - Estabelecimentos de Educação Infantil por Dependência Administrativa – 2022



Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – Organizado por Datapédia.info

O Plano Municipal de Educação (2015-2025), estabelece como meta 1 a universalização do atendimento escolar das crianças de 4 a 5 anos em 100% e, ampliação do atendimento em 50% nas creches (crianças de 0-3 anos), pode-se considerar que tal obrigatoriedade do atendimento das crianças na pré-escola, foi concretizado. O atendimento nas creches foi ampliado, atualmente são atendidos cerca de 80% da demanda existente para essa etapa. Dessa forma, a meta estabelecida para a Educação Infantil foi atingida antes mesmo do fim do decênio do Plano Municipal de Educação.

A demanda reprimida atual para Creche é de 428 vagas, enquanto na pré-escola o atendimento é de 100%. Vale elucidar que o Município possui 398 vagas em aberta para Creche na rede de serviços, no entanto, não atende às necessidades territoriais das famílias, sendo a maior demanda oriunda da região Oeste.

Visando ampliar ainda os direitos da criança de 0 a 6 anos, em 2023, a Secretaria Municipal de Educação iniciou a distribuição de uniformes escolares para todos os alunos atendidos nas escolas municipais e creches parceiras do Município de Franca, sendo distribuídos 36.000 uniformes. Além disso, é oferecida alimentação escolar com cardápio balanceado elaborado pela Equipe de Nutrição da Divisão de Alimentação Escolar. Atualmente as escolas oferecem café e lanche no período da manhã e à tarde são oferecidos um lanche na entrada e outro no meio do período. Para as crianças que estão no período integral é oferecido almoço.

O desafio que se impõe é a manutenção e ampliação da qualidade do atendimento educacional à primeira infância. Para a garantia da qualidade, a Secretaria da Educação realiza três vezes ao ano, Avaliação Diagnóstica de Rede (inicial, acompanhamento e final) com o objetivo de coletar dados sobre a realidade educacional das escolas e creches para assim oferecer materiais e formações com foco nas necessidades dos professores e equipes que atuam na Rede Municipal de Educação. Além da oferta de formações continuadas para os professores e equipes gestoras, faz-se necessário que essa ação se estenda a todos os profissionais que atuam nas escolas e creches para que assim se efetive da melhor forma o atendimento à primeira infância.

4.3. Criança e Assistência Social

A Política de Assistência Social de Franca está organizada em programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais de proteção social básica e especial, conforme determina o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Atualmente o atendimento de crianças de 0 a 6 anos, vem sendo realizado através dos Serviços da Proteção Social Básica e Especial.



No que se refere aos serviços da proteção social básica, em 2023 foi implantado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, de 0 a 6 anos. Sua oferta complementa o trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, cujos grupos são, necessariamente, referenciados aos CRAS. Também é complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – PAEFI, ofertado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

O SCFV, na faixa etária de 0 a 6 anos, pressupõe a presença da criança e de seu cuidador e durante os encontros do grupo são realizadas atividades voltadas ao desenvolvimento integral da criança e ao estímulo das interações entre ela, o seu cuidador e os demais participantes, mediante oferta de trabalho social lúdico que possibilita à criança desenvolver habilidades sociais, cognitivas, afetivas e psicomotoras.

Este tem por objetivo oportunizar às crianças vivências protetivas e lúdicas, adequadas ao seu ciclo de vida, visando desenvolver competências relacionais que contribuam para fortalecer as relações familiares e comunitárias e para a prevenção de violações a seus direitos.

Atualmente, são atendidas 120 crianças, subdivididas em seis coletivos de 20 crianças e seu cuidador, um em cada região da cidade. O gráfico abaixo demonstra a organização desse atendimento.

Gráfico 34 – Número de Vagas para Crianças de 0 a 6 anos de idade nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 2018 a 2023



Fonte: SEDAS. Boletim 02 Infância e Adolescência no SUAS de 2021 a 2023.



O Município conta ainda com os Serviços de Acolhimento Institucional nas modalidades Abrigo Institucional, Casa Lar e Família Acolhedora, bem como o Benefício Temporário de Transferência de Renda às Famílias de Origem, Natural e Rede Social de Apoio, e o Programa de Proteção Assistida, voltados para esse público.

Os Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar para crianças e adolescentes são organizados pelo SUAS - Sistema Único de Assistência Social, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, devendo assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

As orientações técnicas determinam que essa medida seja aplicada em situações excepcionabilíssimas, pois estudos apontam que o acolhimento institucional e familiar de crianças e adolescentes implica em profundas consequências, visto que, configura em afastamento temporário do convívio familiar e comunitários diários. Quanto mais se estende o tempo de acolhimento, maiores as implicações no desenvolvimento da criança e do adolescente.

Por isso, o Município de Franca vem trabalhando intensamente para evitar e reduzir acolhimento, convergindo com a proposta da Lei n.º 13.257 de 2016, que instituiu o Marco Legal da Primeira Infância e atribuiu ao Estado o dever de potencializar o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas que previnam o acolhimento institucional.

Destaca-se que esse trabalho tem surtido os efeitos desejados. O gráfico a seguir, composto de informações extraídas do Cadastro Único⁴⁰ e do GESUAS⁴¹, demonstra a redução do número de crianças e adolescente acolhidos dos anos de 2021 a 2023 e primeiro bimestre de 2024.

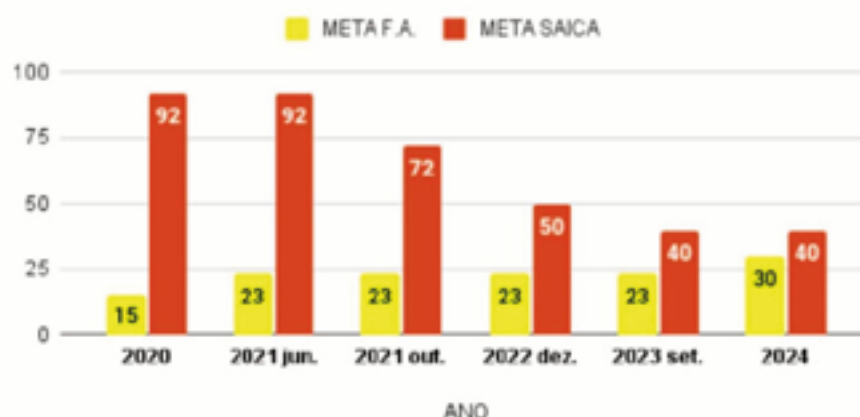
Gráfico 35 – Crianças e adolescentes acolhidos no SAICA e Família Acolhedora de 2021 a 2023

40 O Cadastro Único do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

41 GESUAS - Sistema Informatizado de Gestão da Informação do SUAS através da integração da rede socioassistencial.



Acolhimentos SUAS Franca: META F.A. e META SAICA



Fonte: Cadastro Único e GESUAS de Franca, 2024.

Em 2020, havia 107 vagas para acolhimento de crianças e adolescentes em Serviço de Acolhimento Institucional - SAICA e Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora- F.A. A partir de 2021, a intensificação do trabalho social nas proteções sociais básica e especial de média complexidade e a reorganização da rede de serviços possibilitou a diminuição dos acolhimentos. Em 2022 eram 53 vagas e em 2023 passou para 43 vagas, das quais, nesse primeiro bimestre de 2024, apenas 27 estão sendo utilizadas.

Essa redução se explica ainda pela concessão do Benefício Temporário e Transferência de Renda às Famílias de Origem, Natural e Rede Social de Apoio que consiste no repasse mensal de um recurso financeiro direto às famílias, que ficam responsáveis pelo cuidado com as crianças e adolescentes, evitando acolhimentos provenientes de ausência ou insuficiência de renda da família natural, extensa ou rede de apoio.

A inserção das famílias no Benefício Temporário e Transferência de Renda conjugado com a intensificação do acompanhamento pelas equipes de referência dos CREAS, despertou a gestão pública para a necessidade de realizar chamamento público para implantação do Programa de Proteção Assistida.

Esse programa conta com equipe exclusiva para atendimento das situações que envolvam a iminência de afastamento do convívio familiar e reintegração. Ele está pautado no princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. O trabalho de acompanhamento através de profissionais de nível superior e educadores sociais proporciona a convivência familiar e comunitária assistida às crianças, adolescentes e seus responsáveis. Concretiza

estratégias em consonância, não só com o ECA, mas também com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária.

Desta forma, o Poder Público assume a criação e implantação de meios que consolidam o rompimento com a cultura da institucionalização, por meio de investimento em políticas públicas de atenção às famílias e indivíduos, e com oferta da devida proteção social antes do encaminhamento aos Serviços de Alta Complexidade.

Outra informação importante diz respeito ao gênero das crianças e adolescentes acolhidos durante os anos de 2022 e 2023. Os dois gráficos a seguir, extraídos do GESUAS, demonstram essa realidade.

Gráfico 36 - Gênero dos Atendidos de janeiro a dezembro de 2022



Fonte: GESUAS, maio de 2023.

Gráfico 37- Gênero dos Atendidos de janeiro a abril de 2023



Fonte: GESUAS, fevereiro de 2024.



Ainda quanto ao gênero das crianças e adolescentes acolhidos no município, os dados dos gráficos apontam que a divisão no período de 2022 apresentou-se igualitária entre masculino e feminino, e foi atendida uma criança transgênero. Em 2023, registra-se uma ampliação de atendidos do sexo feminino. Estudos recentes e dados nacionais (SNA⁴², 2022) mostram que a divisão de sexo dos acolhidos no país é quase idêntica, fator que vem se modificando pois, até então, o sexo predominante era o masculino, no entanto, a partir de 2014, observa-se leve tendência de queda na proporção de meninos acolhidos, caindo cerca de três pontos percentuais até 2018⁴³.

No que se refere à cor/raça dos acolhidos no SAICA no município de Franca/SP, os números referentes ao ano de 2022 apresentaram uma significativa presença de crianças e adolescente negros (pretos e pardos) entre os acolhidos, sendo esta a etnia majoritária – 61%. Em 2023, os dados apresentam uma redução significativa de acolhidos deste grupo, sendo que 51% se autodeclararam brancos.

Quanto à faixa etária das crianças e adolescentes acolhidos, em 2022, 58% eram acima de 12 anos, 24% constituíam-se de 06 a 12 anos e 18% eram de 0 a 5 anos. Realidade que vem se repetindo, isto é, maioria dos acolhidos são adolescentes.

Em 2020 e 2021 o número de crianças de 0 a 06 anos acolhidas se manteve em 35, aumentando para 41 no ano de 2022. Em 2023, em razão da implantação do Programa de Proteção Assistida e a intensificação do acompanhamento pela Rede de Serviços o número caiu para 37, conforme verificado no gráfico abaixo.

Gráfico 38 - Total de Atendidos em Acolhimento de 2020 a 2023

42 Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – Conselho Nacional de Justiça (Painel de Acompanhamento)

43 Segundo dados do estudo: Reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescente e implementação de novas modalidades – Família Acolhedora e Repúblicas (2010-2018) - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2021.





Fonte: SEDAS, Setor de Vigilância, Monitoramento e Avaliação, 2023.

Quanto à raça ou cor dos acolhidos, nos anos de 2020 a 2023, prevaleceu o acolhimento de crianças pretas e pardas, no total de 19 no ano de 2020; 20 em 2021; 22 em 2022 e 26 no ano de 2023, enquanto brancas foram de 11 em 2020, 15 em 2021, 19 em 2022 e 10 em 2023.

Gráfico 39 – Crianças em Acolhimento por Raça ou Cor de 2020 a 2023



Fonte: Setor de Vigilância, Monitoramento e Avaliação, 2023.

No que tange ao sexo, pode-se identificar neste mesmo período a prevalência de crianças do sexo masculino, sendo que em 2020 e 2021 representaram 63% do total de atendidos, em 2022, 56%. Já no ano de 2023, houve uma aproximação no número de crianças do sexo masculino e feminino, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 40 - Crianças em Acolhimento por Sexo ou Cor de 2020 a 2023



Fonte: Setor de Vigilância, Monitoramento e Avaliação, 2023

Sobre a origem das crianças atendidas, o gráfico a seguir aponta que em 2020, 37% das crianças de 0 a 06 anos acolhidas eram residentes da região oeste, 17% das regiões norte e leste, 11% residiam em outro município e 9% na região sul. Cabe ressaltar que 54% das crianças vieram encaminhadas das regiões Oeste e Norte, e apenas 20% representando as demais regiões.

No ano de 2021 permaneceu maior atendimento das crianças em acolhimento da região oeste (34%), seguida da região norte (29%), totalizando 63% das crianças atendidas nos serviços de acolhimento residentes em ambas as regiões. As regiões leste, sul e centro totalizaram 25% das famílias.

Em 2022 as crianças atendidas, majoritariamente, residiam na região Norte (40%) seguida da região Oeste (24%). As regiões Leste e Centro representaram 15% do total de atendidos e a região Sul, 5%.

Já em 2023 a região Oeste apresentou maior número de acolhidos, com 37,83% seguida da região Norte com 21,62%. A região Leste representa 13,51%, a região Sul 10,81% e a região Centro 2,7%.

Diante dos números apresentados é importante aprofundar estudos sobre a realidade das regiões Oeste e Norte, uma vez que vem mantendo-se a maior incidência de acolhimentos nestes territórios.

Gráfico 41 - Crianças em Acolhimento por Região de 2020 a 2023



Fonte: Setor de Vigilância, Monitoramento e Avaliação, 2023.

Os motivos de desligamentos das crianças dos Serviço de Acolhimentos entre 2020 e 2023 foram, em sua maioria, pela reintegração às famílias de origem ou extensa, o que totalizou 41 reintegrações. Os encaminhamentos para famílias substitutas totalizaram 19 casos no mesmo período, principalmente no ano de 2023, com 12 inserções.

Gráfico 42 – Desligamentos do Acolhimento de 2020 a 2023



Fonte: Setor de Vigilância, Monitoramento e Avaliação, 2023.

Outro serviço que colabora com a identificação de crianças em situação de risco é o Serviço Especializado de Abordagem Social, implantado em 2021 e ampliado em 2022. Funciona 12 horas diárias de segunda a sexta-feira e 06 horas aos sábados, possibilitando efetivar um trabalho de vinculação junto às famílias, às crianças e adolescentes que utilizam os espaços

públicos como forma de subsistência. Este serviço, articulado aos CREAS, tem resultados expressivos na identificação, acompanhamento e encaminhamento das famílias que estejam em situação de risco e/ou vulnerabilidade social.

Os Benefícios Eventuais de alimentação, auxílio natalidade e aluguel social atendem preferencialmente famílias que tenham crianças na sua composição. Atualmente, o auxílio natalidade é concedido à 100% das demandas.

Ainda em relação ao atendimento da primeira infância na Política de Assistência Social é importante registrar que o Município executa todos os serviços socioassistenciais tipificados nacionalmente e, mesmo aqueles que não são especificamente destinados a esse público, tem como eixo estruturante a matricialidade sociofamiliar. Assim, a família e seus membros tem centralidade no SUAS, sendo considerado o espaço insubstituível de proteção social e de relações entre sujeitos e coletividade, portanto, atendem também direta e indiretamente as crianças membros de grupos familiares que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

4.4. Criança e o Meio Ambiente, o Planejamento Urbano e Habitação, o Transporte e o Desenvolvimento Econômico

O Município de Franca possui bons indicadores relacionados ao cuidado com meio ambiente, segundo o Ranking do Saneamento de 2022. Franca ocupa o 5º lugar entre as 100 maiores cidades do país, em termos de saneamento de água e esgoto com 100% de água tratada e 99,6% de esgoto. Para tanto, há legislações municipais que regulam a proteção ambiental das bacias dos rios onde é captada a água que abastece toda a cidade, assim como Plano Municipal de Saneamento Básico.⁴⁴

Dispõe ainda de serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos domésticos e industriais em aterros licenciados, além de serviços de coleta seletivas de resíduos sólidos recicláveis em toda zona urbana. A coleta e separação dos resíduos recicláveis, conforme deter-

⁴⁴ Prefeitura Municipal de Franca. Plano Municipal de Saneamento Básico. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2280&Itemid=2496>. Acesso em: 30 de abril de 2024.



minam as legislações nacionais, são realizadas mediante parceria com a Cooperativa dos Catadores de Reciclados de Franca - COOPERFRAN. Essas ações são reguladas pelo Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbano⁴⁵.

Entre 2023 e 2024, foram inaugurados 4 (quatro) ecopontos para descarte de inservíveis, na tentativa de conscientizar a população para que utilize descarte de forma correta sendo eles: no City Petrópolis, Jardim Portinari, Esmeralda e Jardim Luiza.

Mediante parceria entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação e Diretoria Regional de Ensino são realizadas continuamente, atividades de educação ambiental formal nas escolas da Rede Municipal, Estadual e Particular através de duas principais práticas:

a) palestras que têm como mote a importância da separação dos resíduos sólidos e suas questões ambientais e sociais, as consequências da não separação, a destinação correta de cada tipo de resíduo, o consumismo e suas implicações, alternativas para redução da produção de resíduos sólidos;

b) visitas monitoradas ao Aterro Sanitário e à Cooperfran⁴⁶: durante as visitas são abordados os mesmos temas que as palestras, acrescentando a vivência prática, explicações sobre as diferenças entre lixão e aterro sanitário, as principais regras a que o aterro sanitário está condicionado, a apresentação do Ecoponto de pneus.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente realiza ainda campanhas de educação ambiental informal junto à população, assim como, visitas em residências, comércios, indústrias e demais instituições públicas ou privadas, com orientação quanto à importância da destinação correta de cada tipo de resíduo, oportunidade em que é enfatizado os serviços realizados pela Secretaria e a forma correta do descarte dos resíduos orgânicos, recicláveis e inservíveis, assim como o recebimento dos restos de poda e jardinagem.

No âmbito de atuação da Secretaria de Meio Ambiente são realizadas as ações de limpeza e zeladoria urbana através de varrição de ruas e logradouros, limpeza de feiras e eventos, capina, roçada e poda de árvores, limpeza de praças, limpeza e desobstrução do sistema de

⁴⁵Prefeitura Municipal de Franca. Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbano. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2279&Itemid=2495>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

⁴⁶COOPERFRAN – Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região, que realiza a coleta do lixo reciclado no Município.



drenagem, coleta e destinação de resíduos de saúde, resíduos de construção civil, resíduos industriais e coleta de resíduos especiais (lâmpadas, eletrônicos, eletrodomésticos, pilhas, baterias), limpeza de terrenos baldios, lodo de saneamento, resíduos cemiteriais e animais mortos.

Em conjunto com o Setor de Vigilância Sanitária, a Secretaria de Meio Ambiente, realiza sistemáticos arrastões de limpeza nas cinco regiões da cidade, coletando lixo de terrenos baldios e inservíveis nas residências. Essa ação ajuda no combate à proliferação de moscas, escorpiões, roedores e mosquitos transmissores de doenças.

É realizado ainda monitoramento sistemático junto às áreas de preservação ambiental localizadas no perímetro urbano, bem como plantio de árvores e reflorestamento urbano.

Esse conjunto de ações na área do meio ambiente tem impactos diretos na qualidade de vida e de saúde da comunidade francana, incluindo as crianças na primeira infância.

Quanto à política habitacional desenvolvida pela Secretaria de Planejamento Urbano, por meio de parcerias com os governos Federal e Estadual, entre 2013 e 2016, pelo “*Programa Minha Casa Minha Vida*” e “*Casa Paulista*”, foram construídos e entregues três empreendimentos de interesse social na cidade, a saber:

- Residencial Rubi no bairro Chácara São Paulo, com a entrega de 160 apartamentos pelo Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 1.
- Residencial Bernardino Pucci no bairro Recreio Campo Belo, com a entrega de 496 casas pelo Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 1.
- Residencial Copacabana, com a entrega de 406 apartamentos pelo Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 1.

Franca não possui favelas, no entanto o problema habitacional está na coabitação familiar, isto é, famílias que vivem em uma mesma moradia (família conviventes), e no ônus excessivo com aluguel, que são famílias que despendem mais de 30% de sua renda.

Quanto à coabitação por não terem oferta habitacional adequada aos seus rendimentos, famílias de baixa renda acabam por optar por morar com familiares na mesma unidade domiciliar, enfrentando problemas como adensamentos excessivos da construção.

De acordo com o Plano Municipal de Habitação (2014), a projeção por moradia prevista em 2023, é de 26.981 domicílios, sendo 10.802 na faixa etária de 0 a 3 salários-mínimos e 7.443 na faixa de 3 a 5 salários-mínimos. Contudo, a ausência de financiamento da política nacional e estadual de habitação inviabiliza a construção de moradias populares no Município.



Quanto ao transporte público, a EMDEF - Empresa Municipal para o Desenvolvimento de Franca, é responsável pela gestão do transporte coletivo urbano, através de processo licitatório de contratação desse serviço público e mediante leis específicas, assegurando transporte público para as cinco regiões da cidade, assim como gratuidade de transporte para crianças de 00 a 06 ano de idade. O transporte de crianças com deficiência e acompanhante é realizado por serviço de vans adaptadas, assegurando o acesso delas aos serviços da rede pública e privada.

Para as crianças moradoras da área rural, é garantido o transporte de ônibus diário pela Secretaria Municipal de Educação. A Secretaria de Saúde oferta às crianças com dificuldade de locomoção o serviço de remoção interna para pacientes, assim como, transporte para tratamento fora de Franca.

No tocante ao desenvolvimento econômico, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, por meio de programas como *Caminhos para o Emprego e Escola Profissionalizante*, oferta capacitação profissional para jovens e adultos, assim como, inserção no mercado de trabalho viabilizando o acesso de indivíduos e famílias a renda e melhoria de qualidade de vida. Essa Secretaria administra ainda serviços de Abertura de empresa do tipo jurídico Micro Empreendedor Individual - MEI, orientação para microcrédito pelo Banco do Povo Paulista e orientações frente a Inscrição Municipal para profissionais autônomos.

Esta Secretaria é responsável pelo setor de agronegócios, que tem como missão apoiar os produtores rurais, e promover a produção rural e fortalecimento das cadeias produtivas do setor.

Essas ações atuam diretamente no enfrentamento das vulnerabilidades de renda, incentivando o acesso ao mundo do trabalho e segurança de sobrevivência de famílias e seus membros.

4.5. Criança e a Cultura, a Arte, o Lazer e o Esporte

A arte, a cultura, o esporte e o lazer configuram em eixo central no desenvolvimento pessoal e social da criança e do adolescente, conforme prevê o ECA, capítulo IV, arts. 53 ao 59.

A FEAC - Fundação Esporte, Arte e Cultura de Franca, realiza atendimento a crianças e adolescentes, de todas as faixas etárias. Em 2022, atendeu aproximadamente dez mil alunos,



sendo 1100 alunos de 04 a 05 anos nas modalidades ballet, futebol, ginástica artística, ginástica rítmica, musicalização e sax, e 1420 com a idade de 06 anos.

Ainda no mesmo ano, reformou e reinaugurou seis ginásios (Cambuí, Pedrocão, Champagnat, Parque Caxambu e Leporace). Foram inauguradas três “areninhas⁴⁷” (Residencial Palermo, Residencial Zanetti e Jardim Paulista).

A partir de 2021, a Administração implantou o projeto denominado CEPEL – Centro Popular de Esportes e Lazer, contando com quadras de basquete e de futebol, vôlei de areia e pista de caminhada e de skate. Entre 2021 e 2023 foram inauguradas 11 unidades⁴⁸. A proposta é instalar 24 centros até 2025.

A Prefeitura construiu entre 2021 e 2023 o Centro Esportivo no Residencial Zanetti, que conta com campo de futebol Society, com gramado sintético, iluminação led, cercado com alambrados e espaços verdes, por meio do Programa 100% Esportes. Construiu também a Praça de Esportes denominada “Areninha”, localizada no Residencial Palermo City.

O Município conta ainda com dois Poliesportivos Municipais, um localizado no Parque Vicente Leporace e outro no Residencial Paraíso.

Com relação à Política de Esporte, Arte e Cultura, a FEAC em parceria com entidades de Franca, possui 103 polos entre Atividades Artísticas, Culturais e Esportivas, para atendimento de crianças, adolescentes e adultos, totalmente gratuitas, oferecendo aulas de violino, viola, violoncelo, trompete, trombone, percussão, sax, flauta doce, clarinete, canto e coral infantil e teatro. Na área esportiva, oferece aulas de ballet, basquete, dança livre, futebol, atletismo, futsal, futevôlei, ginástica artística, ginástica para adultos, ginástica rítmica, handebol, hidroginástica, natação, jazz, judô, karatê, taekwondo, tênis de mesa e vôlei adaptado. Oferece também jogos de mesa como dama e xadrez.

A EMIM - Escola Municipal de Iniciação Musical, é outra escola musical com aulas de instrumentos e canto coral administrada pela Secretaria de Educação.

Dentre essa grade de atividades de arte, cultura e esporte, a FEAC atende em várias modalidades crianças a partir de 04 anos de idade em todas as regiões da cidade.

⁴⁷ Conjunto de esportes e lazer construídos pela Prefeitura, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo. São espaços que contêm campo de futebol, Futebol Society e basquete, entre outras atividades poliesportivas, composta por iluminação adequada e vários equipamentos de recreação, com duas quadras, sendo uma com gramado sintético para a prática de Futebol Society e outra para basquete 3x3.

⁴⁸ A saber: Redentor/Vila Gosuen, City Petrópolis, Santa Bárbara, Jardim Paulista e Residencial Ana Dorothéa, Residencial Franca Polo Clube, Jardim Palma, Jardim Moema, Jardim Planalto, Samel Woods, Parque Continental e Parque Progresso.



4.6. Criança e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos

Em termos legais, o Brasil tem avançado significativamente, na garantia aos direitos de crianças e adolescentes, desde a Constituição Federal de 1988 e do ECA, situando crianças e adolescentes como prioridade absoluta nas políticas públicas.

O Pacto Nacional da Primeira Infância foi instituído em 25 de junho de 2019, pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ. O Pacto integra mais de 270 signatários, que formam uma rede de proteção à criança no Brasil.

Em setembro de 2022, o CNJ também instituiu a Política Judiciária Nacional – PJN, passando a assegurar, com prioridade, os direitos fundamentais de crianças de zero a seis anos no Poder Judiciário. Tal medida foi proposta para ser implementada por meio da integração operacional entre os órgãos dos Sistemas de Justiça e de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando em consideração as especificidades e a relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e integral do ser humano.

Propõe ainda o estabelecimento de programa de capacitação continuada e intersetorial para os atores do Poder Judiciário a respeito das questões específicas sobre a primeira infância, na prevenção e na proteção contra toda forma de violência contra a criança, além de cooperar para a capacitação de participantes externos.

Para compor este Plano Municipal pela Primeira Infância, o Comitê Intersetorial elaborou um questionário no *Google Forms* e encaminhou para os diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes para compreender as ações e serviços ofertados pela rede às crianças de 00 a 06 anos de idade. Foram aplicadas 18 questões e obtidas 47 respostas, sendo 68% de unidades públicas e 32% unidades privadas.

O SGDCA é composto pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias Especializadas, Conselhos de Políticas Públicas, Conselhos Tutelares, Rede Pública e Privada de Saúde e Educação, Unidades do SUAS, Universidades Públicas e Privadas, entre outros.

O questionário possuía questões voltadas à qualificação das ações e serviços ofertados para crianças de 00 a 06 anos, cujas repostas forma condensadas a seguir.

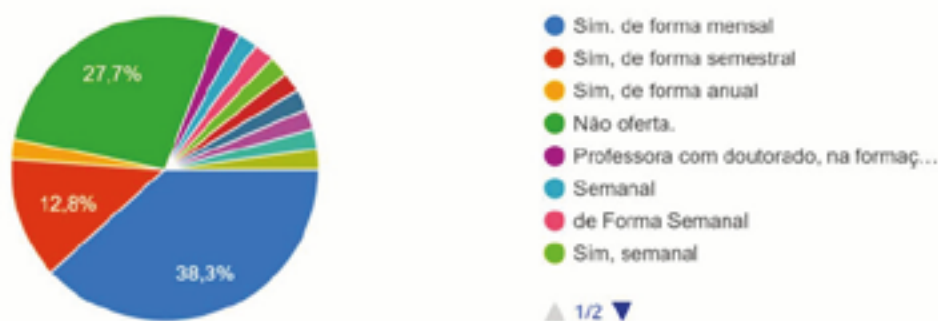
Quanto à formação continuada para profissionais sobre a Primeira Infância, a maioria, ou seja, 38,3% das instituições oferecem formação mensalmente; 27,7% não oferecem nenhuma capacitação e 12,8% realizam tais atividades semestralmente, enquanto 21,2% ofertam ações de formação semanal ou anual.



Gráfico 43 - Oferta de Formação Continuada

2. Oferta formação continuada para profissionais da instituição sobre a Primeira Infância?

47 respostas



Fonte: Pesquisa realizada em março e abril de 2023.

Sobre violências contra Crianças na Primeira Infância, as respostas demonstraram que 25 instituições responderam que não possuem dados de situações de violência; 4 disseram que possuem; e 2 tem casos, mas não foram quantificados, enquanto uma instituição relatou que no decorrer dos anos identificaram situações, sendo encaminhadas para o Sistema de Garantia de Direitos acompanhar o caso.

Quanto à ocorrência de acidentes sofridos por crianças na Primeira Infância, 26 instituições responderam não haver a ocorrência de acidentes e uma disse abordar esse assunto durante os processos de formação.

Referente à oferta de espaço lúdico para realização do acolhimento/atendimento de Crianças na Primeira Infância, foram obtidas as seguintes respostas: 33 instituições apontaram que possuem espaços adequados ao atendimento à criança de zero a seis anos; 3 disseram possuir, mas não de maneira específica e um não possui espaço lúdico. Dentre os que possuem, mencionaram ter: salas adaptadas com decoração lúdica, algumas contendo mesas e cadeiras infantis, armários, almofadas, colchonetes, tatames, TV, materiais pedagógicos e livros; brinquedoteca; biblioteca; ludoteca; áreas externas; solários; parques; cantinhos de histórias; parques infantis (balanço, escorregador, piscina de bolinha, tanque de areia, espaço para esporte); sala de artes; salas com paredes ilustradas com temas infantis; casinha; ateliê; parede com lousa; espaço adaptado para rodas de história e música e Centro de Atendimento Universo Prematuro.

Quanto à informação sobre os atendimentos e serviços ofertados nas instituições e na rede, a maioria dos pesquisados, isto é, 43 instituições afirmaram que garantem e apenas uma respondeu ser “insuficiente”. Dentre as informações transmitidas às famílias destacam-se: os serviços existentes na rede de Saúde, Educação e Assistência Social e os profissionais disponíveis, como: Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, Dentista, Pedagogo, Psicólogo, Nutricionista, Fisioterapeuta, Assistente Social, Médicos, Serviços do CAPS, NAIA, UBS, Defensoria Pública, bem como os encaminhamentos necessários. Orientações e encaminhamentos sobre o Cadastro Único do Governo Federal, emissão de documentos, matrículas e vagas, oficinas profissionalizantes, distribuição de cartilhas sobre os direitos infanto juvenis.

No tocante à escuta ativa e espaço de participação da Família e da Criança no planejamento, organização e prestação dos atendimentos e serviços ofertados, foram obtidas as seguintes respostas: ocorrem por meio de reuniões, atendimentos individuais, grupo gestor no CRAS, planejamento conjunto entre os atendidos e seus familiares, bem como na construção do PPP – Projeto Político Pedagógico, troca de vivências, pesquisas para avaliação e pesquisa de satisfação e sugestões, reuniões de famílias, canal de escuta pelo *WhatsApp*, observação da fala e questionamentos das crianças, estímulos à participação nos colegiados, tais como: conselho escolar e APM – Associação de Pais e Mestres, conselhos gestores, e outros.

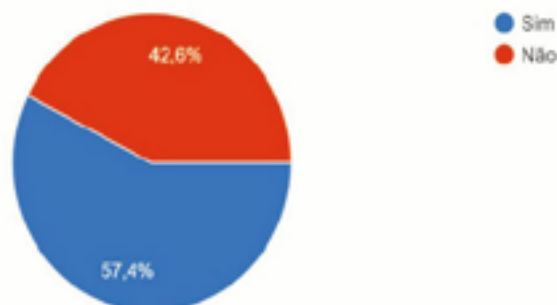
Quanto à existência de equipe de profissionais em quantidade e qualificação necessários para atender com agilidade e prioridade absoluta, demandas de Crianças na Primeira Infância, foram identificadas que para a maioria das ações e serviços, as equipes são insuficientes, da mesma forma é necessária a implantação de política de formação continuada especializada para os profissionais que atuam com a primeira infância, particularmente nas unidades executoras de políticas públicas, no Ministério Público e no Sistema de Justiça.

Gráfico 44 - Percentual de Demanda Reprimida



9. Há lista de espera por atendimento de crianças de 0 a 6 anos nos serviços e atendimentos ofertados?

47 respostas



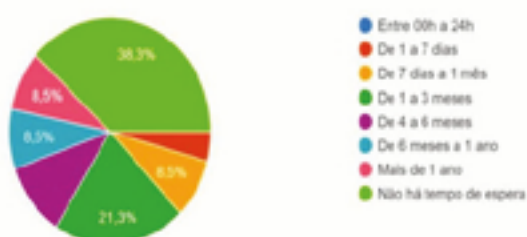
Fonte: Pesquisa realizada em março e abril de 2023.

Quanto ao tempo médio de espera para atendimento na rede pública e privada, destaca-se que cerca de 38,3% declararam não possuir tempo de espera; 21,3% a espera consiste em 1 a 3 meses para o atendimento; 8,5% responderam que o atendimento é de 7 dias a 1 mês; enquanto 8,5% declaram que vai de 6 meses a 1 ano, e outros 8,5%, mais de 1 ano, conforme demonstrado pelo gráfico a seguir:

Gráfico 45 - Tempo médio de espera

9.1 Qual o tempo médio de espera?

47 respostas



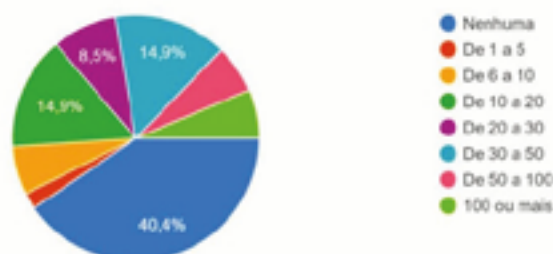
Fonte: Pesquisa realizada em março e abril de 2023.

No que se refere ao número de crianças que aguardam atendimento, 40,4% responderam não possuir demanda reprimida, entretanto, 14,9% possuem de 30 a 50 crianças em lista de espera, 14,9% disseram ter de 10 a 20 e 8,5% mencionaram uma lista de espera entre 20 e 30 crianças. Os demais 21,3%, a lista de espera varia de 1 a 10 crianças ou possui mais de 100 em espera.



Gráfico 46 - Lista de Espera para Atendimento

9.2 Se sim, quantas estão na lista de espera?
47 respostas

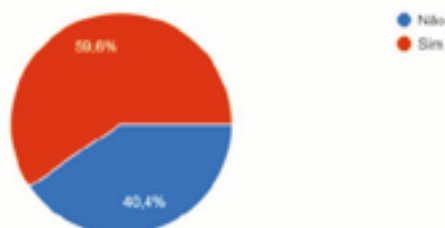


Fonte: Pesquisa realizada em março e abril de 2023.

Sobre indicadores de qualidade dos atendimentos e serviços ofertados para Crianças na Primeira Infância, 59,6% disseram possuir e 40,4% mencionaram não haver, conforme demonstra o próximo gráfico:

Gráfico 47 - Indicadores de Qualidade

11. Possui indicadores de qualidade dos atendimentos e serviços ofertados para Crianças na Primeira Infância?
47 respostas



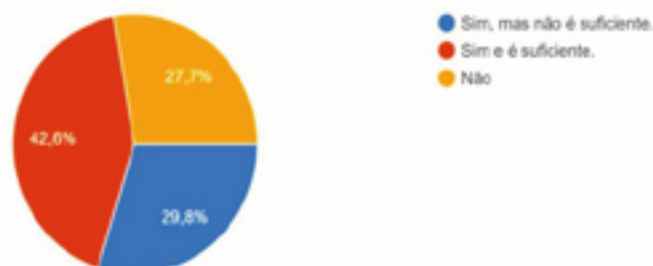
Fonte: Pesquisa realizada em março e abril de 2023.

Relativo aos recursos financeiros específicos para os serviços, 42,6% afirmaram que possuem recursos e são suficientes; 27,7% mencionaram não possuir e 29,8% disse contar com recursos insuficientes.

Gráfico 48 - Recursos Financeiros Específicos para Atendimento de Criança de 0 a 6 anos

12. Possui recursos financeiros específicos para os serviços e atendimentos voltados para Crianças na Primeira Infância? Caso sim, é suficiente?

47 respostas



Fonte: Pesquisa realizada em março e abril de 2023.

No que tange aos espaços de atendimento e se eles asseguram a beleza (agradável à visão, à audição, ao tato e ao olfato), das 46 instituições pesquisadas, 78,3% disseram possuir espaços adequados e 21,7% não possuem. No que se refere às afirmativas, destacaram-se: paredes com adesivos coloridos, mobiliário adequado a crianças, brinquedos e jogos adequados às diferentes idades. Possuem parque, jardim e muitas árvores que atrai pássaros e animais menores. Contam com brinquedoteca e espaço verde para atividades ao ar livre e oficinas de socialização entre cuidador e a criança, espaços delimitados para as atividades lúdicas, jogos, brincadeiras e brinquedos, ambientes coloridos, brinquedos, tatames e moveis de cordo com a faixa etária, sala de leitura, recursos audiovisuais e tecnológicos, ilustrações de temas infantis; *playgrounds*, espaço lúdico e jardim sensorial.

Observa-se que embora a maioria das instituições afirmaram possuir espaços que asseguram a “beleza”, observou-se que a descrição desses espaços não condiz com as orientações previstas no PNPI para atendimento da criança de 00 a 06 anos.

Considerando o disposto no Plano Nacional da Primeira Infância, foram destacados os seguintes desafios da instituição para cumpri-lo integralmente:

- Adesão das famílias e permanência dos atendidos;
- Integração das parcerias - IES/Escola/Saúde/Família;
- Investimentos para a contratação e especialização de profissionais, a fim de priorizar o atendimento e realizar o acompanhamento efetivo dos núcleos familiares;
- Qualificação dos profissionais visando o aprofundamento da base de conhecimentos, aperfeiçoamento de qualidades e habilidades técnicas e cognitivas no desenvolvimento da prática junto à criança;

- Manutenção do quadro de colaboradores, evitando a rotatividade e diminuição da carga burocrática quanto ao preenchimento de papéis;
- Articulação com as demais redes de apoio intersetorial e dos órgãos do sistema de garantias de direitos;
- Alinhamento de todos os setores envolvidos, com atendimento qualitativo e quantitativo, contando com recursos estruturais e humanos;
- Insuficiência de recursos e precariedade da rede pública de atendimento em saúde infantil;
- Cumprimento integral do que dispõe o Plano Nacional da Primeira Infância, com os recursos disponíveis, investimentos na formação dos profissionais e sua quantidade, incluindo recursos estaduais e federais;
- Discussão sobre os desafios e melhores práticas das políticas públicas para a primeira infância, de modo a ajudar na formulação de programas mais eficientes e que beneficiem as famílias mais vulneráveis;
- Divulgação e amplo acesso ao PMPI;
- Espaços físicos adequados e com acessibilidade;
- Capacitação continuada da equipe para atendimento a primeira infância, em especial para aquelas com deficiência, traços, transtornos e doenças mentais e psicológicas.

Todas as informações coletadas subsidiaram a construção das propostas deste o PMPI (2024 - 2034).

5. PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

5.1. Objetivos

5.1.1 Geral

Orientar as ações do governo municipal e de todo o SGD para assegurar os direitos da primeira infância.

5.1.2 Específicos

a) Estabelecer metas e compromissos públicos e privados na permanente construção da cidade ideal para a qualidade de vida na primeira infância;



- b) Assegurar que as propostas previstas no Plano de Ação sejam executadas;
- c) Garantir a permanente participação da criança na elaboração de políticas públicas;
- d) Monitorar e avaliar a execução do presente Plano.

5.2. Princípios e diretrizes

O PMPI de Franca é permeado por três importantes princípios para o atendimento na primeira infância: a prioridade absoluta da criança, a corresponsabilidade entre Estado, sociedade e famílias na promoção e proteção dos direitos da criança e a participação social das crianças na elaboração das propostas.

A prioridade absoluta da criança, como já visto, está disposta no art. 227 da Constituição Federal, e foi regulamentada e reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no parágrafo único do art. 4º:

"A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude."

No art. 227 da CF, também está definido o princípio da corresponsabilidade da sociedade, das famílias e do poder público pelo desenvolvimento, cuidado e proteção das crianças. Tal princípio, só será alcançado por meio de um esforço conjugado, que inclui a participação do Estado, da sociedade, das famílias, das organizações da sociedade civil e do setor privado.

Portanto, as metas e estratégias aqui estipuladas não se dirigem apenas ao poder público, mas também aos demais responsáveis pela promoção e proteção dos direitos da criança.

A participação da criança na elaboração do PMPI consiste na inclusão e na escuta das crianças no processo, atendendo ao seu direito de participar daquilo que lhes diz respeito, como afirma o artigo 12 da Convenção dos Direitos da Criança, da ONU:

Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e maturidade da criança.



O direito à participação fundamenta-se na concepção de que a criança é sujeito, não objeto. Sabe-se agora que a criança não é passiva, mas participa, por diferentes formas, do que se passa ao seu redor e do que acontece com ela, pois tem percepções, sentimentos, ideias sobre o que a cerca.

5.3. Metodologia

5.3.1. Percurso metodológico de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPI

A proposta metodológica desenvolvida para elaboração do PMPI, iniciada em 2022 e finalizada no primeiro semestre de 2024, teve seu objeto de estudo configurado em três dimensões:

- Análise do conteúdo e dos fundamentos do Plano Nacional pela Primeira Infância, das normativas nacionais acerca do tema e das principais produções teóricas sobre os primeiros seis anos de vida da criança;
- Coleta e análise de informações e dados relativos à situação de crianças na primeira infância no Município;
- Estudo, elaboração e aplicação de atividades participativas junto às crianças e seus familiares, selecionadas intencionalmente, abrangendo as cinco regiões da cidade de Franca.

Para elaboração e análise do conteúdo e dos fundamentos do PMPI, o Comitê Municipal Intersetorial realizou ampla revisão documental e bibliográfica sobre a primeira infância incluindo entre outros, as orientações publicadas pela UNICEF para elaboração do PMPI, consultas a planos já elaborados por outros municípios do estado de São Paulo e demais estados brasileiros, fontes primárias e secundárias, questões debatidas e definidas durante as reuniões regulares desse grupo de trabalho, cujos resultados são apresentados na Parte I deste plano. Também dados referenciados na realidade empírica, analisando e problematizando a construção e a garantia dos direitos humanos de crianças na sociedade brasileira.

Compõe ainda a primeira parte do plano, as informações colhidas junto a rede pública e privada de atendimento à criança, cujos registros encontram-se analisados e descritos no item 4.6 deste documento.



Além das análises bibliográfica e documental, foi realizada pesquisa participativa junto às crianças e seus familiares nos diversos espaços por elas ocupados, conforme descrito a seguir.

O processo de escuta das crianças foi uma etapa importante na construção do PMPI. Os resultados apresentados derivam de uma análise realizada pelos componentes do Comitê Municipal Intersetorial que se dividiu em subgrupo temáticos para analisar o material produzido durante a escuta das crianças e seus familiares, fazendo um compilado de tudo que foi colhido, a partir da concepção de que são sujeitos participativos e agentes sociais com capacidade de gerar ideias e propostas, mediante desenhos, narrativas, expressões e redações, as quais foram exploradas e registradas na Parte II deste PMPI.

Optar pela participação da criança na construção de propostas para o PMPI, foi uma maneira de assumir que elas possuem conhecimento e poder de decisão, daí a importância de dar voz a elas, por diferentes maneiras e diversas linguagens.

Nesse sentido, o desenvolvimento do processo de escuta com a participação das crianças, exigiu pensar e planejar a atividade utilizando-se de métodos que levaram em conta as faixas etárias das crianças e os locais onde elas eram atendidas e acolhidas. Assim sendo, as áreas escolhidas para a escuta foram: Educação (creches, pré-escolas e primeiro ano do ensino fundamental), Saúde (Unidades Básica de Saúde - UBS, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e Ambulatório de Criança de Alto Risco - ACAR) e Assistência Social (Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos), com aplicação da mesma metodologia e instrumentos nos diversos espaços de vivência das crianças.

No planejamento desta atividade foram realizados 2 (dois) encontros do Comitê Municipal Intersetorial, sendo 1 (um) envolvendo o Comitê Ampliado, onde foi discutida e apresentada a proposta para a realização da escuta. O segundo encontro contou apenas com o Comitê Municipal Intersetorial, momento em que foi discutida e definida a metodologia. Após esses encontros foram realizados treinamentos das equipes que desenvolveram a atividade, nos dias 14 e 17 de agosto de 2023, ocasião em que foram estabelecidos os cronogramas das escutas pelas áreas mencionadas.

Assim sendo, a metodologia aplicada teve como objetivo promover a escuta das crianças acerca do que pensam sobre a escola, creche, UBS, SCFV, entre outros espaços que compõem o bairro e a cidade em que vivem, contribuindo assim para a elaboração de políticas públicas para essa faixa etária.

Na atividade realizada pelos profissionais, as crianças foram provocadas a pensarem sobre como seria uma cidade ideal para crianças pequenas.



Levando em conta as faixas etárias, a Educação, a Saúde e a Assistência Social aplicaram essa atividade para mais de duas mil e quinhentas crianças de 2 e 6 anos.

A Educação trabalhou com as crianças de 02 e 03 anos o tema “*Como é a minha Creche*”. Os educadores propuseram as seguintes situações didáticas: organizaram as crianças para uma visita ao espaço da creche, chamando atenção para o que viam no entorno, o que gostavam, o que não gostavam e o que mudariam. A seguir fizeram uma roda de conversa para a coleta das observações realizadas pelas crianças, anotando suas falas. Em seguida foi solicitado que registrassem, com desenhos em folha de sulfite A3, o que mais gostavam na creche e no verso do papel o registro do que não gostavam de ver na instituição. Além disso, os profissionais também fizeram uma conversa com as crianças buscando identificar o que elas gostariam de ver na creche. Nessa etapa, as crianças foram divididas em pequenos grupos para os registros dessas percepções, cujos relatos foram sendo descritos brevemente pelos educadores.

Por meio de garatujas⁴⁹ e desenhos, as crianças de 02 e 03 anos se expressaram, trazendo sua imaginação, emoções, sentimentos e criatividade. Nesse sentido, optou-se por tabular todo material produzido por elas. Vale destacar que as garatujas estão presentes na forma dos pequenos se comunicar e expressar, pois são representações das vivências das crianças dessa faixa etária.

Com as crianças de 4 e 5 anos, o tema trabalhado foi “*Como é o meu bairro?*” No desenvolvimento dessa atividade, didaticamente, os educadores utilizaram-se da leitura do livro “*O Bairro de Marcelo de Ruth Rocha*”. Logo após, organizaram rodas de conversa retomando a leitura realizada, passando a questionar com os grupos os elementos presentes no bairro de Marcelo com a formulação das seguintes perguntas às crianças: “O bairro em que moram é parecido como do Marcelo?” “O que tem no seu bairro?” “O que mais gostariam de ver no bairro?” “O que gostariam que tivesse no bairro em que moram?” Assim, as crianças foram convidadas a construir o seu bairro, munidas de papel sulfite A3, dividida em duas partes, onde de um lado elas deveriam registrar o que mais gostavam e do outro lado, o que não gostavam no bairro. Esta estratégia também permitiu identificar o que mais as crianças gostariam de ver no bairro em que moravam, uma vez que foi solicitado que expressassem os aspectos de sua

⁴⁹ As garatujas são os primeiros grafismos e expressões criativas da criança. Elas costumam ocorrer entre o primeiro e o quarto ano de idade e começam no momento em que a criança consegue rabiscar com um lápis, giz ou caneta com firmeza.



vinculação e relação com os espaços onde moram. Na roda de conversa, os relatos também foram sendo registrados pelos educadores.

Com relação à faixa etária de 6 anos, pertencentes ao 1º ano do Ensino Fundamental, utilizou-se o tema: *“Como é a minha Cidade?”*. A atividade aplicada pelos educadores seguiu metodologicamente, algumas etapas: as crianças ouviram e leram trechos da música *“A cidade ideal”*, de Chico Buarque. Imediatamente, foi organizada uma roda de conversa para discutir o que seria uma cidade ideal, momento em que os educadores explicaram a importância das reflexões realizadas e que as ideias apresentadas seriam consideradas na elaboração de um documento com vistas à melhoria da cidade. Em seguida, as crianças foram convidadas a construir, coletivamente, um texto registrando os apontamentos realizados durante a roda de conversa, sendo entregue para cada criança um sulfite A4, momento em que elas foram orientadas a desenharem as propostas elencadas no texto coletivo.

Na área da Saúde (UBS e ACAR), utilizou-se de um cartaz onde foram apresentadas as seguintes perguntas: “O que gostariam de ver nesse espaço de saúde?” “O que mais gostam nesta Unidade?” A partir disso, as crianças também participaram expressando-se por meio de garatujas, contando com a observação dos profissionais que fizeram relatos das atividades desenvolvidas.

Na área da Assistência Social, nos coletivos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, serviu-se da mesma metodologia, em que foram explicados os objetivos da atividade, sendo realizado um circuito pelos espaços para que as crianças pudessem analisar calmamente o ambiente em que estavam.

Os registros ilustrativos foram analisados com base em representações de escritas e desenhos, em formas de garatujas desordenadas e ordenadas, símbolos que retratam brinquedos, jogos e brincadeiras. Segundo a teoria de Piaget⁵⁰ acerca do desenvolvimento do desenho e escrita durante as fases sensório-motor, as crianças desenhavam mais o que sabem, do que o que veem, desta maneira, é preciso saber analisar o que elas trazem durante os registros, pois estas representações estão interligadas por fatores além do desenvolvimento motor, mais cognitivo e social também.

⁵⁰ A Teoria Cognitiva de Piaget propõe que o desenvolvimento cognitivo não é explicado apenas pela ação de mecanismos inatos (como a maturação do sistema nervoso) ou pela experiência (física e social) do indivíduo, mas sim pela atuação conjunta desses fatores, organizados por um mecanismo interno de equilíbrio. De acordo com essa teoria, o desenvolvimento ocorre por meio da sucessão de quatro estágios: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal. As idades em que diferentes pessoas atingem cada estágio podem variar, mas a ordem de sucessão dos estágios é constante. Cada estágio é caracterizado por novas estruturas, isto é, novas formas de compreender o mundo e agir sobre ele, que permanecem como subestruturas nos estágios posteriores.



Assim sendo, buscou com essa dinâmica, fazer o exercício de ver a cidade e os espaços de atendimento das crianças, como as escolas, as creches, e demais locais onde se realizou a escuta, os saberes e a vida a partir do olhar infantil, buscando conhecer esses espaços com elas.

5.4 Plano de Ação

Na leitura e análise do material produzido pelas crianças optou-se por categorizar os desenhos e separá-los de acordo com os temas a seguir:

- *A Criança e o Brincar: Cidade Divertida - o brincar e o lúdico.* Neste tema foram incluídos todos os aspectos relativos ao brincar, sendo determinante as menções relacionadas a esta temática. Muitas crianças disseram que uma cidade ideal precisa ter espaços para diversão, ter árvores, flores, ambientes coloridos ou seja, a cidade precisa ser arborizada e divertida. Além disso esses espaços precisam ser mantidos limpos e em funcionamento. É importante destacar que em muitos bairros onde elas residem não têm espaços públicos para as brincadeiras, o que sugere que as políticas públicas de Meio Ambiente e Infraestrutura, Cultura, Esporte e Lazer etc., precisam incluir no planejamento a oferta de espaços de entretenimento e do brincar.

- *A Criança, a Cidade e o Meio Ambiente: cuidar e preservar.* Considerou-se também a questão do brincar, dos animais, do lixo, entre outros aspectos relativos ao Meio Ambiente, sendo consideradas as diversas manifestações trazidas pelas crianças. Disseram que a cidade precisa cuidar melhor dos animais pois não gostam de vê-los abandonados e maltratados, portanto, é preciso dar mais proteção a eles. Outro aspecto citado que chamou muita atenção dos membros do Comitê, foi a questão do lixo, mencionado por muitas crianças, demonstrando grande inquietação com este problema. Se destacaram na fala das crianças a falta de espaços públicos que acolham suas brincadeiras e do cuidado e respeito que se deve ter com o meio ambiente e com os animais.

- *A Criança e a Segurança Alimentar e Nutricional: Alimentação - do básico ao acesso prazeroso da diversidade ofertada pelo mercado alimentício.* Foram incluídos mercados e supermercados, sorveterias, padarias, restaurantes, docerias, pizzarias, casa de carne, entre outros lugares que foram citados pelas crianças, os quais foram considerados como categorias relativas à Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Ao analisar as narrativas, observou-se que esses locais representam para elas não apenas o acesso ao alimento, mas também um local de passeio e entretenimento.



- *A Criança e a Educação: Educação para todos - criança, família e aprendizado.* Considerou-se que no Município a Educação Infantil atua no sentido de atender à demanda estabelecida pela Política Nacional e Municipal de Educação. Levou-se em conta as propostas mencionadas sobre as melhorias que esses espaços podem oferecer.

- *A Criança e a Saúde: Direito da proteção à vida e à saúde.* Foram agrupados vários apontamentos das crianças dizendo da necessidade de Franca ter “mais hospitais, médicos, atendimento humanizado e valoroso”. Também disseram “não gostar de ir à UBS, à farmácia, ao médico, e ter medo de escorpião, do mosquito da dengue, de cobra e outros animais peçonhentos ou venenosos, como aranhas, baratas, ratos, abelhas”, etc., demonstrando preocupação com a questão sanitária. Importante destacar que muitos acidentes na primeira infância são provocados por animais peçonhentos ou venenosos, sendo esta uma grave adversidade à saúde pública. Com relação a esta questão é essencial prever estratégias de prevenção dos acidentes, de acordo com cada faixa etária, buscando a redução da morbimortalidade ou outros agravos dessa natureza.

- *A Criança, a Cultura, Esporte e Lazer: Direito à Cultura, Esporte e Lazer.* Muitas crianças falaram da necessidade de se oferecer para elas diversos tipos de atividades esportivas, sugerindo que a cidade precisa de mais campo de futebol, basquete, vôlei, patinete, pista de skate e de bicicleta, pista para carrinho de rolimã, academia ao ar livre, entre outros. Os equipamentos de lazer são considerados bens públicos de grande importância social, por cumprirem não apenas uma função estética no conjunto da cidade, mas também por possibilitarem diferentes formas de entretenimento e lazer. Assim, as praças, ruas, pista de skate, campos de futebol e ginásios são espaços coletivos de lazer que desempenham importante papel na qualidade de vida das crianças e população em geral. A ausência ou a precariedade desses locais tem efeitos negativos nas formas de convivência social e resulta na reclusão das crianças que buscam outras formas de se divertirem que não são benéficas, como a TV, internet, jogos no celular, entre outras meios. Isso acontece porque os equipamentos e os espaços de lazer não são entendidos como fundamentais e não são suficientes para o acesso desse público. Os espaços como lojas de presentes, de brinquedos, de roupas e sapatos, *shopping* e comércio em geral, foram citados como locais que são acessados para passeios. Mais uma vez, observou-se a falta de oportunidades e locais apropriados para entretenimento e para o brincar, os quais são substituídos por outros lugares que conseguem acessar.



- *A Defesa, a Proteção e a Prevenção à Violência contra Crianças: Proteção x Violência.* Esta temática vem ganhando cada vez mais espaço, tanto pelo seu agravamento atualmente, quanto por sua interferência na vida cotidiana dos indivíduos e famílias. Trata-se, portanto, de um fenômeno real, complexo e multifacetado que assume configurações específicas na sociedade capitalista, as quais tem sido objeto de frequentes intervenções do Estado por meio de políticas públicas, especialmente para as chamadas “violência urbana” e “violência doméstica”, exigindo mais atenção e compreensão sobre o tema, mas sobretudo com propostas interventivas. As crianças trouxeram preocupações relacionadas a “briga de vizinhos, xingamentos, palavrões, maldade, pessoas ruins”, entre outros aspectos, sendo indicadores para reflexão e intervenção.

- *A Criança, a Assistência Social e a Convivência Familiar e Comunitária.* Considerou-se a importância que a família tem na vida dessas crianças. A convivência familiar e comunitária foi percebida como algo essencial para esse ciclo etário. A família e a comunidade são espaços de referência, proteção e socialização dos indivíduos, são fontes de carinho e cuidado. É onde as crianças se apoiam e desenvolve o sentimento de pertencimento e socialização. Nas expressões trazidas por elas, observou-se a forte presença da família, da casa e dos amigos, reforçando a importância da convivência para o seu desenvolvimento.

- *A criança, o Transporte, a Educação no Trânsito, a Iluminação e a Pavimentação: Direitos transversais.* Incluiu-se neste grupo várias questões em relação ao transporte, regras de trânsito e a segurança nas ruas, nas escolas, creches, moradias, manutenção da iluminação e da pavimentação. Aspectos estes, que na visão das crianças, ampliam a sensação de segurança na cidade, proporcionando mais conforto para elas e seus familiares.

- *A Criança e as Redes Sociais: Mídias Sociais e Telas Digitais.* Neste tema, algumas crianças expressaram gostar de gravar vídeos, de jogar através da internet, *videogame* e de ver TV. É imperioso ressaltar que o uso precoce de mídia social pode acarretar problemas cognitivos, como déficit de atenção, depressão, ansiedade, entre outros danos e resultar em grandes prejuízos sociais no desenvolvimento e desempenho escolar da criança. Assim sendo, este tema traz um alerta sobre o uso das redes sociais e como elas podem afetar a vida de uma criança e ser viciante como qualquer outra dependência.

- *Formação Continuada: Atendimento qualificado.* Teve como destaque a importância de investimento na educação permanente e capacitação dos profissionais que atuam nas diferentes políticas públicas voltadas para as crianças de zero a seis anos. Portanto, buscou-se



a preparação e qualificação profissional enquanto uma estratégia que visa contribuir com o processo de desenvolvimento da criança.

- *Articulação Intersetorial.* Destacou-se a importância da integração entre as diversas Políticas Públicas, o Sistema de Garantia de Direitos e a comunidade para promover o fortalecimento das famílias, devendo ser organizada como uma rede de apoio nos territórios, sobretudo para as famílias com diferentes graus de vulnerabilidade social. Esta temática inserida no PMPI dada a sua relevância para o atendimento deste público está prevista no Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca e no Plano Nacional pela Primeira Infância.

- *Financiamento, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação.* Foi contemplada a necessidade de envolvimento das diversas instâncias a fim de prever recursos orçamentários para implementar e efetivar as ações do PMPI. Também se fez necessário o comprometimento em relação ao processo de avaliação e monitoramento do referido plano, indicando responsáveis das áreas pelo seu acompanhamento.

Já o período de escuta das famílias foi concomitante ao das crianças. Utilizou-se uma dinâmica diferente daquela aplicada junto a elas. Os profissionais apresentaram a proposta e os objetivos da atividade, explicando a importância da participação das crianças e famílias na construção do PMPI, expondo tratar-se de um instrumento em defesa dos direitos da primeira infância.

As famílias foram ouvidas a partir de grupos compostos de 3 a 4 pessoas e/ou responsáveis com apresentação de uma questão norteadora *“No olhar de adulto e pensando na criança, o que espera que os locais de atendimento ofereçam?” “Como esse espaço/local precisa ser para que seja acolhedor, bonito, legal, bom para passear, brincar, estudar, frequentar, se sentir protegido, etc.?”*, sendo provocadas a pensarem sobre como seria uma cidade ideal para as crianças na primeira infância.

As unidades de atendimento utilizaram-se de um vídeo explicativo sobre o PMPI, mostrando a importância e o significado deste documento. Em seguida solicitaram aos integrantes discutirem nos grupos as propostas para o PMPI, as quais foram registradas e trazidas para análise do Comitê. As sugestões compiladas estão incluídas no quadro de propostas, uma vez que muitas delas convergiram com as indicações das crianças.

Finalizando, como complemento ao PMPI e sobretudo valorizando a participação das crianças no processo de escuta, foram elaboradas cartilhas organizadas em 3 (três) volumes que



expressaram as propostas trazidas pelas crianças e famílias, demonstrando sua criticidade, capacidade e criatividade.

O volume 1 é composto por produções de crianças de 02 e 03 anos de idade atendidas nas creches, o volume 2 sintetiza o trabalho das crianças de 04 a 05 anos e o volume 03 contempla as percepções das crianças de 6 anos. Estes documentos integrarão como anexos, o Plano Municipal da Primeira Infância como registro vivo da experiência e riqueza do processo de construção do Plano.

5.4.1. Propostas - A Criança, o lúdico e o brincar

O brincar é a primeira linguagem da criança. Conforme os desejos apontados na escuta realizada com as crianças, envolve a oferta de parques de diversão com balanço, escorregador, pula-pula, gangorra, tobogã, gira-gira, quadra de areia, piscina de bolinha, casa na árvore, casa de boneca, área com muito verde, árvores, flores, assim como os ambientes coloridos e com muitos brinquedos como boneca, caminhão, carrinho, entre outros espaços de entretenimento como pracinhas e jardins com espaços para brincar e correr, andar de bicicletas, etc. *“Eu gosto de brincar de escorregar, brincar no parquinho... Gosto de brincar de carrinho e correr”*. (Bryan, 4 anos; Valentina, 3 anos; Théo Nicolas, 3 anos). *“Queria um parquinho com um castelo bem grande”*. (Maria Julia, 5 anos). *“Queria areia para brincar e fazer castelo, bastante balanços pra gente voar, uma fazenda com bichos: tartaruga, patos, uma girafa, coelhos, porco”*. (João, 5 anos).

O brincar foi um aspecto determinante na escuta realizada, sendo mencionado por 912 crianças. O brincar se apresenta por meio de diversas características e por diferentes crianças como um ato essencial à vida delas. Assim, ao analisar o material produzido, procurou-se compreender os significados que esta ação tem, que finalidades atribuem e o que o universo do brincar e do lúdico representa para a criança. Foi identificado que são inúmeras as atividades que promovem a diversão, o prazer e a imaginação desse ciclo etário.

Tais manifestações coadunam com os desejos dos pais e responsáveis que mencionaram a importância de os espaços possuírem infraestrutura adequada com ambientes acolhedores, tranquilos, organizados com espaços de entretenimento, coloridos, com brinquedos adequados e diversos. Os equipamentos também devem ser confortáveis e adequados à faixa etária. As



unidades de atendimento devem ser limpas, iluminadas, arejadas e decoradas de forma agradável, com cores vivas e atraentes, bem como deverão considerar a oferta de acessibilidade para garantia dos direitos da pessoa com deficiência.

Pelo que foi analisado, a praça foi considerada um ambiente de continuação do lar, um espaço coletivo para brincar, para o lazer, um espaço saudável para induzir a criatividade, favorecer a felicidade e, portanto, deve ser um local adequado e seguro para crianças frequentarem, pois possuem grande significado, sendo parte de pertencimento da vida de toda criança, uma vez que elas se apropriam desses espaços por pertencerem a elas. *“Gosto muito do meu bairro e da minha casa, tem uma pracinha linda lá perto”*. (Leticia, 6 anos).

Outras manifestações apontaram que a criança sente necessidade de interagir com a realidade em sua volta, é curiosa e busca descobrir o mundo. Foram 175 menções de meninos e meninas que disseram gostar de ir às *“lojas de presentes, brinquedos, sapatos, flores, livrarias e shopping”*. *“Eu gosto de loja de brinquedos, queria que tivesse mais”* (Laura, 5 anos). Observou-se que as crianças têm prazer em acompanhar a família nas atividades de compras e consideram como momentos de passeio, lazer e recreação, especialmente quando vão ao *shopping* ou quando vão às lojas de presentes e brinquedos.

Considerando o que as crianças trouxeram como necessidades, bem como as diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância, a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Plano Municipal Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, entre outros documentos aqui utilizados como referência, apresentam-se as seguintes propostas para o presente Plano.



Quadro 9 - A criança, o lúdico e o brincar

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Oferecer espaços lúdicos em todos os locais de atendimento à criança de 0 a 6 anos, de forma a atender às demandas da infância, garantindo uma acolhida lúdica que contribua para o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e psicomotor.	Instalar espaços lúdicos em 100% das instituições públicas e privadas até 2030.	A partir de 2024 e de forma contínua.	Número de instituições que criaram espaços lúdicos no atendimento à criança de 0 a 6 anos.	100% até 2034.	Instituições Públicas e Privadas que compõe o Sistema de Garantia de Direitos.
02	Instituir espaços lúdicos e protegidos para crianças vítimas ou testemunhas de violência nos espaços em que são atendidas, conforme prevê o Projeto de Lei 2.314 de 2020.	Criar espaços lúdicos e adaptados à sua condição peculiar de desenvolvimento em 100% das instituições destinadas às políticas de atendimento à criança vítima de violência.	A partir de 2024.	Número de instituições de atendimento de crianças vítimas de violência com espaços lúdicos criados.	100% até 2034.	Instituições Públicas e Privadas que compõe o Sistema de Garantia de Direitos.



03	Tornar lúdico e adaptado os espaços de atendimento de crianças de 0 a 06 anos com deficiência.	Tornar lúdico e adaptado os espaços gradativamente, atingindo 100% até 2034;	A partir de 2025.	Percentual de crianças com deficiência atendidas anualmente.	Anual.	Instituições Públicas e Privadas que compõe o Sistema de Garantia de Direitos.
04	Garantir orçamento em todas as áreas para aquisição de materiais lúdicos, acessíveis e diversos.	Incluir nos orçamentos públicos e privados a aquisição de brinquedos, materiais, livros, jogos e equipamentos diversificados e acessíveis.	A partir de 2025.	Orçamento garantido; Compras efetivadas; Espaços do “brincar” mantidos e adequados em todas as áreas.	Contínuo.	Instituições Públicas e Privadas que compõe o Sistema de Garantia de Direitos.
05	Realizar anualmente, campanhas de informação e sensibilização da sociedade, em especial das famílias e comunidades, sobre o direito e a importância do brincar.	Promover campanhas, ao menos uma vez ao ano.	A partir de 2025.	Campanha realizada.	Anual.	Instituições Públicas e Privadas que compõe o Sistema de Garantia de Direitos.
06	Ampliar, adaptar, adequar e manter locais do “brincar” nos territórios de moradia, nos parques, praças, áreas livres, verdes e limpas.	Realizar continuamente adaptações, adequações e manutenção das praças, áreas	A partir de 2024.	Número de praças e outros locais de entretenimento com manutenção e adequações;	Contínuo.	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Infraestrutura e FEAC.



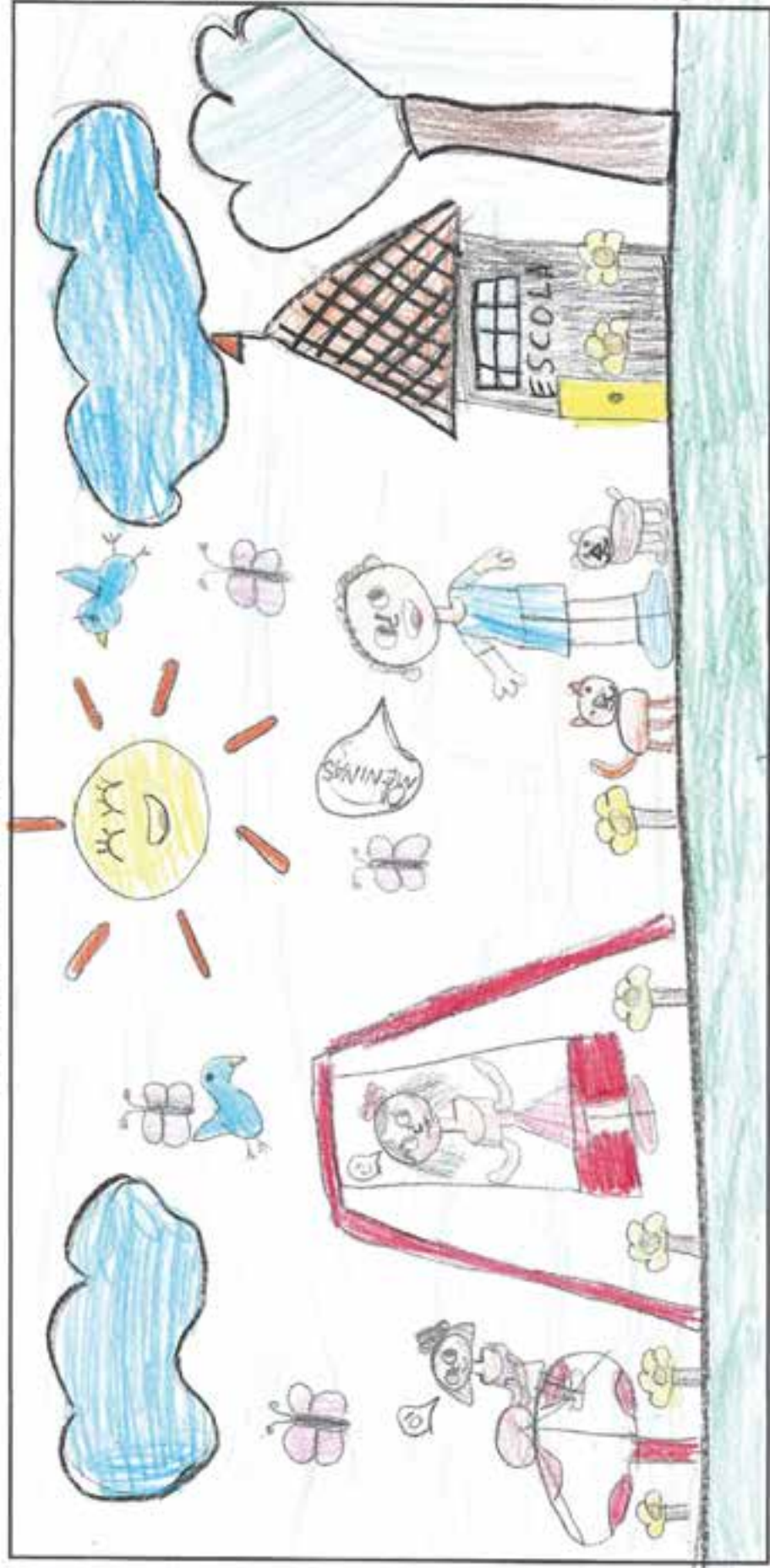
		verdes, bancos e mesas, lixeiras, brinquedos, parquinhos infantis e áreas para ciclismo; Estimular a frequência das famílias e crianças nos parques públicos; Realizar campanhas socioeducativas para cuidado e conservação dos locais do brincar.		Crianças utilizando-se das praças para o brincar.	
07	Identificar espaços para instalação e manutenção de brinquedotecas nas comunidades de baixo poder aquisitivo.	Criar um projeto para instalação e manutenção de brinquedotecas nos territórios, em parcerias com as OSC's e empresariado; Incentivar a doação de brinquedos pela comunidade e empresariado.	A partir de 2025.	Projeto elaborado; Número de brinquedotecas instaladas e em funcionamento; Parcerias realizadas com a comunidade e empresariado.	De 2025 a 2034. Administração Pública Municipal, OSCs e iniciativa privada.



08	Disponibilizar espaços lúdicos de atividade chão livre.	Adaptar os espaços para a criança pequena brincar, a exemplo de amarelinha, mesa de xadrez, tabuleiro, dama etc.	Adaptar pelo menos dois locais ao ano, a partir de 2025.	Espços lúdicos adaptados.	Contínuo.	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente.
09	Incentivar, nas Unidades de atendimento, a criação de espaços com a presença de animais.	Composição de Comissão para estudo de um Plano de Inclusão de animais nos espaços de atendimento.	A partir de 2026.	Projeto elaborado até 2026. Número de Unidades com espaços para animais.	Contínuo.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Saúde e Meio Ambiente.
10	Instituir a “Semana Municipal do Brincar”.	Propor Projeto de Lei para instituição da Semana Municipal do Brincar; Programar atividades lúdicas na cidade na semana do “Brincar”; Realizar atividades de orientação e educação sobre a importância do brincar no de-	A partir de 2025.	Projeto de Lei elaborado; Atividades sendo programadas e realizadas; Secretarias Municipais integradas e realizando atividades conjuntamente.	Annual.	Instituições Públicas e Privadas que compõe o Sistema de Garantia de Direitos.



envolvimento global infantil, envolvendo sobretudo a comunidade e as famílias.



5.4.2 Propostas - A Criança, a Cidade e o Meio Ambiente

Muitas foram as manifestações das crianças e inquietação sobre aspectos relativos à natureza e o meio ambiente, sendo 906 menções envolvendo uma diversidade de questões, tais como: lixo, entulhos, terrenos baldios, falta de lixeiras, o problema das queimadas, da poluição e da fumaça, de som e música alta; buzinação dos carros e fábrica que solta fumaça; casas abandonadas, ruas com matos e muros pixados, animais nas ruas e abandonados. Dentre os aspectos citados estão a necessidade de cuidar melhor da água, mantendo-a limpa e potável para humanos e animais, de se ter educação ambiental e menos desmatamento. Falaram ainda da importância de não cortar árvores e sim manter a cidade arborizada e florida, respeitando a natureza, além de se plantar e manter na cidade árvores frutíferas.

Destacou-se, portanto, a preocupação das crianças com a poluição do ar, do solo e da água, com o problema do lixo, com as queimadas e da necessidade de se manter a cidade bonita e saudável, conforme se observa nesta frase: *“A natureza é muito importante, sem ela nós não respiramos bem, seria cheia de árvores, plantas e grama, com muitos animais como cavalo, cachorro, gato, porquinhos e burros”*. (Produção coletiva, alunos do 1º ano, 6 e 7 anos). Para elas uma cidade ideal precisa de *“[...] água limpinha para os humanos, animais e plantas, além de usar para lavar o que está sujo, ninguém iria poluir ou deixar lixo nos terrenos, o mosquito da dengue nem existiria”*, (Produção Coletiva, alunos do 1º ano, 6 e 7 anos).

Para os pais e responsáveis a preservação da natureza também foi citada como essencial, destacando a manutenção das áreas verdes e floridas com sombras, arborização com plantio de árvores, instalação de mesas e bancos com a higienização delas. E para garantir esta preservação, sugeriram a realização de campanhas de conscientização sobre a separação e reciclagem do lixo e a economia de água.

Algumas frases citadas pelas crianças demonstraram a preocupação com o meio ambiente: *“Nossa cidade é muito boa pra se viver, mas, existem alguns problemas que precisam ser resolvidos, como animais soltos nas ruas, asfalto cheio de buracos, lixo jogado nos terrenos, queimadas e trânsito perigoso”* (Produção coletiva, 1º ano, alunos de 6 anos). Outras frases similares apontaram olhares críticos das crianças em relação ao lixo *“Não gosto de sair na rua para brincar com minha irmã e ver sujeira”*. (Adryana, 4 anos); *“Não gosto do esgoto e cheiro ruim”*. (Ana Luisa, 4 anos). *“Não gosto da sujeira existente nas ruas, porque ficam feias.”* (Bárbara, 6 anos)



Outras necessidades também foram sendo apontadas pelas crianças como ideal para elas, dizendo que a cidade precisa de *“bosque, aquário, pet shopping para animais, zoológico com pássaros, e hospital veterinário”*, conforme diz esta frase *“Gostaria que tivesse um aquário municipal com uma diversidade bem grande de peixes [...] onde as crianças pudessem praticar náutico para ver de perto os peixes”* (Produção Grupal, crianças de 3 e 4 anos). Semelhante a esta manifestação outro grupo formulou o seguinte desejo *“gostaria que tivessem praças com roda gigante e palhaços em todos os bairros da cidade e que todas as crianças brincassem sem ter que pagar.”* (Produção Grupal, crianças de 4 e 5 anos).

Observou-se ainda pelos desenhos e pelas falas trazidas através da atividade aplicada e das incursões realizadas nos espaços de vivência e no bairro, várias preocupações trazidas ao mencionarem que não gostam *“de presenciar animais abandonados, bravos, maltratados... não gostam de aranha, ratos, baratas, abelhas”*, conforme dizem estas crianças *“Não gosto de ver cachorros abandonados nas ruas”* (Geovana e Helena, 6 anos). *“[...] não gosto de animais magrinhos nas ruas. Os animais precisam de apoio, alimentação, veterinário, casinhas em espaços públicos”* (Heloisa, 5 anos) Outras frases semelhantes em que as crianças disseram que não gostam de ver no bairro foram *“dos buracos na minha rua, quando chove faz muito buraco não consigo andar de bicicleta”* (Allana, 6 anos); *“Do lado da minha casa tem um terreno, e o mato é grande, aí dá muito bicho, taturana...esses bichinhos”* (João, 6 anos) *“Dos lixos na rua, cheira muito mal, aí tem hora que os lixeiros esquecem e os cachorros levam tudo”* (Lorenzo, 6 anos). *“Pracinha sem brinquedo e com lixo”* (Manuela, 6 anos). *“[...] não gostam da quantidade de animais que andam pelas ruas sem os seus donos, ruas sujas e quando colocam fogo nos terrenos por conta da fumaça”* (Helena e Henrique, 6 e 7 anos).

Nesta perspectiva, ao analisar o material produzido, foi necessário juntar várias temáticas trazidas pelas crianças sobre o meio ambiente e suas interfaces, tais como a importância do cuidado com a natureza e o ecossistema, vida animal e recursos naturais. Esses conceitos são muito importantes para que os pequenos compreendam que tudo está conectado, e que ações invasivas podem comprometer estruturas e até mesmo o desenvolvimento de vidas. Assim, percebe-se que a educação ambiental deve se tornar uma prática constante na vida das crianças e dos adultos, sendo fundamental que a sustentabilidade também seja ensinada de forma prática.



Quadro 10 - A criança, a Cidade e o Meio Ambiente

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Ampliar e manter áreas urbanas verdes e arborizadas.	Inserir no orçamento municipal recursos para as ações de ampliação e manutenção de áreas verdes;	A partir de 2025.	Recursos previstos na LOA;	De 2025 a 2034.	Secretaria de Meio Ambiente, Sociedade Civil e Empresariado.
		Captar recursos de outras esferas de governo ou organizações financiadora dessas ações;		Recursos captados com parcerias formalizadas;		
		Realizar campanhas de incentivo e apoio.		Quantidade de projetos/parceria realizadas pela sociedade e empresariado.		
02	Realizar campanhas sobre educação ambiental (reciclagem de lixo, separação dos resíduos, uso responsável de energia elétrica, água, e recursos naturais, e outros).	Realizar campanhas educativas, anualmente.	A partir de 2025.	Número de campanhas realizadas.	Contínuo.	Secretaria de Meio Ambiente, Sociedade Civil e Empresariado.



03	Instalar bebedouros públicos em pontos estratégicos para garantir o acesso à água potável para pessoas e animais.	Instalação dos bebedouros em parques, praças, e outros ambientes públicos de forma gradativa.	A partir de 2024.	Número de bebedouros instalados.	Contínuo.	Secretaria de Meio Ambiente.
----	---	---	-------------------	----------------------------------	-----------	------------------------------



5.4.3 Propostas - A criança e a Segurança Alimentar e Nutricional

Foram 473 expressões trazidas pelas crianças envolvendo a questão da alimentação, partindo da realidade trazidas por elas, levando em conta os contextos econômico, social e cultural vivenciados, cujo entendimento e participação do consumo tem a ver com as relações sociais, uma vez que expressaram o gosto e o prazer de ir ao supermercado, à sorveteria, à pastelaria, à pizzaria, à padaria, à doceria, à casa de carne, ao restaurante, entre outros.

Na escuta das famílias ou responsáveis disseram que as opções de lanche e merenda escolar devem ser saudáveis, diversificadas e adequadas às crianças.

Observou-se que para além da necessidade da alimentação, o acesso a estes espaços possui forte representatividade para as crianças, pois entendem e participam do consumo familiar. Também se percebeu que a família exerce papel expressivo no processo de socialização e formação do perfil das crianças ao determinar normas e influenciar na formação dos gostos pessoais. Isso pode ser visto quando a maioria expressa que gosta de ir a esses locais acompanhados com a família.

O fato de as crianças terem mencionado aspectos relacionados à alimentação pode indicar a falta de acesso em quantidade e qualidade suficiente para si mesmas ou outrem, em consequência da desigualdade na distribuição da riqueza em nosso país, incluindo o Município de Franca. Chama atenção alguns relatos: *“Cidade abençoada onde ninguém passa fome e todo mundo é feliz”* (Carina, 4 anos); *“Que todas as famílias pudessem ir ao supermercado e fazer a compra do mês levando todos os itens necessários”* (Manoela, 5 anos); *“Gosto de muita coisa no meu bairro, mas adoro a sorveteria porque tem sorvete de várias cores”* (Maria Júlia, 6 anos). *“Para a cidade ser melhor seria importante, também, ajudar os moradores de rua e as pessoas que passam por dificuldades sem trabalho e sem ter o que comer”*. (Produção coletiva, 1º ano, alunos de 6 anos).

Nesse sentido, reafirma-se a necessidade de ações que contemplem não só a Segurança Alimentar e Nutricional básica, como também o acesso a outros alimentos socialmente consumidos. Importa salientar que as Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, da Criança e do Adolescente e de Assistência Social indicaram ações que fortalecem esta proposta, incorporadas no quadro a seguir.



Quadro 11 - A Criança e a Segurança Alimentar e Nutricional

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Fortalecer a Política de Segurança Alimentar Municipal, priorizando as gestantes e famílias com crianças de zero a seis anos mais vulneráveis.	Atender, anualmente, 10% das famílias mais vulneráveis, priorizando aquelas em extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único.	A partir de 2024.	Alimentos sendo ofertados pelo Banco de Alimentos à 10% das famílias com crianças de 0 a 6 anos mais vulneráveis do Município.	Contínuo.	Política de Segurança Alimentar e Nutricional.
02	Promover educação alimentar e nutricional.	Realizar pelo menos uma campanha anualmente sobre a importância da alimentação de qualidade, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural.	A partir de 2024.	Campanhas de educação alimentar e nutricional sendo realizadas anualmente.	Anual.	Política de Segurança Alimentar e Nutricional.



03	Realizar cursos, palestras, treinamentos entre outros eventos educativos, visando o combate ao desperdício, a manipulação adequada e aproveitamento das partes não convencionais dos alimentos.	Realizar trimestralmente as ações de combate ao desperdício, manipulação adequada dos alimentos.	A partir de 2024	Número de ações executadas; Número de participantes nas ações.	Trimestral	Segurança Alimentar e Nutricional.
04	Instituir projetos de hortas para distribuir verduras e legumes às famílias com crianças até 6 anos de idade.	Destinar percentual de recursos do FMDCAF para financiamento dos projetos de hortas.	A partir de 2025.	Percentual de recursos destinados para os projetos de hortas; Percentual de famílias com crianças até 6 anos beneficiadas	Anual	CMDCAF E Parcerias
05	Campanhas permanentes de Educação em Segurança Alimentar e Nutricional na rede pública de ensino.	Realizar campanhas sistemáticas de Educação Alimentar	A partir de 2025.	Número de Campanhas realizadas.	Anual	Secretaria de Educação e Política de Segurança Alimentar e Nutricional



06	Atender famílias com gestantes, priorizando aquelas com crianças que frequentam creches, escolas, SCFV e Ambulatório de Alto Risco.	Ampliar gradativamente o número de cestas de verduras, legumes, frutas e proteínas.	A partir de 2025.	Número de cestas fornecidas.	Anual	Política de Segurança Alimentar
----	---	---	-------------------	------------------------------	-------	---------------------------------



5.4.4 Propostas - A Criança e a Educação

O Plano Municipal de Educação (2015-2025), estabelece como meta 1 a universalização do atendimento escolar das crianças de 4 a 5 anos em 100% e, ampliação do atendimento em 50% nas creches, pode-se considerar que tal obrigatoriedade do atendimento das crianças na pré-escola, foi concretizado. O atendimento nas creches foi ampliado, atualmente são atendidos cerca de 80% da demanda existente para essa etapa. A demanda reprimida atual para Creche é de 898 vagas, enquanto na pré-escola o atendimento é de 100%. Vale elucidar que o município possui 453 vagas em aberta para Creche na rede de serviços, e neste momento estão iniciando as convocações.

Na escuta realizada com os pais e/ou responsáveis observou-se convergência com o que foi apontado pela Educação, uma vez que as famílias manifestaram a necessidade de mais vagas em creche nos territórios, biblioteca nas escolas e brinquedotecas.

O desafio que se impõe é a manutenção e ampliação da qualidade do atendimento educacional à primeira infância. Para a garantia da qualidade, a Secretaria da Educação realiza três vezes ao ano Avaliação Diagnóstica de Rede (inicial, acompanhamento e final) com o objetivo de coletar dados sobre a realidade educacional das escolas e creches para assim oferecer materiais e formações com foco nas necessidades dos professores e equipes que atuam na Rede Municipal de Educação e creches parceiras.

Com relação à escuta realizada com as crianças, ao analisar o material produzido, foram identificadas apenas 130 menções no âmbito da Educação, apresentando a necessidade de escolas de tempo integral, mais livros, brinquedoteca, salas de arte, laboratório de ciências e creches. É importante ressaltar que o município de Franca, possui uma rede de oferta na educação considerada dentro dos padrões de qualidade bastante satisfatória, com atendimento à demanda acima das previstas pelo Plano Nacional de Educação. Por isso mesmo registrou-se poucas demandas na escuta realizada tanto pelas crianças como pelas famílias.

O texto a seguir, elaborado por uma educadora, apresenta um resumo sobre o que seria uma cidade ideal no olhar das crianças: *“A CIDADE IDEAL: A minha cidade ideal seria muito legal. Teríamos todas as escolas com piscinas, com bom aprendizado e recreio mais prolongado e organizado. Não teria mais ladrão, as pessoas iam ter bom coração. Não teria mais poluição. Os animais não entrariam em extinção, nada de caçadores com mau coração. Cada família teria uma mansão, ninguém ficaria na rua sem proteção, pracinhas com piscinas, escoregadores infláveis, boias, teria músicas e animação. Os carros iriam voar e as leis de trânsito iam respeitar, teriam proteção porque se batessem ninguém iria se machucar. Teria*



um monte de bola e campo para poder jogar, se exercitar e onde todos podem participar. Todos os animais teriam donos, não seriam abandonados, maltratados e nem prejudicados. Nessa cidade ideal todo mundo gostaria de viver e ninguém ia sofrer.” (Alunos do 1º ano - Prof. Roseli, Escola Prof. Emilia de Paula Tarantelli)”



Quadro 12 - A Criança e a Educação

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Reordenar vagas para Creche e Pré Escola respeitando as demandas territoriais.	Avaliar as demandas territoriais e realizar a gestão de vagas em 30% anualmente.	De 2024 a 2034	Crianças sendo atendidas nos devidos territórios ou mais próximo possível de suas moradias; Equilíbrio entre vagas ofertadas e vagas ocupadas.	Até 2034	Secretaria Municipal de Educação
02	Ofertar educação infantil para crianças de 4 e 5 anos respeitando o previsto no Plano Nacional de Educação (2014-2024)	Garantir a permanência do atendimento de 100% na Educação Infantil na faixa etária de 4 a 5 anos com a universalização até 2024, conforme as metas do Plano Nacional de	Até 2024	Realizar a busca ativa dos alunos em situação de faltas injustificadas; Monitorar diariamente o sistema de Gestão; Realizar transferências para alunos de 4 e 5 anos para creches, quando houver vagas, conforme solicitado na Central de Vagas;	2024	Secretaria Municipal de Educação



		Educação (2014 - 2024)				
03	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental.	100% dos alunos alfabetizados ao final dos 2º anos	De 2024 a 2034	3.545 Número de alunos atendidos na rede regular.	Anual	Secretaria Municipal de Educação
04	Disponibilizar tecnologias educacionais e atualizadas para a alfabetização das crianças, de quatro a seis anos.	Possibilitar acesso às tecnologias a 100% das crianças.	100% de 2024 a 2034	100% das unidades de Educação Infantil com internet banda larga, wireless, tela de projeção e projetor multimídia, instalados.	Anual	Secretaria Municipal de Educação
05	Ofertar atendimento educacional especializado (AEE), em salas de recursos multifuncionais, públicos ou conveniados, nas formas complementares e suplementares, a todos os alunos com deficiência.	Equalizar acesso especializado a 100% das crianças com deficiência até 2030	10% em 2024 e 90% de 2025 a 2034.	Número de salas de recursos multifuncionais em funcionamento; Quantidade de alunos atendidos nas salas de recursos multifuncionais.	Anual	Secretaria Municipal de Educação



06	Possibilitar acesso ao atendimento multidisciplinar com profissionais da área da Saúde e Educação, mediante parcerias com instituições públicas ou conveniadas.	Ampliar gradativamente o acesso ao atendimento multidisciplinar às Crianças com deficiência e com outros transtornos.	100% até 2034	Parcerias firmadas entre instituições privadas e Secretarias, bem como União, Estado e Município; Número de crianças sendo atendidas multidisciplinarmente.	Anual	Secretaria Municipal de Saúde.
07	Disponibilizar material escolar e pedagógico adaptado e/ou recursos de tecnologia assistiva, de acordo com as necessidades de cada aluno, garantindo alfabetização bilíngue e uso do Braille, entre outros.	Reduzir gradativamente as diferenças, com oferta de recursos de tecnologia assistiva e material às crianças com deficiência, considerando as suas especificidades.	100% até 2034	Número de crianças utilizando o material pedagógico adaptado e/ou recursos de tecnologia assistiva; Número de crianças alfabetizadas em Braille ou outra linguagem de sinais.		Secretaria Municipal de Educação
08	Desenvolver e implementar medidas de enfrentamento a	Dar condições de acesso e a perma-	Implementar gradativamente as medidas de	Número de crianças atendidas em suas necessidades educacionais específicas;	Anual.	Secretaria Municipal de Educação.



	cultura de segregação escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades.	nência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns desde a criação, com equidade de raça, gênero e territórios (educação do campo e territórios vulneráveis, entre outros); Garantir que as salas de recursos sejam multifuncionais, por meio de	inclusão, de 2024 a 2034.	Quantidade de espaços de lazer e sensoriais e recursos multifuncionais criados e em funcionamento.	
--	--	---	----------------------------------	---	--



		repasses para a redução progressiva das salas de curso por área de deficiência, bem como investir em equipamentos para os respectivos ambientes; Criar áreas de lazer e espaços sociais para crianças com trans-torno do espectro autista.				
09	Realizar o monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar pelo Conselho de Alimentação Escolar.	Monitorar e avaliar anualmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar nas	A partir de 2024 atendendo 100% das unidades educacionais até 2034.	Número de Unidades Educacionais sendo acompanhadas, monitoradas e avaliadas.		Secretaria Municipal de Educação/Conselho de Alimentação Escolar.



		creches e pré-escolas.							
10	Remover barreiras arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais, programáticas e atitudinais que impedem a permanência de crianças com deficiência em condições de igualdade com os demais.	Reformar as Unidades Escolares que ainda possuem espaços não acessíveis.	Adequação de 100% das unidades educacionais até 2034.	Número de Unidades Educacionais Adaptadas; Número de Unidades Educacionais com profissionais habilitados.	Anual	Secretaria Municipal de Educação			
11	Promover campanhas educativas com foco na formação de uma cultura de prevenção de acidentes que envolva os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando, também, o papel da família.	Realizar uma campanha anualmente.	De 2024 a 2030	Redução no número de acidentes domésticos e institucionais; Redução nas ocorrências de acidentes registradas e atendidas pelas unidades de Saúde, públicas e privadas.	Anual	Secretaria Municipal de Educação juntamente com as demais Secretarias municipais.			
12	Realizar busca ativa das crianças vulneráveis visando	Elaborar Plano de Ação Estratégico	A partir de 2025	Número de crianças identificadas fora do atendimento;	Anual	Secretaria Municipal de Educação,			



	romper com a exclusão escolar.	Intersetorial para realização da busca ativa e enfrentamento da exclusão escolar dos mais vulneráveis.		Número de crianças atendidas após a implementação do Plano.		SGD, Saúde, SEDAS, OSC.
13	Implantar, progressivamente e gradativamente o atendimento em período integral para as crianças de 0 a 6 anos.	20% de vagas criadas em regime integral a cada 2 anos, atingindo 100% em 2034.	2024 a 2034	Número de Escolas e Matrícula em período integral.	Anual	Secretaria Municipal de Educação.
14	Disponibilizar transporte e vagas no sistema de ensino para crianças da área rural.	100% do público inserido no sistema educacional até 2034.	2024 a 2034	Alunos que vivem no campo, frequentando escola e tendo transporte gratuito; Percentual de alunos identificados e inseridos no sistema educacional.	Contínuo	Secretaria Municipal de Educação e Transporte



15	Manter espaços nas creches, pré-escolas e escola de ensino fundamental com insumos e materiais lúdicos e de entretenimento, visando assegurar o brincar.	Atender 100% das unidades escolares	A partir de 2024	Acompanhar as unidades de Educação Infantil se estão oferecendo com insumos e materiais lúdicos e de entretenimento.	Contínuo	Secretaria Municipal de Educação.
----	--	-------------------------------------	------------------	--	----------	-----------------------------------



5.4.5 Propostas - A criança e a Saúde

Nos desenhos das crianças o atendimento à saúde foi expresso com ênfase em hospitais, farmácias, mais médicos, mais UBS, entre outros. *“Ah! Uma cidade ideal tem (...) hospitais e médicos que não deixariam os doentes esperando com dor e todos seriam muito respeitados”* Produção coletiva, alunos do 1º ano, 6 anos”.

Foram 99 falas de crianças, ora apontando a necessidade de *“mais hospitais, médicos, atendimento humanizado, valoroso, ora dizendo não gostar de ir à UBS, à farmácia, ao médico”*. Mencionaram ainda ter medo de *“escorpião, do mosquito da dengue, de cobra”* e outros animais peçonhentos ou venenosos e que *“não gostam e tem medo de aranhas, baratas, ratos, abelhas”*, etc. demonstrando preocupação com a questão sanitária; *“Tem mosquito da dengue que faz as pessoas ficarem doentes. Produção Individual, aluno do 1º ano, 6 anos”*. Importante destacar que muitos acidentes na primeira infância são provocados por animais peçonhentos ou venenosos, sendo esta uma grave adversidade à saúde pública. Com relação a esta questão é essencial prever estratégias de prevenção dos acidentes, de acordo com cada faixa etária, buscando a redução da morbimortalidade ou outros agravos dessa natureza.

Grande foi também a preocupação dos pais e responsáveis sobre a necessidade de mais médicos, medicamentos, atendimento humanizado e personalizado nas diversas especialidades, campanhas de vacinação, suporte psicológico e mais unidades de atendimento à saúde.



Quadro 13- A criança e a Saúde

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Assegurar a oferta dos programas e das estratégias de atenção ao pré-natal, ao parto e ao puerpério na Rede de Atenção Primária à Saúde (APS).	Atender 95% das gestantes inseridas na rede SUS com no mínimo 6 consultas de pré-natal com início de até 12 semanas de gestação; Reduzir as taxas de mortalidade materna, perinatal e neonatal no município.	A partir de 2024.	Percentual de gestantes realizando pré-natal durante a gestação;		Secretaria Municipal de Saúde; Hospitais Públicos e Privados.
				Número de consultas puerperais mulheres que realizadas; Média de consultas de pré-natal por gestantes; Taxas de morbimortalidade materna, perinatal e neonatal no município; Redução dos índices de óbitos entre 20 e 34 anos.	Contínuo	
02	Assegurar, o aumento da cobertura vacinal para crianças e mães.	Atingir 95% de cobertura vacinal das crianças anualmente;	A partir de 2024.	Percentual de crianças e mães vacinadas;	Contínuo	Secretaria Municipal de Saúde



		Atingir 95% de cobertura vacinal das mães anualmente.		Percentual de crianças e mães vacinadas.	
03	Reduzir os partos por cesáreas.	Promover constantemente Orientação, acompanhamento e suporte para realização de partos normais.	A partir de 2024	Aumento gradativo dos índices de acompanhamento do ciclo da gestação, do parto e do puerpério, ou intermediário ao pré-natal; Redução dos nascimentos por cesariana; Redução da taxa de prematuridade; Percentual de intercorrências decorrentes do parto.	Diretoria Regional de Saúde (DRS); Hospitais conveniados à rede e Particulares.
04	Garantir medicamentos que estejam na padronização oferecida pelo SUS.	Manter a regularidade no fornecimento dos medicamentos;	A partir de 2024	Número de pessoas com acesso à medicação; Número de medicação não padronizado disponibilizada às pessoas.	Secretaria Municipal de Saúde.



		Priorizar o acesso a medicamentos não padronizados às famílias de baixa renda.					
05	Ampliar e fortalecer as redes de unidades neonatais e emergências pediátricas, com investimento em tecnologias, materiais e insumos de manutenção das respectivas unidades.	Ampliar anualmente o acesso às redes de unidades neonatais e emergências pediátricas; Equipar as unidades com Tecnologias, materiais e insumos, qualificando-as; Disponibilizar profissionais especializados para atuar nestas unidades.	Investimento financeiro a partir de 2024.	Número de Unidades equipadas e com tecnologias avançadas e atualizadas; Redução na incidência de intercorrências neonatais e doenças congênitas preventíveis e evitáveis.	Contínuo	Diretoria Regional de Saúde; Hospitais conveniados à rede e Particulares.	
06	Fortalecer e ampliar a Estratégia de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação	Incentivar o aleitamento materno através de campanhas e criação de estratégias que garantam às	2024 a 2034	Elevação do índice de prevalência do aleitamento materno, no mínimo, até os 6 meses;	Contínuo	Diretoria Regional de Saúde (DRS) e Hospitais conveniados à rede e Particulares.	



	Complementar Saúde-vel no SUS e a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB).	mães a adoção das práticas de amamentação; Ampliar e qualificar o Banco de Leite Humano (BLH) e dos Postos de Coleta de Leite Humano (PCLH), conforme a necessidade.		Número de mães amamentando pelo menos 6 meses; 100% dos hospitais desenvolvendo ações de incentivo ao aleitamento materno; Aumento da reserva de leite materno nos hospitais e unidades de coleta do leite.	
07	Assegurar o acesso e integrar as etapas da triagem neonatal contemplando os testes (detecção) necessários para recém-nascidos.	Manter o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) previsto na Lei nº 14.154/2021; Garantir a efetivação de todas as etapas do Programa à 100% dos recém-nascidos.	2024 a 2034	Redução e prevenção dos potenciais danos quanto ao crescimento e ao desenvolvimento das crianças acometidas por deficiências, sequelas e óbitos; N° de crianças que realizaram os testes de triagem neonatal.	Secretaria Municipal de Saúde e Rede Hospitalar



08	Viabilizar às crianças com doenças raras, o acesso ao tratamento.	Fornecer transporte para crianças com doenças raras e suas famílias.	A partir de 2025	Número de crianças e suas famílias com acesso ao transporte para tratamento dentro e fora do município; Tratamentos continuados e mantidos.	Contínuo.	Diretoria Regional de Saúde (DRS) e Secretaria Municipal de Saúde
09	Criar e disponibilizar serviços de telemedicina para ampliar o acesso ao tratamento e o acompanhamento de doenças raras, em virtude da especialização dos serviços.	Articular com a rede pactuada com o município a implantação de serviços de telemedicina; Disponibilizar serviços de telemedicina para tratamento e acompanhamento de doenças raras.	Serviço disponibilizado a partir de 2024	Número de crianças atendidas através de Telemedicina.	Contínuo.	Diretoria Regional de Saúde (DRS).
10	Estabelecer e Sistematizar o fluxo de notificação de atrasos na carteira de vacinação através dos serviços das	Planejar e instituir de forma conjunta um fluxo de notificação de atrasos na carteira de vacinação.;	A partir 2025	Fluxo de notificação efetivado e em pleno funcionamento; Elevação da cobertura de vacinação;	Contínuo.	Secretaria Municipal de Saúde, Educação e Ação Social



	áreas de saúde, educação e assistência social, de forma que as três áreas atuem conjuntamente na estimulação à vacinação e a verificação do cumprimento do calendário vacinal pelos pais e/ou responsáveis.	Realizar campanhas de orientação e estímulo à vacinação; Acompanhamento da vacinação das crianças pelas Políticas envolvidas.		Aumento do Índice de condicionalidade do Programa Bolsa Família, da área da Saúde.	
11	Instituir no município o Programa de Estratégia de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (Proteja), prevista desde 2021, pelo Ministério da Saúde.	Ofertar ações articuladas com a Política de Segurança Alimentar, contribuindo com a melhoria da saúde de crianças e adolescentes; Reduzir em 20% ao ano, o crescimento da prevalência do sobrepeso e a obesidade infantojuvenil;	A partir de 2025	Programa de Estratégia de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (Proteja) implantado e em funcionamento; Queda do % de crianças com desnutrição, sobrepeso e obesidade infantil.	Secretaria Municipal de Saúde



		Apoiar a alimentação complementar ao leite materno após o 6º mês de vida e combater a desnutrição e anemias carenciais e prevenção do sobrepeso e obesidade infantil.			
12	Fortalecer a assistência à população materno infantil na atenção básica, na atenção especializada de média e alta complexidade	Ampliar gradativamente o número de equipes da rede de atenção primária à saúde; Aumentar o número de pediatras e ginecologistas bem como outros profissionais especializados de forma a fortalecer as ações de combate à mortalidade infantil e desnutrição.	A partir de 2024	Número de equipes da rede de atenção primária a saúde; Número de profissionais especialistas/serviços da rede de média e alta complexidade.	2024 a 2034 Secretaria Municipal de Saúde



13	Assegurar o direito à presença do acompanhante durante o trabalho de parto, no parto e pós-parto, conforme a Lei nº 11.108/2005 e ao Acolhimento Conjunto, inclusive na rede privada.	Flexibilização da entrada e participação dos pais e acompanhantes; Promover ações de sensibilização do empregador para que pais tenham seus direitos garantidos.	A partir de 2024	Percentual de gestantes com permissão da presença de um acompanhante; Número de campanhas e Adesão das empresas na liberação dos pais para acompanhamento das gestantes ao pré-natal.	Contínuo	Diretoria Regional de Saúde (DRS) e rede conveniada e Particular
14	Ampliar a participação dos pais no acompanhamento da gestação e ao pré-natal, de forma a garantir uma gestação saudável para mãe e bebê.	Ampliar o acesso às ações de pré-natal do homem.	A partir de 2024	Número de pais realizando nas consultas de pré-natal do homem.	Anual	Secretaria Municipal de Saúde
15	Garantir diagnóstico e tratamento precoce para sífilis gestacional.	Realizar teste rápido na primeira consulta pré-natal;	A partir de 2024	Nº de diagnósticos de sífilis na gestação; % de tratamentos concluídos;	Anual	Secretaria Municipal de Saúde



		Iniciar, concomitante- mente, o tratamento do parceiro se indicado; Iniciar tratamento imediato da gestante diagnosticada, bem como monitorá-la.		% de parceiros com tratamento concluído; Redução no índice de recém-nascidos com sífilis congênicas.	
16	Garantir acompanhamento e atenção para crianças e mães vivendo com HIV/AIDS.	Realização de teste rápido para HIV, na primeira consulta de pré-natal visando a detecção precoce da doença; Acompanhamento contínuo e sistemático de gestantes, mães e bebês com HIV/AIDS, visando orientações quanto à alimentação adequada.	A partir de 2024	Número de pessoas acompanhadas e diagnosticadas.	Secretaria Municipal de Saúde



17	Promover ações que visem garantir a atenção em Saúde Bucal, para as gestantes, (Pré-Natal Odontológico) e crianças (Puericultura Odontológica) de forma a atender a Lei nº 13.257, de 2016, art. 14, parágrafos 2º, 3º e 4º.	Cobertura de atendimento em saúde bucal para as gestantes na atenção primária à saúde; Desenvolver ações permanentes de prevenção de saúde bucal nas escolas, creches e pré-escolas do município.	A partir de 2024	Percentual de escolas e creches envolvidas nas ações; Número de atendimentos realizados pela unidade odontológica móvel; Percentual de gestantes que realizaram consulta odontológica.	Contínuo	Secretaria Municipal de Saúde e Educação
18	Prevenir doenças por causa acidentais.	Implantar fluxo de notificação de internação que envolve acidentes com crianças de zero a seis anos; Realizar pelo menos duas campanhas educativas, informativas e de comunicação à população.	A partir de 2025	Número de notificações por acidentes; Índices de incidência e prevalência de doenças sendo identificadas; Conhecer em 100% a incidência e prevalência de doenças por causas acidentais; Nº de campanhas realizadas	Contínuo	Secretaria Municipal de Saúde



		ção, abordando a importância da prevenção de acidentes para uma infância saudável.				
19	Implementar programas e ações intersetoriais de prevenção à gravidez precoce.	Realizar pelo menos duas campanhas educativas integrando as áreas de saúde, educação, ação social; Apoiar as jovens adolescentes com a oferta de orientações, oficinas e rodas de conversas, grupos operativos, fornecimento de medicamentos e insumos visando a prevenção à gravidez precoce.	A partir de 2024.	Número de campanhas realizadas; Redução no índice de gestantes adolescentes.	Anual	Secretaria de Educação, Saúde, Ação Social.



5.4.6 Propostas - A Criança, a Cultura e o Esporte

Foram registradas 341 menções das crianças sobre a cultura, sendo incluídos cinema no bairro, teatro, shows, música, circo, museu, entre outros. Esta frase expressa a importância da cultura para elas: *“Gostaria que tivesse um espaço com aula de música com vários instrumentos e um professor bem bonzinho”* (grupo de crianças de 4 e 5 anos).

Com relação ao esporte foram citados a necessidade de ter mais campos de futebol, atividades esportivas para 0 a 6 anos, como basquete, vôlei, pista de skate, pista para andar de bicicleta, carrinho de rolimã. Outras falas similares expressaram que *“gostaria que tivesse uma quadra de areia para jogar futebol com os amigos do bairro”* (grupo de crianças de 4 e 5 anos). *“Para a cidade ser melhor gostaríamos (...) de áreas para praticar esportes e que as crianças pudessem fazer aulas de lutas, futebol e balé sem pagar nada”*. (Produção Coletiva, alunos do 1º ano, 6 anos). *“Eu gosto de ir no campinho, fazer caminhada na pista de caminhar e gosto de ir no parquinho e ir no mercado”*. (Valentina, 5 anos). *“Adoro o campo de futebol, onde brinco de bola com o meu pai, tem o parque onde gosto de fazer exercícios e amo a casa onde moro”* (Yasmin, 5 anos).

Algumas frases denotam a dimensão da cultura, do esporte e lazer para as crianças *“(...)Poderia ter um zoológico, áreas de lazer, cinema e teatro gratuitos pra eu e minha família irmos (...) Queria também internet gratuita nos bairros”*. (Produção Coletiva, alunos do 1º ano, 6 e 7 anos). Quando perguntado a elas o que gostariam de ver na cidade, elas apresentaram as seguintes propostas: *“mais quadras, basquete, futebol, vôlei”* (Caio Lucas e Helena, 6 anos). *“Tinha que ter 2 quadras porque sempre está lotada lá. Queria que tivesse mais parquinhos ao ar livre”* (Mariana, 6 anos).

Sobre o lazer foram mencionados também a necessidade de se oferecer mais ambientes como clube, parque aquático e de areia e piscinas. O lazer para a criança envolve brincadeiras ou jogos e deve garantir o prazer ou divertimento. O lazer, assim como o brincar e o esporte deve ser reconhecido como linguagem primordial da cultura da infância, pois a arte, a cultura e o brincar têm finalidade em si mesmos. Assim sendo, entende-se que os espaços de lazer podem auxiliar a criança a explorar o ambiente, a entender sobre a flexibilização de regras, de espaço, de tempo, de movimentos, de riscos, ampliando as habilidades básicas, além disso pode favorecer a participação e a convivência com outras crianças e com os adultos.

Os responsáveis também indicaram que a cidade precisa de atividades artísticas, culturais, recreativas e de lazer, o que requer a oferta de espaços e programações contínuas voltadas



para o público infantil, tais como: judô, balê, violão, música, futebol, basquete, além de cinema e teatro nos bairros. Disseram também sobre a importância de ter locais de esporte e recreação como quadras, campo de futebol, pista para andar de bicicletas e *skate*, praças com brinquedos (balanço, gangorra, escalada, escorregador, etc.), vindo ao encontro do que foi manifestado pelas crianças.

Outro aspecto que também precisa ser levado em conta é a segurança nos espaços de lazer, do brincar e de esportes. Muitas crianças expressaram o desejo de encontrar mais espaços de brincadeira na cidade, como praças, quadras de esporte, entre outros, além de reivindicar mais limpeza e segurança nesses locais.

Esta poesia elaborada pelas crianças com auxílio da professora, resume a vontade e o desejo delas, ao ser perguntado como seria uma cidade ideal *"Não existe o perfeito, mas ouvi de minha mãe, que o Prefeito, dá um jeito. É a voz da campeã, que acorda cedo toda manhã. Quero unidade básica no bairro, médico e atendimento valoroso, equipamentos adequados, para salvar o nosso povo. Parque e cinema, aqui na zona norte, pode ser uma praça, numa tela grande e forte. Nós crianças, precisamos de lazer, porque leitura e escrita, fazemos com prazer"* (Prof. Maria e alunos de 1º anos, Arthur Gabriel, Arthur Henrique, Bianca, Davi Gabriel, Davi Lucas, Emanuelly, Emilly, Gabriel, Henrique, Isabela, João Gabriel, Lorena, Luan, Maria Luisa, Matheus, Pietra, Rayan, Sofia, 6 e 7 anos).



Quadro 14 - A Criança a Cultura, o Esporte e Lazer

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Ampliar nos territórios a oferta de atividades de cultura, esporte e lazer às crianças de 0 a 6 anos.	Descentralizar a oferta das atividades de cultura, lazer e esporte ampliando o acesso das crianças e 0 a 6 anos.	A partir de 2025.	Número de atividades culturais, lazer e esportivas sendo realizadas. Número de crianças sendo atendidas.	Contínuo.	FEAC (Bolsa Cultura).
02	Integrar e fortalecer a arte e a cultura como elementos protagonistas das políticas públicas.	Promover a cada 3 meses cinema, música e teatro ao ar livre, alternando bairros e regiões da cidade.	A partir de 2025	Número de ações sendo realizadas nos territórios.	De 2025 a 2034.	FEAC (Bolsa Cultura).
03	Promover espaços de interatividade entre a criança e os ambientes do brincar através da pintura, uso de cores vibrantes e alegres, entre outros.	Criar dois Espaços interativos por ano nos territórios mais vulneráveis e com maior número de crianças sem acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer.	A partir de 2025	Número de locais adaptados com espaços de interatividade criados e em funcionamento.	Contínuo.	FEAC



04	Ofertar atividades esportivas como balê, judô, karatê, entre outros, para crianças.	Ampliar as atividades visando a inclusão da faixa etária de 2 a 6 anos.	A partir de 2024.	Ações esportivas sendo ofertadas; Número de crianças participando das atividades.	Contínuo.	FEAC
05	Instalar nas praças (CE-PEL) e parques espaços Kids para o público infantil com conteúdos divertidos e seguros: jogos de amarelinha, adoleta, caça ao tesouro, bola de gude, pega-pega etc.	Instituir pelo menos um espaço público de qualidade por ano.	A partir de 2024	Quantidade de recursos investidos; Número de locais adaptados para a criança praticar esporte e brincar.	De 2024 a 2034.	FEAC
06	Ofertar atividades aquáticas para as famílias mais vulneráveis.	Estimular atividades em clubes da cidade, nas diversas regiões com formalização de parcerias com Universidades, SESI, SESC e Clubes existentes.	A partir de 2025.	Número de parcerias formalizadas; Percentual de famílias e crianças com acesso.	A partir de 2025	FEAC



5.4.7 Propostas - A defesa, a proteção e a prevenção à violência contra crianças

As situações relacionadas à violência e a segurança, foram expressas por 118 crianças em falas, desenhos e garatujas como algo preocupante e que deve ser levado em conta pelas políticas públicas. Chamaram atenção da Comissão frases e palavras citadas pelas crianças, como não gostarem de: *“maldade, brigas, crimes, pessoas ruins, bandidos”*, entre outros aspectos. Como proteção sugerem que é preciso haver mais *“segurança nas ruas e nas casas”* e a necessidade de *“mais policiais nas ruas”*, conforme se observa nestas falas coletivas: *“Uma cidade ideal é um lugar com casas seguras e camas quentinhas para que ninguém durma na rua, um lugar com pessoas boas, amorosas e amigas, que ajudam uns aos outros e mantém a cidade limpa e sem violência”* (Produção coletiva, 1º ano, crianças de 6 anos). Referência similar foi produzida por outro grupo: *“Nossa cidade ideal não tem nenhum ladrão, todos tem uma casa legal e podem ir ao parque de diversão”*. (Produção coletiva, alunos do 1º ano, 6 anos).

Durante a análise realizada, algumas palavras escritas e desejos expressados pelas crianças, surgiram como alertas para reflexão, tais como a necessidade de se ter mais *“paz, harmonia, respeito, alegria, felicidade, calma, cidade limpa, pessoas de coração bom”* e que gostariam de *“mais alegria e menos violência”*, e que estão *“rezando pela paz...não ter violência e sim paz”*.

Outro aspecto também essencial e considerado como relevante, mencionado por outras 82 crianças foi a questão religiosa onde a grande maioria expressou gostar de ir à Igreja com os familiares. Pelo universo de falas, destaca-se a importância de se resguardar o direito das crianças às suas crenças e culturas, devendo ser respeitadas e asseguradas, conforme prevê o ECA em seus arts. 16, 17 e 22. A frase a seguir demonstra a importância dessa prática exercida pela família: *“Gosto de ir à Igreja com minha mãe”*. (Flávia, 5 anos).

Outro aspecto ainda mencionado por 3 crianças relacionado a este eixo, foi a questão da droga como algo que não gostam.

Na escuta com os pais e responsáveis a segurança foi citada como aspecto fundamental indicando a ronda escolar, monitoramento por câmeras, além de campanhas educativas que reflitam sobre as diversas formas de violência.



Quadro 15 - A Defesa, a Proteção e a Prevenção à Violência contra Crianças

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Manter o fluxo de atendimento a vítimas de violência.	Fortalecer a articulação com a rede do Sistema de Garantia de Direitos e com a rede intersectorial.	Contínuo.	Número de atendimento realizados pela rede do Sistema de Garantia de Direitos;	Contínuo.	Instituições Públicas e Privadas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.
				Número de situações de revitimização.		
02	Fomentar campanhas intersectoriais para a prevenção e enfrentamento da violência doméstica.	Realizar pelo menos uma ação anualmente visando a prevenção e o enfrentamento à violência doméstica.	A partir de 2024.	Número de ações articuladas sendo realizadas;	Anual.	Instituições Públicas e Privadas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.
				Quantidade de pessoas atingidas;		
03	Realizar Campanhas sobre a proteção contra as	Realizar pelo menos uma campanha por semestre	A partir de 2024.	Número de setores envolvidos nas campanhas.	Anual.	Instituições Públicas e Privadas que compõem o Sistema
				Número de Campanhas sendo realizadas.		



	violências digital e a desinformação.	com foco no uso seguro das redes, sobre as diversas formas de violência.				de Garantia de Direitos.
04	Fortalecer ações de auto-proteção, prevenção, identificação de situações de abuso e exploração sexual.	Capacitar os profissionais da rede do Sistema de Garantia de Direitos anualmente.	A partir de 2024	Número de ações sendo realizadas.	Anual	Instituições Públicas e Privadas que compõe o Sistema de Garantia de Direitos.
05	Promover campanhas educativas, informativas e de comunicação à população, abordando a importância da prevenção de acidentes na infância.	Realizar Campanhas Continuidas	A partir de 2024	Número de Notificação pela Saúde; Número de campanhas realizadas	Anual	Instituições Públicas e Privadas que compõe o Sistema de Garantia de Direitos.



5.4.8 Propostas - A Criança e a Assistência Social

Na interface da Política de Assistência Social com a temática da convivência familiar e comunitária, destaca-se o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que oferta os serviços socioassistenciais dando suporte às famílias no desempenho de suas funções, contribuindo para a prevenção do afastamento do convívio familiar.

No processo de escuta a questão da convivência familiar e comunitária foram representadas por 291 crianças através das expressões, garatujas e desenhos, quando mencionaram a importância e o prazer de ir à escola, de estar com amigos, vizinhos, avós”, mas sobretudo, “ficar em casa com a família. Diante disso, observa-se que a convivência com a família é um aspecto determinante na vida da criança, pois o cuidado e as relações entre pais e filhos tornam-se núcleo de proteção e compreensão no processo de desenvolvimento psíquico, influenciando de forma positiva no enfrentamento das situações adversas da vida em sociedade. Assim sendo, garantir a convivência familiar é fundamental à formação dos vínculos afetivos e essenciais para a constituição da personalidade infantil.

Observou-se também a importância da convivência entre crianças da mesma faixa etária por meio das atividades que realizam no cotidiano como escolas, creches, parques, praças, que são ambientes de convivência com amigos e são locais em que a criança pode interagir com outras crianças, sendo estes espaços ricos para a convivência social. São momentos de trocas de experiências, e um ambiente valioso de aprendizagem. “*Eu gosto de dar as mãos para os amigos*” (Amanda, 4 anos).

Pais e responsáveis também consideraram a interação social e a convivência nos espaços coletivos.

Outras questões mencionadas pelas crianças e pais foram consideradas aqui como situações relevantes e relacionadas à política da assistência social, valendo destacar “(...) *Gostaria também de cuidar melhor dos moradores de rua, oferecer trabalho e moradia para terem uma vida melhor*”. (Produção Coletiva, 1º ano, crianças de 6 anos). Ainda sobre a população em situação de rua, muitas expressaram “*que não gostam de ver crianças e adultos nas ruas, pedintes e andarilhos*” (Gabriela, 5 anos).

Ainda em relação à área da assistência social houve apenas um registro de criança que apontou a necessidade de um CRAS no território, o que demonstra que as atenções e ações nessa área são satisfatórias ou não souberam traduzir a importância dessa política para o seu



desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional, por não saberem distinguir o que é possível e o que não é, além de não terem maturidade intelectual para compreenderem a dimensão dessa política.

Nesta perspectiva ressalta-se a importância do “cuidar” das crianças, o que inclui ouvi-las, oferecer a elas ações e atenções de cuidado e atentar-se às dimensões cognitivas e psicossociais do seu desenvolvimento. É essencial demonstrar afeto, zelar pela segurança, manter uma interação positiva, entre outras ações e atenções que demandam dedicação, comprometimento e responsabilidade das pessoas que assumem a atribuição de cuidar.



Quadro 16 - A Criança e a Assistência Social

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Fortalecer o trabalho social com as famílias, com crianças, na proteção social no SUAS.	Ampliar os coletivos nos serviços socioassistenciais da PSB para crianças de 0 a 6 anos e suas famílias; Prever orçamento para ampliar em 50% até 2034, o atendimento.	A partir de 2025	Percentual de vagas ampliadas; Elevação gradativa dos investimentos nos serviços socioassistenciais para a primeira infância.	Até 2034	Secretaria Municipal de Ação Social
02	Priorizar o acompanhamento no SUAS das famílias com crianças de 0 a 6 anos, em descumprimento das condicionais do PBF.	Alcançar acompanhamento de 100% das famílias nas condicionalidades da Saúde, Educação e Assistência Social.	A partir de 2025	Serviço da proteção social básica no domicílio de 0 a 6 anos em execução; Número de famílias acompanhadas;	Contínuo	Secretaria Municipal de Ação Social, Saúde e Educação.



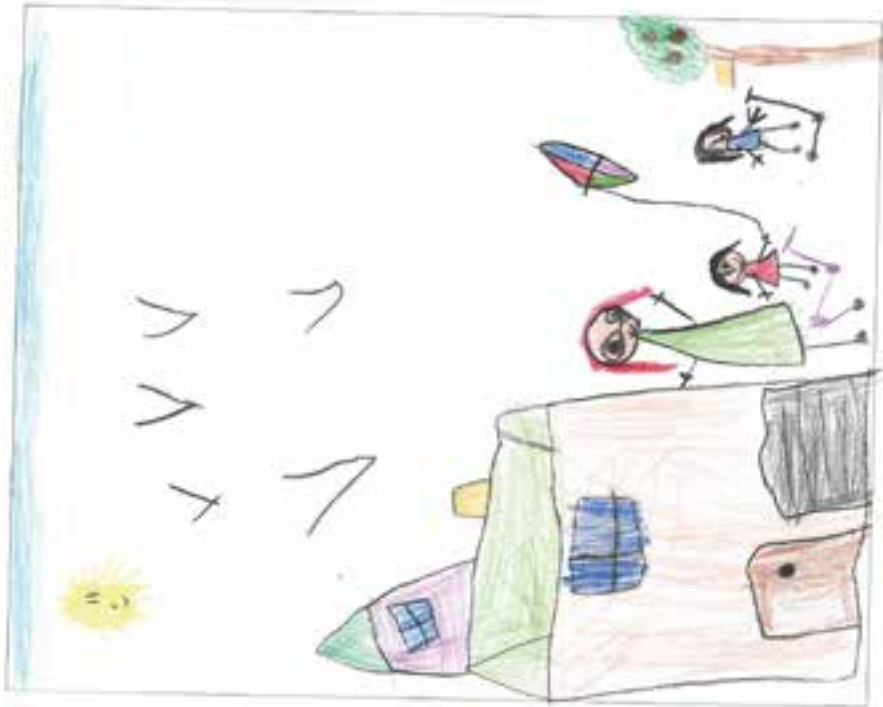
	Ampliar o Programa de Proteção Assistida para a criança de 0 a 6 anos.	Ampliar em 100% as vagas do Programa de Proteção Assistida.	A partir de 2025	Vagas ampliadas em 100%; Redução de acolhimento institucional; Redução das situações de violação de direitos.	continuo	Secretaria de Ação Social e OSC's parceiras.
03	Garantir o cadastro de todas as famílias com crianças de 0 a 6 anos elegíveis ao BPC.	Identificar famílias com crianças sem acesso ao BPC; Articular com a rede intersetorial de serviços visando a operacionalização e acesso ao benefício.	A partir de 2025	Número de famílias com crianças de 0 a 6 anos cadastradas; Número de famílias com acesso ao BPC.	Continuo	Secretaria Municipal de Ação Social/Cadastro Único
04	Garantir ações intergeracionais na rede SUAS.	Estabelecer um cronograma de atividades intergeracionais entre os serviços socioassistenciais; Estimular as ações intergeracionais em 100% da rede socioassistencial por meio de Encontros semestrais	Continuo	Número de ações sendo realizadas pelos serviços.	Continuo	Secretaria Municipal de Ação Social



06	Eliminar o afastamento de crianças das suas famílias por motivo de pobreza, garantindo, nessas situações, a inclusão prioritária das famílias em programas de transferência de renda, o recebimento de benefícios e outras formas de apoio material.	Ampliar número de vagas no Programa de Proteção Assistida; Ampliar o número de vagas no Benefício “Família de Origem”; Ampliar os Benefícios e Programas de Transferência de Renda.	A partir de 2025	Número de Famílias sendo acompanhadas; Número de Famílias beneficiadas com o Benefícios e Programas de Transferência de Renda; Redução no número de acolhimento institucional de crianças.	Até 2034	Secretaria Municipal de Ação Social
	Garantir a aplicabilidade dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nas ações dos planejados previstos no § 2º do art. 260 do ECA. (PNPI)	Definir percentual do FMD-CAF para a programas e/ou projetos para crianças de 0 a 6 anos; Priorizar a seleção de projetos para crianças de 0 a 6 anos.	A partir de 2025	Número de Projetos selecionados pela CMDCAF; Número de Crianças sendo atendidas nos Projetos financiados pelo FMDCAF.	Anual	CMDCAF



08	Desenvolver oficinas do brincar, visando à valorização da cultura da infância e famílias e ao fortalecimento da experiência lúdica.	Instituir nos percursos do SCFV de 0 a 6 anos oficinas do brincar.	A partir de 2024	Oficinas sendo realizadas; Número de crianças participantes.	Contínuo	Secretaria de Ação Social (CRAS e OSC parceiras)
------------------	--	---	-------------------------	---	-----------------	---



5.4.9 Propostas - A Criança, o Transporte, a Educação no Trânsito, a Iluminação e a Pavimentação.

Ao ser analisado o material produzido, foram incluídos vários aspectos citados pelas crianças como importantes e que possuem interface com várias políticas públicas. Foram registradas 174 citações incluindo o transporte público como trem, metrô, assim como falta de regras, desrespeito às leis de trânsito, necessidade de educação no trânsito, falta de semáforos, segurança nas ruas e a poluição.

Na fala das famílias, o transporte público deve ser acessível e com horários flexíveis para garantir o acesso aos diversos espaços da cidade.

No que diz respeito à iluminação pública, de acordo com a fala das crianças, em alguns bairros a iluminação é precária e há muitas lâmpadas queimadas, havendo demora no conserto ou substituição. Já com relação à pavimentação as crianças colocaram que não gostam de ruas não pavimentadas, como se nota nas falas: *“Não gosto dos buracos nas ruas, porque é muito perigoso acontecer acidentes [...] se o carro cair no buraco as pessoas podem morrer”* (Enzo João, 6 anos). *“Eu não gosto de ver calçada quebrada”* (Flora, 5 anos).

Diante dessas argumentações, percebe-se a importância de ensinar regras, direitos e deveres para o trânsito, como uma forma de promover mudanças sociais para prevenir acidentes e formar cidadãos conscientes, com valores como respeito, cordialidade, empatia e senso de responsabilidade, principalmente para as crianças, desde a tenra idade como possibilidade de promover essas mudanças.

Com relação à iluminação, nota-se a inquietação das crianças, como se observa a seguir: *“O poste de energia iria iluminar as ruas, as pracinhas, as quadras e parquinhos, mas não pode esquecer de trocar a luz, porque muitas vezes o poste está lá, mas a luz não funciona”*. (Produção coletiva, 1º ano, crianças de 6 anos). Sobre o trânsito intenso, a preocupação das crianças pode ser demonstrada pela seguinte fala: *“Minha rua é muito movimentada eu não gosto porque não posso ficar na rua”*. (Nicolas, 5 anos). *“Eu só tenho medo de roubar minha casa”* (Théo, 5 anos).

A redação a seguir elaborada por alunos de 1º ano expressa vários desejos em relação a diversos direitos que perpassam várias dimensões educativas: *“Para Franca ficar uma cidade ideal tem que plantar mais árvores, flores e girassóis, tem que colocar mais policiais e guardas nas escolas, tem que colocar mais luzes nos postes, ter mais semáforos nas ruas,*



os cientistas descobrirem a cura da dengue, jogar veneno para matar o mosquito da dengue, colocar uma barreira para a água não sair do córrego, como uma piscina. Tem que ajudar os moradores de rua com comida, cobertores e trabalho". (Produção Coletiva, alunos de 1º ano, crianças de 6 e 7 anos). Assim sendo, entende-se que a educação é um instrumento determinante no processo de conscientização, pois desenvolve o senso crítico e garante a dignidade de uma sociedade.



Quadro 17 - A Criança, o Transporte, a Educação no Trânsito, a Iluminação e a Pavimentação.

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Garantir o acesso universal e de qualidade ao sistema de transporte público e à mobilidade ativa e segura.	Criar rotas de transporte nos territórios; Ofertar transporte adaptado e acessível à pessoa com deficiência, à gestante e à criança.	A partir de 2025.	Rotas ampliadas e em pleno funcionamento; Quantidade de rotas e transporte adaptado e acessível à PCD sendo implementadas.	Anual.	Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Transporte.
02	Ampliar a sinalização da travessia segura nas escolas, creches e outras unidades públicas e privadas.	Identificar as unidades que necessitam de sinalização segura; Adaptação gradativa em 15% das ruas ao ano; Instalação de lombos faixas nas proximidades das unidades de atendimento.	A partir de 2024.	Quantidade de unidades com travessia adaptada e segura. Número de lombos faixas instaladas.	Contínuo.	Secretaria de Segurança Pública.



03	Assegurar que as unidades de atendimento à criança possuam embarque e desembarque seguro.	Implantar mão única de direção em frente as unidades de atendimento de crianças; Implantar locais de embarque e desembarque seguro nos espaços de frequência diária de crianças.	A partir de 2024.	Unidades estruturadas com mão única; Locais de embarque e desembarque implantados.	Contínuo.	Secretaria de Segurança Pública.
04	Garantir o uso e acesso aos espaços públicos com segurança.	Ampliação da instalação de vídeo monitoramento em espaços públicos; Aquisição de serviços de ronda motorizada para atendimento aos espaços públicos de lazer como praças, poliesportivos, entre outros; Melhora da iluminação pública, especialmente em locais de frequência e convivência comunitária.	A partir de 2024.	Número de vídeo monitoramento instalados; Compra de serviços de ronda realizada e em funcionamento; Espaços públicos com iluminação garantida (praças, parques, ruas, entre outros)	Contínuo.	Secretaria de Segurança Pública.



5.4.10 Propostas – A Criança e as Redes Sociais

A influência das redes sociais no processo de aprendizagem infantil pode afetar profundamente o desenvolvimento da criança. De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP, a dependência ou o uso das mídias, além de causar problemas mentais e de ansiedade, também gera transtornos de sono e alimentação, sedentarismo, problemas auditivos, visuais e posturais, entre muitos outros.

Para as famílias, as redes sociais devem ser utilizadas mediante um olhar atento sobre o que as crianças estão acessando e o tempo em que as mesmas utilizam as telas. Além disso mencionam a necessidade das crianças e pais terem orientações sobre o uso das telas digitais.

Importante ainda destacar que estudos mostram que o uso de dispositivos eletrônicos diminui a capacidade de comunicação, de resolução de problemas e de sociabilidade de crianças até 5 anos. O contato excessivo com telas pode afetar o desenvolvimento da criança que não possui amadurecimento para controlar impulsos, fazer julgamentos, manter a atenção e tomar decisões. Dai a necessidade de pensar estratégias para o controle do uso desses dispositivos.

Apenas 12 registros foram mencionados pelas crianças sobre mídias sociais onde disseram gostar de gravar vídeos, de acessar a internet, brincar de videogame e jogar no celular.



Quadro 18 – A Criança e as Redes Sociais.

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Prevenir o uso precoce e excessivo das tecnologias digitais e de outras telas nas creches pré-escolas.	Promoção de ao menos 2 campanhas visando a conscientização de pais e ou responsáveis sobre os efeitos quanto ao uso excessivo; Estímulo de brincadeiras e atividades ao ar livre; Redução do tempo de acesso das crianças às telas digitais.	A partir de 2025.	Número de campanhas realizadas.	De 2025 a 2034.	Secretaria Municipal de Educação.



5.4.11 – Formação continuada: Atendimento qualificado

A Lei nº 13.257/2016, considerada o Marco Legal da Primeira Infância - MLPI, determina que todo profissional que atua com crianças neste ciclo da vida deve conhecer as práticas mais adequadas de cuidado, com conhecimentos científicos atualizados sobre o crescimento e o desenvolvimento infantil, além dos direitos da criança. Nesse sentido, é fundamental que os profissionais desenvolvam suas práticas tendo como base processos formativos adequados e contínuos. Em seu artigo 4º, estabelece que as políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância, precisam ser conhecidos pelos profissionais, pois, são eles que elaboram e implementam as ações voltadas para esse público.

A referida lei, em seu art. 9º e 10, determina que as políticas para a primeira infância se articulem com as instituições de formação profissional visando a adequação dos cursos às características e necessidades das crianças e, também, para que o planejamento da oferta de cursos assegure a existência de profissionais qualificados que possibilitem a melhoria da qualidade dos diversos serviços, tendo como temas: a especificidade da primeira infância, a estratégia da intersetorialidade na promoção do desenvolvimento integral, a prevenção e a proteção contra toda forma de violência contra a criança.

Neste sentido, os pais e ou responsáveis também destacaram a importância da formação contínua dos profissionais que atuam com crianças de zero a seis anos para maior eficiência nos serviços prestados.



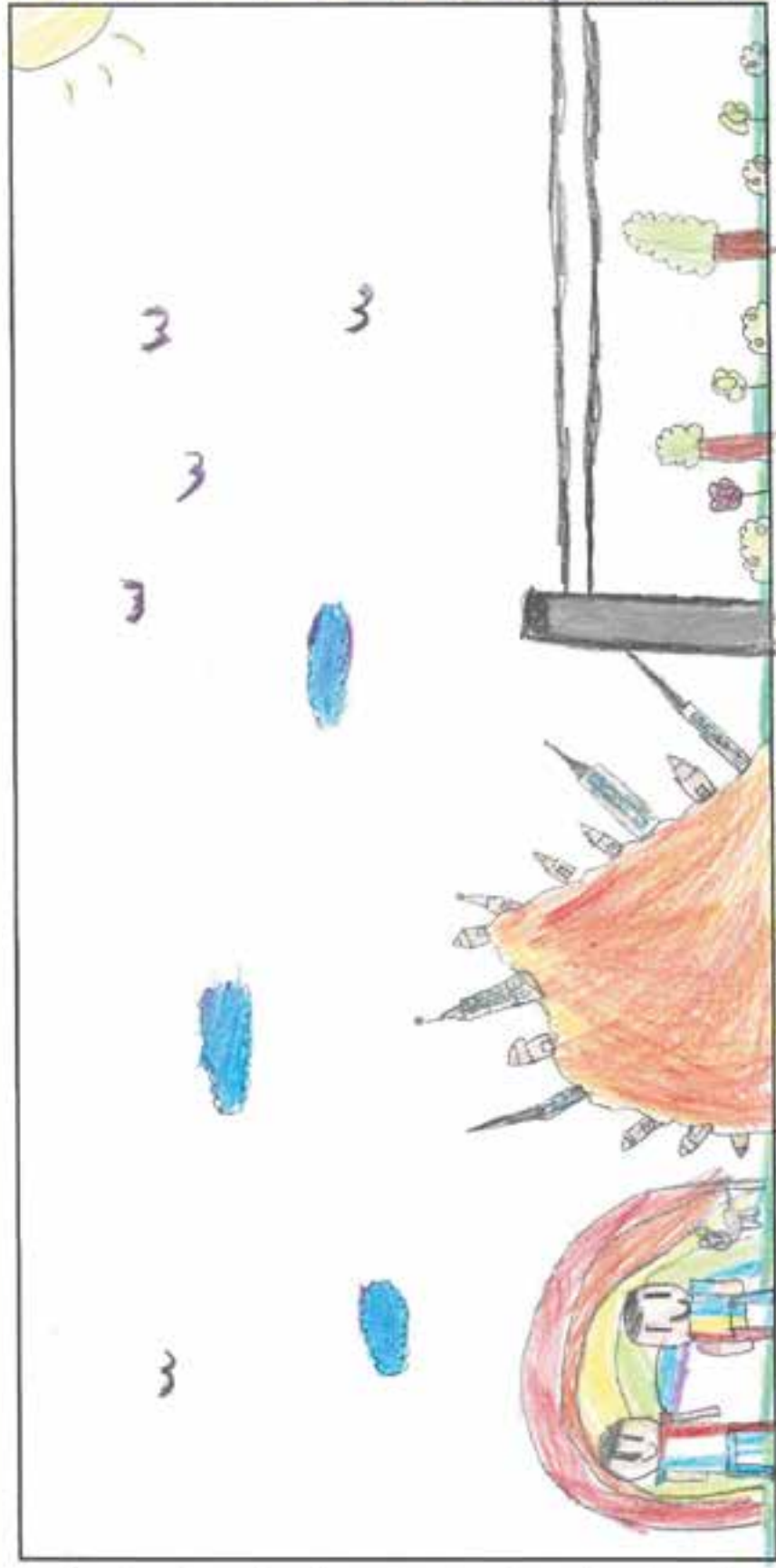
Quadro 19 – Formação continuada: Atendimento qualificado

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Promover formação continuada de todos os profissionais do SGD que atuam diretamente com crianças de 0 a 6 anos na perspectiva de ampliar e aprofundar sua base de conhecimento e aperfeiçoar sua prática.	Realizar de forma sistemática formação continuada aos profissionais.	A partir de 2025.	Número de ações de Formação sendo realizadas por cada área; Número de trabalhadores sendo capacitados.	Anual	CMDCAF.
02	Promover a formação continuada e a capacitação aos profissionais de educação infantil, saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na	Realizar capacitações visando ao desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança,	A partir de 2024.	Número de capacitações sendo realizadas; Número de profissionais sendo capacitados.	Contínuo.	Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Secretaria de Ação Social.



	conforme determina o art. 70A do ECA; Desenvolver pelo menos dois Programas de formação continuada para os profissionais da rede de saúde que realizam atendimento à gestante e à criança de 0 a 6 anos; Aprimorar os cuidados e atendimentos neonatais e pediátricos; Promover formação continuada para rede do Sistema de Garantia de Direitos e rede municipal, visando a erradicação e combate da violência de gênero, dos racismos, em especial o institucional; Capacitar as equipes com os temas: Aleitamento,			
--	--	--	--	--



[illegible]

5.4.12 – Articulação Intersetorial

A conjugação de ações e apoios envolvendo, sobretudo, a rede de apoio e participação das famílias e comunidades, assim como da rede intersetorial e interinstitucional, é fundamental nas atenções à primeira infância. O art. 14 do Marco Legal da Primeira Infância discrimina, nos seus cinco parágrafos, a necessidade de inclusão de aspectos que representem o apoio às famílias nos seus distintos graus de vulnerabilidade e a necessária articulação intersetorial para integrar os programas que atuam com famílias.

As políticas públicas e a comunidade devem estar articuladas no fortalecimento das famílias que devem contar com as bases de apoio existentes no território na qual está inserida. As ações ofertadas por essa rede é que são os alicerces fundamentais do desenvolvimento integral da criança ao oferecer segurança, relacionamentos afetivos, oportunidades para o desenvolvimento de habilidades, amizades e autoconfiança, bem como atividades e serviços que contribuam para a sua realização plena como pessoa. De acordo com o Plano Nacional da Primeira Infância, ao fortalecer as bases de apoio familiares e comunitárias se fortalece a própria família e, conseqüentemente, a criança que nela cresce e se desenvolve.

Portanto, a articulação intersetorial deve ser uma prática que deverá permitir o estabelecimento de espaços compartilhados de decisões entre instituições e diferentes setores, público e privado, e atuar na produção e na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas objetivando o impacto positivo sobre o público infantil.



Quadro 20 - Articulação Intersetorial

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Promover articulação intersectorial visando qualificar as políticas voltadas para a primeira infância.	Realizar planejamento intersectorial, envolvendo diferentes áreas para gerar sinergia, entre políticas de cultura, esporte, lazer, meio ambiente, habitação, transporte, educação, saúde, assistência social etc., visando atender ao princípio da prioridade absoluta.	2025 a 2034	Ações intersectoriais planejadas e sendo executadas.	Contínuo	Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Cultura, Esporte, Lazer, Habitação, Transporte, Educação, Saúde, Assistência Social e outras.
02	Realização de Fórum Municipal sobre ações pela primeira infância.	Realizar, a cada dois anos, um Fórum Municipal sobre ações pela primeira infância, para apresentação dos resultados.	A partir de 2026.	Fórum Municipal sendo realizado a cada dois anos.	Bianual.	CMDCAF.



		tados e debate sobre a melhoria da qualidade do atendimento à criança.				
03	Ampliar o apoio às famílias nos seus territórios com diferentes graus de vulnerabilidade.	Fortalecer a intersetorialidade nos territórios, por meio da articulação e integração das políticas públicas setoriais, considerando a referência do CRAS.	A partir de 2024.	Articulação fortalecida através do envolvimento inter-setorial; Número de Ações sendo realizadas.	Contínuo.	Diversas políticas intersectoriais.



5.4.13 - Financiamento, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação

A aplicação de recursos financeiros na primeira infância, na proteção e promoção dos direitos das crianças não devem ser considerados como despesas, mas como investimentos.

Nas propostas apresentadas não há estimativa de gastos, contudo este Plano indica as diretrizes necessárias para o financiamento das políticas e das ações, as quais dependem da destinação de recursos orçamentários específicos para aprimorar e implementar a primeira infância.

O presente plano deverá ser acompanhado, monitorado e avaliado anualmente pelo CMDCAF, visando a verificação do cumprimento das ações e metas previstas. Trata-se de um processo que tem como objetivo acompanhar e monitorar a implementação e verificação de resultados das metas e prazos de execução propostos.

Quanto à avaliação, deverá ser realizada para identificar informações que permitam a correção de fluxos e a tomada de decisão sobre práticas institucionais que visam à efetivação dos direitos e das garantias que devem ser assegurados às crianças.

Ainda, no processo de avaliação, para verificação do cumprimento do Plano, alguns subsídios a seguir elencados poderão ser utilizados para verificação da qualidade, dos resultados e do impacto das políticas implementadas e executadas:

- a) quais estratégias funcionam;
- b) que mecanismos operacionais são efetivos;
- c) como se dá a articulação de políticas e como se constrói a intersetorialidade;
- d) como se integram, no campo prático dos serviços, as ações de diferentes setores;
- e) quais são as formas e técnicas utilizadas para situar as crianças como sujeito das ações;
- f) qual é o grau de participação dos diferentes atores; entre eles, as famílias e as crianças; e
- g) quanto se avançou na inclusão das diferentes infâncias e das crianças com deficiência etc.

Quanto às estratégias e metodologias das políticas setoriais são de responsabilidade de cada setor responsável pelas respectivas ações.



Quadro 21 - Financiamento, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação.

Nº	Ação	Meta	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável
				Indicadores de Resultado	Prazo	
01	Criar planos orçamentários plurianuais e específicos, relacionados à primeira infância.	Definir recursos no Plano Plurianual para execução das ações previstas no presente Plano; Prever na LDO e LOA recursos específicos para as ações previstas neste Plano, com a criação de rubrica própria para este fim.	A partir de 2025.	Previsão de Recursos Financeiros no Plano Plurianual definido e garantido; Rubrica criada e recursos previstos na LDO e LOA.	Anual.	Secretarias Municipais.
02	Definir e destinar percentual de recursos do FMDCAF para financiamento de projetos para a Primeira Infância.	Incluir com prioridade eixo sobre a Primeira Infância para Projetos financiados com recursos do FMDCAF.	De 2025 a 2034.	Percentual de recursos definidos pelo CMDCAF para projetos para a Primeira Infância; Quantidade de Projetos sendo financiados pelo FMDCA;	Anual.	CMDCAF, FMDCA.



03	Realizar o monitoramento e avaliação do presente plano, de maneira a acompanhar a efetivação das ações e metas previstas.	Avaliar, anualmente o presente Plano, articuladamente; Incluir na avaliação as famílias e crianças de 0 a 6 anos.	De 2025 a 2034.	Quantidade e qualidade das ações e metas que estão sendo realizadas; Processo avaliativo sendo realizado de forma articulada.	Anual.	CMDCAF.
----	---	---	-----------------	---	--------	---------



REFERÊNCIAS

AGENDA Brasileira pela Primeira Infância 2022. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2022. Disponível em: <<https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/agenda-brasileira-2022-infancia/>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

ALVES, J. E. D. **A transição demográfica nos 200 anos da independência do Brasil.** Disponível em: <<https://www.ufjf.br/ladem/2018/09/07/a-transicao-demografica-nos-200-anos-da-independencia-do-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: junho de 2023.

Barcelos, R. S., Santos, I. S., Matijasevich, A., Barros, A. J. D., Barros, F. C., França, G. V. A., & Silva, V. L. S. (Ano). Acidentes por quedas, cortes e queimaduras em crianças de 0-4 anos: coorte de nascimentos de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, 2004. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 13(3), 384-394. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/K8RHVbY7pRWd4xMpRk665zG/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

BBC. Como uso excessivo de celular impacta cérebro da criança. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-60853962>>. Acesso em: 18 de abril de 2024.

Franca. **Boletim Econômico Extra – Banco de Dados Socioeconômico da Prefeitura de Franca, publicado em 11 de novembro de 2021.** Franca: Prefeitura de Franca, 2021. Disponível em: < <https://www.franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracao-direta/desenvolvimento-adm/boletim-economico>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.314**, de 29 de abril de 2020. Determina a criação de espaços lúdicos nos equipamentos destinados exclusivamente ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de todo tipo de violência, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2250961>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. **Constituição Federal.** Brasília: Esplanada, 2002.

_____. **Decreto nº 10.770**, de 10 de setembro de 2021. Institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância - ATMPI. Brasília: Presidência da República, 2021.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília: Presidência da República, 2003.

_____. **Lei nº 11.108**, de 7 de abril de 2005. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2005.

_____. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Institui a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Brasília: Presidência da República, 2006.

_____. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Presidência da República, 2008.

_____. **Lei nº 12.965**, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Institui o Plano Nacional de Educação. Brasília: Presidência da República, 2014.



_____. **Lei nº 13.006**, de 24 de junho de 2014. Dispõe sobre o atendimento especializado no SUS às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Brasília: Presidência da República, 2014.

_____. **Lei nº 13.257**, de 8 de março de 2016. Estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a execução de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida. Brasília: Presidência da República, 2016.

_____. **Lei nº 13.257**, de 8 de março de 2016. Institui o Marco Legal da Primeira Infância. Brasília: Presidência da República, 2016.

_____. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília: Presidência da República, 2018.

_____. **Lei nº 14.154**, de 26 de maio de 2021. Dispõe sobre o combate ao desperdício e à perda de alimentos e altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994. Brasília: Presidência da República, 2021.

_____. **Ministério da Saúde. Portaria nº 2.472**, de 31 de agosto de 2010. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt2472_31_08_2010.html> Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

_____. **Plano Nacional da Primeira Infância**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>> Acesso em: 30 de abril de 2024.

CECAD. **Painel de Dados**. Disponível em: <<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>>. Acesso em: 30 de março de 2023.



CONVENÇÃO sobre os Direitos da Criança – 1989. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.html

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social brasileira: uma questão possível?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/data/files/8A7A83CB30D6852A0131A952A2FD0225/85-16-03945-5.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

DATAPEDIA. **Dados de Franca, São Paulo**. Disponível em: <https://datapedia.info/cidade/857/sp/franca#etnias>. Acesso em: 27 de março de 2023.

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

DEMO, Pedro. **Cidadania Tutelada e cidadania assistida**. Campinas: SP, Autores Associados, 1995.

FRANCA. **Lei Municipal nº 9.022**, de 20 de abril de 2021. Lei de Benefício Temporário de Transferência de Renda às Famílias de Origem, Natural e Rede Social de Apoio. Franca: Câmara Municipal de Franca, 2021.

_____. **Lei Orgânica do Município**. Franca. Câmara Municipal de Franca, 1990.

_____. **Plano de Assistência Social**. Franca: Prefeitura Municipal de Franca, 2018. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/phocadownloadpap/PlanoAssistenciaSocial.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. **Plano Decenal de Ação 2016-2026**. Franca: Prefeitura Municipal de Franca, 2016. Disponível em: https://www.franca.sp.gov.br/portal/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=3111%3Aplano-decenal-2016-2026&id=52%3Aplano-municipal-decenal&Itemid=473. Acesso em: 30 de abril de 2024.



_____. **Plano Municipal de Franca 2015-2025**. Franca: Prefeitura Municipal de Franca, 2015. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=file&id=12523:plano-municipal-de-franca-2015-2025> Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. **Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbano**. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2279&Itemid=2495> Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2280&Itemid=2496> Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. **Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbano**. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2279&Itemid=2495>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2280&Itemid=2496>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

FREITAS, Gustavo Gomes; DOWBOR, Mônica; AMORIM, Ricardo L.C. (et al); BARBOSA, Alexandre de Freitas (org.). **Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores**. 1. ed. São Paulo; Outras Expressões, 2012.

FUNDAÇÃO Abrinq. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2022**. Disponível em: <https://fadc.org.br/sites/default/files/2022-03/cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2022_0.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

FUNDAÇÃO Maria Cecília Vidigal. **Relatório Anual 2022**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Vidigal, 2023. Disponível em: < <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/a-fundacao/relatorio-anual-2022/>>. Acesso em: 30 de abril de 2024



FUNDAÇÃO Oswaldo Cruz (Fiocruz). **No Brasil, das cesáreas à falta de autonomia da mulher sobre o parto é histórica.** Disponível em: <<https://www.coc.fiocruz.br/todas-as-noticias/no-brasil-das-cesareas-a-falta-de-autonomia-da-mulher-sobre-o-parto-e-historica/>>.

Acesso em: 31 de março de 2023.

FUNDAÇÃO SEADE, 2017. Disponível em: <https://municipios.seade.gov.br/>. Acesso em 03 de abril de 2023.

GESUAS - Gestão do Sistema Único de Assistência Social - Sistema Informatizado de Gestão da Informação do SUAS através da integração da rede socioassistencial.

GRUPO de Trabalho Saúde na Era Digital. **Manual de Orientação (2019-2021).** Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas__MaisSaude.pdf> Acesso em: 27 de junho de 2023.

IBGE - Agência de Notícias. **Expectativa de vida dos brasileiros aumenta 3 meses e chega a 76,6 anos em 2019.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29505-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-3-meses-e-chega-a-76-6-anos-em-2019>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. Agência de Notícias. **Três novos índices mostram queda da pobreza e da vulnerabilidade entre 2008-2009 e 2017-2018.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37716-tres-novos-indices-mostram-queda-da-pobreza-e-da-vulnerabilidade-entre-2008-2009-e-2017-2018#:~:text=três%20índices%20apresenta>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. Agência de Notícias. **Três novos índices mostram queda da pobreza e da vulnerabilidade entre 2008-2009 e 2017-2018.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37716-tres-novos-indices-mostram-queda-da-pobreza-e-da-vulnerabilidade-entre-2008-2009-e-2017-2018#:~:text=Na%20POF%202008%2D2009%2C%20cerca,%25%2C%20algum%20grau%20de%20vulnerabilidade>>. Acesso em: 18 de abril de 2024.



_____. **Expectativa de vida dos brasileiros aumenta 3 meses e chega a 7,6 anos em 2019.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29505-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-3-meses-e-chega-a-76-6-anos-em-2019>.

_____. **Informações sobre Franca, São Paulo, Brasil.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/pesquisa/39/30279?ano=2020>. Acesso em: 29 de março de 2023.

_____. Diretoria de Pesquisas. **Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.**

IPEA. **Atlas da Violência 2021.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

_____. **Expansão do Programa Auxílio Brasil: Uma Reflexão Preliminar.** Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11331/1/n_12_Expansao_Programa_Auxilio.pdf. Acesso em: 31 de março de 2023.

INSTITUTO Trata Brasil. **Ranking do Saneamento de 2022.** <Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

JORNAL da USP. **Gravidez precoce no estado de São Paulo tem redução de 65%.** Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/jornal-da-usp-no-ar-2/gravidez-precoce-no-estado-de-sao-paulo-tem-reducao-de-65/>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

MINISTÉRIO da Educação (MEC). **Matrículas em creches públicas crescem em 2019.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/33471-inep/85071-matriculas-em-creches-publicas-crescem-em-2019>. Acesso em: 23 de março de 2023.



MINISTÉRIO da Saúde. **Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros: 2005**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

MINISTÉRIO dos Direitos Humanos e Cidadania. **Infográfico sobre prevenção de acidentes domésticos envolvendo crianças**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/novembro/ministerio-alerta-para-prevencao-de-acidentes-domesticos-envolvendo-criancas/copy_of_INFOGRAFICOVIOLENCIASDOMESTICASfinal.jpg>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

Dados sobre pobreza entre a população negra são apresentados no CNPIR. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/maio/dados-sobre-pobreza-entre-a-populacao-negra-sao-apresentados-no-cnpir#:~:text=Dos%20benefici%C3%A1rios%20do%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia,programa%20de%20complementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20renda>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

OBSERVATÓRIO Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2023**. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/system/library_items/files/000/000/035/original/cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2023.pdf.pdf?1678125969>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

PACTO Nacional pela Primeira Infância. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/07/f1dd4fde1f5a06dc7445f33717dc6b62.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

PAIVA, Paulo de Tarso Almeida; WAJNMAN, Simone. **Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil**. Rev. bras. estud. popul. 22 (2) ,Dez/2005. Universidade Federal de Minas Gerais, Cedeplar , Departamento de Demografia, Minas Gerais, Brasil.



Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/whVyXGVtrRYrRqr8LszcnDj/?lang=pt>. Consulta em 15 de julho de 2023.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

SAFE Kids Brasil. **Prevenção de acidentes com crianças e adolescentes**. Disponível em: <http://www.safekidsbrasil.org/>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <https://municipios.seade.gov.br/>. Acesso em: 03 de abril de 2023.

SECRETARIA de Estado da Saúde de São Paulo. **Plano de Ação Regional de Acidentes GVE XVIII/DRS VIII- Franca da Rede de Atendimento às Pessoas Vítimas de Acidente por Escorpião**. São Paulo: Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, [Data de publicação, se disponível]. Disponível em: https://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/planos/rs26_plano_franca.pdf. Acesso em: 30 de abril de 2024.

SEN, Amartya. **Direito, Sociedade e Justiça**. Disponível em: <https://www.livronautas.com.br/ver-autor/2093/amartya-sen>. Acesso em: 04 de agosto de 2023. SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 1. Ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. Revista Katálisis, Florianópolis, v.13, n.2, jul./dez.2010.

UNICEF. **Pobreza infantil monetária no Brasil**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/17881/file/pobreza-infantil-monetaria-no-brasil.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2024.



UEL - Universidade Estadual de Londrina. **Nada é como a mãe: a vida de crianças e adolescentes órfãos do feminicídio.** Disponível em: <<https://sites.uel.br/lesfem/nada-e-como-a-mae-a-vida-de-criancas-e-adolescentes-orfaos-do-feminicidio>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. **Vício em games será considerado transtorno de saúde mental.** Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/vicio-em-games-sera-considerado-transtorno-de-saude-mental/>>. Acesso em: 27 de junho de 2023.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 7. ed. São Paulo, Cortez, 2009.



FIM

